



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

VICENTINA DOS SANTOS VASQUES XAVIER

**A MULHER “NA BOCA DO POVO” – OS DITOS NO DISCURSO DO SENSO
COMUM**

Campo Grande/MS
2016

VICENTINA DOS SANTOS VASQUES XAVIER

A mulher “na boca do povo” – os ditos no discurso do senso comum

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

Linha de pesquisa: Produção do texto escrito e oral,

Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues

Campo Grande/MS

2016

X24m Xavier, Vicentina dos Santos Vasques
A mulher na “boca do povo” – os ditos no discurso do senso
comum/ Vicentina dos Santos Vasques Xavier. Campo Grande, MS:
UEMS, 2016.
122p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado) – Letras – Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues.

1. Análise do discurso 2. Gênero 3. Linguística I. Título.

CDD 23.ed. 401.41

VICENTINA DOS SANTOS VASQUES XAVIER

A mulher “na boca do povo” – os ditos no discurso do senso comum

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof^a. Dr^a. Aline Saddi Chaves
Titular da Banca
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof^a. Dr^a Irenilda Ângela dos Santos
Titular da Banca
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Universidade
Federal de Mato Grosso- Cuiabá

Prof^a. Dr^a. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira
Suplente da Banca – UEMS/FUNDECT/CNPq

Prof^a. Dr^a. Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi
Suplente da Banca – UEMS/UNIGRAN/MS

Campo Grande/MS, 22 de março de 2016.

Ao meu pai, meu primeiro mestre da linguagem.

À minha família, que esperou pela minha volta,
enquanto eu me dedicava aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o Verbo por excelência, autor da minha fé, por capacitar-me para as muitas discursividades.

À minha família, por ter me esperado durante os dias e as noites em que estive ausente me dedicando aos estudos. Obrigada, Ezequiel. Obrigada, filhos Alberto e Paulo.

Aos meus pais, Severina e Kleber, meus primeiros mestres, com ele aprendi a ler os rótulos das latas que eram nossos utensílios domésticos. *Seu* Kleber advertia, sempre: Cuidado, gurias, mulher não pode “cair na boca do povo”!

Às amigas, Dorinha Nogueira, minha amiga das muitas discursividades, que me apoiou nos momentos em que precisava me esforçar nos estudos.

Aos colegas de trabalho, especialmente os da Avaliação Externa, da SEMED, meus amigos, que tiveram de me substituir e fazer o meu trabalho enquanto eu me ausentava para os estudos no mestrado. Não há nada que eu possa fazer para recompensá-los por isso: Luiz Carlos Tramujas, Márcia Regina, Glauce, Nazira, Kleber, Mônica, Claudinha, Vânia e Raphella e Bete. À Marcilene, que se tornou uma amiga muito especial, pelas trocas bibliográficas que muito enriqueceram o meu trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, que também se tornaram meus amigos, agradeço pela companhia: Claudinei, Marly, Michelli, Luciana, Soraia, Maria Lúcia, Celso, Tania Moreno, Melly Sena, Marcia Franco, Maiara Cano e Marta Luzzi.

Aos meus professores e às minhas professoras, diretos ou não, durante o decorrer do curso que me marcaram durante esse processo: Nataniel dos Santos Gomes, Aline Saddi Chaves, Paulo Cesar Tafarello, Maria Leda Pinto, Daniel Abrão e Miguel Eugenio.

Ao professor Nataniel dos Santos Gomes, exemplo de dedicação profissional e humildade, agradeço pelas excelentes contribuições feitas pela sua também apaixonante, Sociolinguística.

À professora Maria Leda Pinto por me falar tão sedutoramente sobre Bakthin e o *Círculo de Bakthin*.

À Banca do Exame de Qualificação, os mestres e mestras, doutores e doutoras, Prof^ª. Dr^ª. Aline Saddi Chaves, Prof. Dr. Antonio Carlos Santana dos Souza, Prof^ª. Dr^ª. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira, Prof^ª. Dr^ª. Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi, Prof^ª. Dr^ª. Maria de Souza Rodrigues, Prof^ª. Dr^ª. Irenilda Ângela dos Santos, muito obrigada, de todo o meu coração.

À Banca do Exame de Defesa, professores e professoras mestres e mestradas, doutores e doutoras Prof^ª. Dr^ª. Aline Saddi Chaves, UEMS, Prof^ª. Dr^ª Irenilda Ângela dos Santos, da UEMS/UFMT, Prof^ª. Dr^ª. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira, da UEMS/FUNDECT/CNPq e Prof^ª. Dr^ª. Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi , da UNIGRAN/UEMS.

Ao Mestre Marlon Leal Rodrigues, reservei um lugar especial, nestes agradecimentos: Meu orientador, agradeço pelos estudos e orientações dedicados à minha pessoa nestes quatro anos, antes mesmo de eu ter sido aprovada no mestrado, com quem tive a primeira aula no dia 12/08/2011, numa sexta-feira, às 7h37min. Desse mestre, guardo as três anotações dessa nossa primeira aula, marcada por algumas afirmações: “O professor pesquisador recupera a realidade colocada...”; “É o olhar do pesquisador que faz a regra”; “Não temos controle sobre nosso inconsciente”.

A Deus, novamente, e não por último, por ser Aquele que me motiva nos caminhos da pesquisa científica.

XAVIER, V. S. V. A mulher “na boca do povo” – os ditos no discurso do senso comum. 2016. 118 f. Dissertação de Mestrado em Letras (Análise de Discurso) do curso de Letras. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Unidade Universitária de Campo Grande, MS, 2016.

RESUMO

A presente pesquisa analisou o funcionamento discursivo de um *corpus* constituído por um conjunto de vinte e dois enunciados do discurso do senso comum, tendo como tema gêneros do discurso sobre a mulher, denominados *ditos populares*, coletados em diferentes espaços de circulação de textos na sociedade, tais como, para-choques de caminhão, bares e restaurantes à beira de estradas, veículos e transportes de trabalhadores braçais, internet e outros. Tais ditos se definem, segundo a doxa, como ditados de humor, por provocarem o riso e classificarem-se como piadas. Estes textos se misturam às diferentes práticas sociais de leitura na sociedade e seu conteúdo está dirigido a todos os sujeitos leitores. Partindo-se desse contexto, pretendeu-se fazer uma análise sobre a materialidade desses ditos no discurso do senso comum, oriundas da opinião popular, verificando como estas se configuram, tanto em suas formas textuais, quanto o efeito de sentido que causam ao serem produzidas. Dessa forma, as reflexões sobre os ditos no discurso do senso comum sobre a mulher, levaram em conta o papel do poder e da ideologia na formação do senso comum e analisou, a partir de uma perspectiva discursiva, como o sujeito feminino é apresentado e reconhecido por meio das práticas de leitura e escrita presentes nos diferentes suportes da sociedade leitora e escritora, dentre estas, privilegiando-se os mecanismos sintáticos e discursivos. A pesquisa tem como fundamento teórico a Análise do Discurso da Matriz Francesa de Michel Pêcheux, Louis Althusser (1985), Eni Pulcinelli Orlandi, considerando o modo como a ideologia interpela o sujeito, a historiadora Mary Del Priore, cujas pesquisas abordam o tema mulher em diferentes momentos da história, dentre outros pesquisadores, como também consultas à Lei Maria da Penha. No estudo, considerar-se-á como a inscrição histórica dos sentidos é materializada e como o silêncio e a formação discursiva são inscritos na história. A linguagem não é transparente e nem é neutra, mas carregada de um conteúdo simbólico e, por meio dela, os sujeitos são confrontados cotidianamente com o mundo e com os sentidos na história, o que faz com que o pensamento e a ação dos sujeitos sejam reproduzidos ou transformados na sociedade. Para tanto, propõe-se o seguinte percurso: em primeiro lugar, apresenta-se uma discussão sobre a teoria francesa do discurso, em seguida,

faz-se uma breve contextualização histórica das condições de produção dos discursos presentes nos ditos populares e, na sequência, a análise, propriamente dita, dos enunciados.

Palavras-chaves: *Análise do Discurso, mulher, ditos populares no discurso, senso comum.*

XAVIER, V. S. V. The Woman "in people's mouth" - the talks in speech of an ordinary sense. 2016. 118 f. Master's thesis in Language, Arts and Literature (Discourse Analysis) of Language, Arts and Literature Course. State University of Mato Grosso do Sul. University Unity in Campo Grande, MS, Brazil, 2016.

ABSTRACT

This present research analyzed the discursive functioning of a corpus consisted of a set of twenty-two statements of the discourse in the ordinary sense, having as a theme of the popular talks about the woman, collected in different circulation spaces of texts in society, such as, the bumper of trucks, bars and restaurants on the edge of roads, vehicles and transport laborers, internet and others. Such talks are defined, according to popular opinion, as mood sayings, because they cause laughter and they are qualified as jokes. These texts mingle with different social practices of reading in society and its content is intended for all subjects readers. Starting from this context, we intended to make an analysis of the materiality of those talks in the ordinary sense of discourse, coming to popular opinion, seeing how they are configured, both in their textual forms, as the effect of meaning that they cause when they are produced. Thus, the reflections about the talks in the discourse of the ordinary sense about the woman took into account the role of power and the ideology in shaping the ordinary sense and analyzed from a discursive perspective, how the female subject is presented and recognized through the reading and writing practices present in different media from the reader and writer society, among them, privileging the syntactic and discursive mechanisms. The research has as theoretical foundation on Discourse Analysis from the French Matrix by Michel Pêcheux, Louis Althusser (1985), Eni Pulcinelli Orlandi, considering how the ideology pursues the subject, the historian Mary Del Priore, whose researches discuss the theme woman at different times in history, among other researchers, as well as searches to the Maria da Penha Law. In the study, it will be considered that the historical description of the senses is materialized as the silence and the discursive formation are recorded in the history. The language is not transparent or neutral, but it has a strong symbolic content and, through it, the subjects are daily confronted with the world and with the directions on the story, which makes that the thought and action of individuals are reproduced or transformed in society. However, we propose the following route: first of all, we present a discussion about the French theory of discourse, second, we

make a brief historical context of the production conditions of the present discourse on popular talks and then, the analysis itself, the statements.

Keywords: *Discourse Analysis, woman, popular talks in the speech, ordinary sense.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I. ESTADO DA ARTE SOBRE A MULHER	23
1.1 Breve história da vida das mulheres - da Antiguidade ao Cristianismo	26
1.2 Breve história da vida das mulheres nos dias atuais – direitos e garantias assegurados.....	41
1.3.1 O corpo da mulher nas propagandas comerciais – os ditos e os não-ditos sobre a imagem feminina	54
CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO	61
2.1 A Análise do Discurso e seu processo histórico	62
2.2 A Linguagem em questão: Língua e Ideologia, segundo Pêcheux e Althusser	64
2.3 Discurso e Efeitos de Sentido na Análise do Discurso	65
2.4 Memória Discursiva e Formação Discursiva	67
Formação Discursiva	67
2.5 Sujeito e Ideologia.....	69
2.6 Os ditos do senso comum como texto no atual contexto sócio-histórico	72
2.7 O gênero discursivo ditos do senso comum e sua relação com a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão do texto.	74
CAPÍTULO III – A MULHER “NA BOCA DO POVO” – A ANÁLISE DOS DITOS NO DISCURSO DO SENSO COMUM	80
3.1 DISCURSO SOBRE A VIOLÊNCIA FÍSICA	82
3.1.1 “Mulher é igual a pênalti mal batido; um chuta, outro pega.	83
3.2 DISCURSO SOBRE A MULHER SER MALVADA, PERVERSA E INCAPAZ ...	88
3.2.1 “Mulher, fogo e mares, são três males”.	88
3.3 DISCURSO SOBRE OS ESTEREÓTIPOS FEMININOS E A SUPERVALORIZAÇÃO DO CORPO DA MULHER	91

3.3.1 “Mulher é como CD, por causa de uma parte boa a gente tem que ficar com o resto”	92
3.4 DISCURSO SOBRE A INCAPACIDADE INTELECTUAL DA MULHER	97
3.4.1 “Passar uma mulher para trás é fácil, difícil é passar pra frente”	98
3.5 DISCURSO SOBRE A RESPONSABILIDADE DE MANTER O CASAMENTO SER ATRIBUÍDA APENAS À MULHER	99
3.5.1 “A mulher faz sexo pra manter o casamento, o homem mantém o relacionamento pra fazer sexo”	99
3.6 DISCURSO SOBRE O MITO DA BELEZA ETERNA E JUVENTUDE	101
3.6.1 “Mulher é como carro, troca-se sempre por uma mais nova”	101
3.7 DISCURSO QUE REFORÇA O ASSÉDIO SEXUAL E O ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	102
3.7.1 “A mulher e a cereja: para seu mal se enfeita”	102
3.8 DISCURSO SOBRE A MULHER NÃO TER LIBERDADE PARA SE RELACIONAR COMO DESEJAR	104
3.8.1 “Cozinha de restaurante e passado de mulher, quem conhece não come”	104
3.9 DISCURSO SÍNDROME DE BOM “PEGADOR”	105
3.9.1 “Gosto tanto de mulher que como até a minha”	105
3.10 DISCURSO QUE (RE) FORÇA O CÁRCERE PRIVADO	107
3.10.1 “A mulher e a ovelha, com o sol à cortelha”	107
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
ANEXOS	120

INTRODUÇÃO

As pesquisas e estudos apresentam um vasto número de abordagens teóricas e conceituais derivadas das diferentes posições de seus autores, porém, o estudo voltar-se-á para os conceitos discursivos que apresentam maior relevância para a proposta, isto é, a análise de discurso dos ditos no discurso do senso comum.

Desta forma, a pesquisa pretende apoiar-se nos pressupostos da Análise do Discurso (AD) de matriz francesa, Michel Pêcheux (1997, 1997b, 2002, 2009), Louis Althusser (1985), Orlandi (1996, 1997, 2001, 2005, 2010, 2011), Rodrigues (2007, 2011), Possenti (1998, 2013) entre outros.

A postura aqui adotada considera que todo discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando-se seu contexto histórico-social, suas condições de produção; e, ainda que o discurso reflita uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que vive(m). Igualmente, consideramos as ideias de Michel Pêcheux, sobre o princípio de que toda formação social traduz determinada relação entre classes sociais e traz em si posições políticas e ideológicas que não são obra de indivíduos, enquanto tais, mas de sujeitos que se organizam em formações, mantendo entre si relações de antagonismo, de aliança ou de domínio, considerando-se, ainda, que linguagem é todo tipo de sistema e recursos que o homem desenvolve e utiliza historicamente para se comunicar, com destaque para a língua.

Os estudos desenvolvidos consideram a Análise do Discurso (doravante AD) tendo como fundamento teórico a matriz francesa de Pêcheux e o interesse é analisar o modo como a ideologia interpela o sujeito, como a inscrição histórica dos sentidos é materializada e como o silêncio e a formação discursiva são inscritos no discurso e na vida dos diferentes sujeitos, comunidades e sociedades. Para tanto, propõe-se o seguinte percurso: apresentação de uma discussão sobre a teoria francesa do discurso, em seguida, uma breve contextualização histórica das condições de produção dos discursos presentes no *corpus* de estudo, composto por *ditos* do discurso oriundos da opinião popular e crença comum sobre a mulher, presentes no cotidiano da sociedade.

A pesquisa analisa a carga ideológica presente na linguagem dos sujeitos partícipes, a partir das ideias de Pêcheux e Orlandi de que todo discurso é uma construção social, entre história e sociedade¹, não individual, e que só pode ser analisado considerando seu contexto

² Referente às ideias de Althusser (1985).

histórico-social, suas condições de produção; e, ainda, que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada a uma dada formação social e ideológica, à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que vive(m), reforçando o pressuposto de que toda formação social traduz determinada relação entre classes sociais e traz em si posições políticas e ideológicas que não são obra de indivíduos, mas se organizam em formações, mantendo entre si relações de antagonismo, de aliança ou de domínio. Corroborando nesse pensamento, utilizamo-nos dos estudos de SAUSSURE (1995), que afirmou que a linguagem é todo tipo de sistema e recursos que o homem desenvolve e utiliza historicamente para se comunicar, inclusive o sistema verbal.

No que se refere a todo sistema e recursos que são utilizados pelos sujeitos para se comunicar remetemo-nos à intertextualidade, para analisar os *ditos* sobre a mulher no percurso da história, que é a relação de um texto com outros textos, que vão se compondo e dando origem às novas formações discursivas, organizando-se e estabelecendo-se na memória discursiva dos sujeitos. Esses novos discursos originários de outros já preexistentes, são os interdiscursos que, nas palavras de Orlandi (2005, p. 32), já foram ditos anteriormente e que agora tem novo sentido sobre aquilo que está sendo dito, são também marcados pela ideologia e carregados de historicidade:

O fato é que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua reação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite remeter (...) a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos. (ORLANDI, 2005, p. 32).

Ainda sobre o interdiscurso, tomamos também os estudos de Pinto (1999, p.27), que considera “todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de vozes ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado”, funcionando como um conjunto de formações discursivas constituídas ao longo da história, esquecidas, mas vivas na *memória social*, determinando o que os sujeitos pensam, dizem ou fazem, assim, dão-se os interdiscursos na memória dos sujeitos, o que também pelo esquecimento permite o deslocamento, rompendo com o processo de significação e vindo a se tornar outro (novo discurso).

Por conseguinte, quando se analisam *ditos* sobre a mulher no decorrer da história é relevante que se considere o estereótipo, o já dito, o muito dito sobre o sujeito mulher, que segundo Lysardo-Dias (2006) é o “já foi dito, do pré-construído ou mobilizado como uma

evidência anteriormente estabelecida” (Lysardo-Dias, 2006, p. 27). Tal afirmação será evidenciada mais adiante neste estudo em *Breve história da vida das mulheres - da Antiguidade ao Cristianismo*. Considera-se, portanto, que os ditos sobre a mulher nas diferentes formações discursivas e memória discursiva dos sujeitos constituíram-se em estereótipo determinado por posições ideológicas que estão presentes no processo-histórico em que os discursos foram produzidos.

Sobre o conceito de estereótipo envolvendo o sujeito mulher construído e constituído na memória discursiva dos sujeitos, tomamos como exemplo um dos *ditos* do *corpus* da pesquisa “*Mulher no volante, perigo constante*”. Esse é um discurso pré-construído sobre a habilidade de uma mulher para dirigir, um entendimento pré-construído e baseado em julgamento, sem conhecimento, sobre o comportamento e a capacidade das mulheres ao conduzirem um veículo motorizado.

Igualmente é relevante considerarmos os estudos de Bakhtin (2004, p. 123-124), quando afirma que o enunciado é um fenômeno histórico-social, e que o que o enunciador pressupõe serem as suas palavras, são, as palavras, as ideias, os pensamentos dos seus antepassados, de sua historicidade, que como eco retumba entre os costumes, os valores e as ideologias através dos tempos. Já no discurso do dia a dia, essa realidade fica disfarçada, passando despercebida pelos demais interlocutores.

Dessa forma, encontramos no cotidiano diferentes gêneros discursivos, carregados de historicidade e ideologias, como o *clichê*, o *dito popular ou ditado*, o *adágio*, o *rifão*, o *anexim* e a *parêmia*, os quais se diferenciam uns dos outros por apenas alguns aspectos. Há ainda, os *provérbios*, as *máximas*, as *frases-feitas*, as *superstições*, os *aforismos*, os *slogans*, que se diferenciam, também, dos *provérbios*, estes últimos são mais usuais por serem mais fáceis de serem memorizados, apresentam-se de formas mais expressivas e terem a pretensão de apontarem verdades universais, por isso, também, agradam mais aos leitores. Já as *máximas* são proposições que têm semelhança com os *provérbios*, apresentam ou não, autoria e geralmente, contém uma regra de conduta ou alguma advertência moral. Quanto ao *ditado*, esta é a designação geral do *provérbio*, do *adágio*, do *rifão*, do *anexim* e também dos *ditos* (populares), objeto do *corpus* desta pesquisa.

Assim, o *rifão* e o *anexim*, que tem como característica principal serem portadores de mensagens implícitas, grosseiras e vulgares apresentam conteúdos com objetivos irônicos e maliciosos, característicos, também, dos ditos populares, objeto do *corpus* desta pesquisa.

Por fim, retomamos o pensamento de Pinto (1999, p.27), “todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de vozes ou

citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado”, quer seja, é na memória discursiva dos sujeitos (ORLANDI, 1999) que estão todos os sentidos construídos e manifestos por alguém, em algum lugar, em diversos momentos, mesmo muito distantes que estão na base do dizível, que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído.

Objeto e Objetivos

O objeto desta pesquisa é a representação da mulher que se cristaliza em enunciados presentes nos *ditos* do discurso do senso comum e seus efeitos de sentido, considerando-se tudo o que já foi dito em outros lugares, em outros espaços de circulação e condições de produção material dessas práticas discursivas. “Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso...” (ORLANDI, 1999, p.33), o que já foi referido acima.

O objetivo desta pesquisa é analisar a ideologia presente no discurso dos *ditos populares* sobre a mulher e promover possibilidades de estudos que tomam o discurso como objetos de reflexão teórica e de análise, a fim de que se possibilitem políticas públicas para atendimento à mulher para que se efetivem os direitos e garantias já previstos em lei no que concerne às questões relacionadas à segurança das mulheres em todas as instâncias e contextos sociais, bem como analisar o funcionamento discursivo naquilo que os enunciados coletados possuem de sentidos, como deslocamentos, paráfrases, equívocos e outros.

Teorizar e analisar a linguagem, pelo seu funcionamento, deslocando-se da posição de outras disciplinas que centram seus estudos na função, bem como pelos processos de significação. Promover estudos com os conceitos de sujeito inconsciente e de língua como materialidade simbólica e histórica, reconhecendo o exterior que lhe é constitutivo. Desenvolver pesquisas pautadas na reflexão sobre os processos de produção de sentido, de relações interpessoais e do próprio sujeito feminino², esse que é constituído na relação linguagem/histórica e interpelado pela ideologia.

² Sujeito feminino: O vocábulo “sujeito” é um termo empregado pela Análise do Discurso para se referir ao gênero masculino ou feminino. No texto desta pesquisa, o termo usado refere-se à “mulher”.

A fundamentação teórica para analisar o corpus da pesquisa

Para a análise e reflexão sobre os efeitos de sentidos produzidos pelos sujeitos, que se discursivizam nos enunciados, *corpus* desta pesquisa, partimos dos conceitos teóricos da Análise do Discurso de Linha Francesa (AD) por ser esta da área da linguística, das ciências da linguagem, tendo como precursor o filósofo francês Michel Pêcheux, de quem Orlandi (2002, p. 7) disse: “[...] ele propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-dito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios”.

Dessa forma, tomaremos os conceitos de *discurso*, baseando-nos em Pêcheux (2009), *sujeito* (Pêcheux, 2009) e, para a análise dos enunciados sobre a sexualidade feminina referimo-nos a Del Priore (2000, 2011). Ressalta-se, ainda que recorreremos aos estudos de Orlandi (1996, 1997, 2001, 2005, 2010, 2011), pesquisadora brasileira da Análise do Discurso de Linha Francesa, que tem como um de seus pressupostos que a língua não é neutra, porém, constitui-se em espaço de interação e lutas sociais, promovidas pelos sujeitos.

Ainda nessa linha de raciocínio, é relevante que se considere aqui que os conceitos teóricos da Análise do Discurso de Linha Francesa se ocupam de dizer que a linguagem não é uma construção neutra, o que Orlandi (2010, p. 30), explica:

Os dizeres não são como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender: São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção.

Dessa forma, ainda segundo essa autora, os dizeres produzidos nos diferentes espaços sociais estão intimamente relacionados à situação de produção, já que “os sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi”. Cabe, portanto, ao analista de discurso e a todos os estudiosos da linguagem compreender que “as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele”. (ORLANDI, 2010, p. 30).

Quanto ao *corpus* desta pesquisa, Orlandi (2012a), diz que decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca das propriedades discursivas. Assim, a partir dessas considerações, elegeu-se como base material do *corpus* do trabalho, a representação do discurso sobre a mulher a partir de *ditos populares* do discurso do senso comum.

Selecionaram-se, assim, 22 (vinte e dois) enunciados, dentre um *corpus* constituído de aproximadamente 415 (quatrocentos e quinze) enunciados que foram coletados em diferentes espaços de circulação da sociedade, tinham como suporte material, *conveniências*/lanchonetes de postos de combustíveis de beira de estrada, restaurantes situados à beira de rodovias, veículos transportando diferentes operários de serviço braçal, caminhões de boiadeiros e a Internet. Os enunciados, *ditos* do senso comum, ora apresentavam-se em pequenos panfletos, tiras de papel plastificadas, *cartazes* e na maioria das vezes apresentavam-se como adesivos para serem colados nos veículos. Os enunciados coletados da Internet, todos sem exceção, tinham como seus portadores as páginas de humor e entretenimento da *web*. Dessa forma, ocupavam esses espaços virtuais a fim de divertir os sujeitos leitores. No momento da coleta dos enunciados, na maioria das vezes, fui acompanhada de gracejos e *risadinhas* por parte do proprietário do estabelecimento e/ou empregado que me observava no momento em que eu selecionava os textos com o objetivo de comprá-los. O fato de ser uma mulher, e não um homem, quem comprava, causava certo estranhamento no(s) atendente(s) do estabelecimento comercial.

Método/Metodologia e Relatório de Campo

A metodologia adotada no desenvolvimento desta pesquisa pretende inicialmente focalizar os objetivos, as hipóteses levantadas e os procedimentos da pesquisa, destacando-se o contexto em que a análise foi desenvolvida, a caracterização dos sujeitos participantes, coleta e as análises dos dados (os enunciados).

Dessa forma, para proceder-se ao desenvolvimento da metodologia desta pesquisa, optou-se por Triviños (1987), por este autor demonstrar sua preferência pelo Método Marxista, identificação e descrição didática das bases teórico-metodológicas do Positivismo, da Fenomenologia e do Marxismo para entender os contextos dos problemas pesquisados nas ciências sociais, o que corrobora e fortalece o trabalho desta pesquisadora que se ocupou da análise dos enunciados proferidos nos variados espaços sociais, cerceados por diferentes posições políticas e ideológicas.

Diante do exposto, tomo algumas palavras de Triviños (1987, p. 94), para afirmar que o investigador, no caso desta pesquisa o analista do discurso, não escolhe espontaneamente o caminho da pesquisa, este vai surgindo à medida que o (a) pesquisador (a) vai avançando em seu desenvolvimento. Este autor diz que a seleção do percurso a se

fazer depende das diferentes circunstâncias que o pesquisador vai encontrando no percurso da pesquisa.

A concepção inicial de metodologia que se propôs foi a partir de cronograma estabelecido, a seleção e estudo do material a ser utilizado na análise dos dados, com o estudo de natureza qualitativa, considerando como pesquisa-ação, devendo ser realizado em situações, com a pesquisadora coletando, analisando e registrando os dados. E assim, percorreu-se o seguinte caminho no desenvolvimento dos trabalhos: leituras e seleção de fontes bibliográficas, elaboração de fichas de coletas de dados, coleta de dados (corpus da pesquisa), organização de banco de dados das fontes, organização dos dados coletados (*corpus*), leitura e fichamento das fontes bibliográficas, a redação do texto e finalmente a redação da dissertação com os resultados da pesquisa.

A organização do trabalho: Introdução e capítulos

Este trabalho dividiu-se em quatro partes, constando da Introdução e três capítulos, nos quais analiso os enunciados que têm como tema *A mulher “na boca do povo” – os ditos no discurso do senso comum*.

No desenvolvimento do texto dissertativo, inicio com a *Introdução*, na qual apresento o *Objeto* e os *Objetivos* da pesquisa. A seguir apresento *A fundamentação teórica* utilizada para a análise do *corpus*, seguida da *Metodologia e Relatório de campo*. E, por último, esta explicação sobre a organização do trabalho.

Desta forma, no capítulo I, apresento o *Estado da Arte sobre a Mulher*, no qual explicito uma parte da *história da vida das mulheres da Antiguidade até aos dias do cristianismo*, seguidos de um breve relato sobre *A sexualidade da mulher no início do século XXI em comparação aos séculos XVI e XVIII*; discorro a seguir, sobre *O corpo da mulher nas propagandas comerciais – os ditos e os não ditos sobre a imagem feminina*.

No capítulo II, discorro sobre *Os fundamentos teóricos da Análise do Discurso*, por entender a relevância de tais fundamentos embaixadores, constando de recortes temáticos que relacionam a sexualidade da mulher a diferentes momentos da história. Nesse capítulo, apresento *A Análise do Discurso e seu processo histórico*, seguidos de *A Linguagem em questão: Língua e Ideologia; Discurso e sentidos e Efeitos de Sentido na AD; Memória Discursiva e Formação Discursiva e Sujeito e Ideologia*.

Como entendi ser relevante, acrescentei, ainda ao final do capítulo II, uma reflexão sobre *Os ditos do senso comum como texto no atual contexto sócio-histórico* e igualmente uma curta reflexão sobre *O gênero discursivo “dito popular” do senso comum e sua relação com a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão do texto*.

O capítulo III compõe-se, propriamente, de *A mulher “na boca do povo” – a análise dos ditos no discurso do senso comum* e, nesse espaço discursivo, a intenção é a análise discursiva dos textos coletados para o *corpus* da pesquisa.

Os *ditos populares* foram agrupados e organizados de forma a constarem como uma das cinco violências contempladas na Lei n. 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha, que dentre os crimes prescritos (na lei), apresentam-se: *violência física, violência psicológica, violência sexual, violência simbólica e violência patrimonial/econômica*.

Os enunciados foram organizados de acordo com o seguinte critério:

1. Discurso sobre violência física: “Mulher é igual a pênalti mal batido; um chuta, outro pega”; “A mula e a mulher: o pau as cura”; “À mulher brava, corda larga”; “Nem todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais”. “Mulher que assobia e galinha que canta, faça na garganta”.

2. Discurso sobre a mulher ser malvada, perversa e incapaz; “Mulher, fogo e mares, são três males”; “Mulher é coisa medonha, faz rico ficar pobre e pobre sem vergonha”; “A mulher e a sardinha, quer-se pequenina”;

3. Discurso sobre os estereótipos femininos e a supervalorização do corpo da mulher; “Mulher é como CD, por causa de uma parte boa a gente tem que ficar com o resto”; “Estrada reta e mulher sem curvas, só dão sono”; “Mulher é como música: só faz sucesso quando é nova”;

4. Discurso sobre a incapacidade intelectual da mulher: “Passar uma mulher para trás é fácil, difícil é passar pra frente”; “Por que os homens têm 4 milhões de neurônios a mais que as mulheres? Para conseguir dirigir”.

5. Discurso sobre a responsabilidade de manter o casamento ser atribuída apenas à mulher: “A mulher faz sexo pra manter o casamento, o homem mantém o relacionamento pra fazer sexo”.

6. Discurso sobre o mito da beleza eterna e juventude: “Mulher é como carro, troca-se sempre por uma mais nova”.

7. Discurso que reforça o assédio sexual e o atentado violento ao pudor: “A mulher e a cereja: para seu mal se enfeita”; “Mulher bonita e melancia grande, ninguém consegue comer sozinho”.

8. Discurso sobre a mulher não ter liberdade para se relacionar como bem desejar: “Cozinha de restaurante e passado de mulher, quem conhece não come”.

9. Discurso síndrome de bom “*pegador*”; “Gosto tanto de mulher que como até a minha”; “Mulher pra mim não precisa ser tão esperta, basta saber contar até 28 para espalhar para as outras o tamanho do bichão”.

10. Discurso que (re) força o cárcere privado: “A mulher e a ovelha, com o sol à cortelha”; “O homem na praça e a mulher em casa”.

Enfim, as *Considerações finais*, as quais denomino de *parciais*, por entender que a pesquisa não está pronta, por não terem se esgotado as discussões e, pela constituição do próprio *corpus*, rico e farto de muitas discursividades enunciadas por um sujeito que também carece de mais estudos e análises. Portanto, o trabalho de pesquisa deve continuar e juntar-se a outros para continuar se fazendo e refazendo no contexto social-histórico.

E por último, apresento *as referências bibliográficas* e o *anexo* composto pelo *corpus* de enunciados, *ditos* do senso comum.

CAPÍTULO I. ESTADO DA ARTE SOBRE A MULHER

O objetivo desta pesquisa é analisar a representação do sujeito feminino nos *ditos* no discurso do senso comum. Os *ditos* enunciados para a análise se definem, segundo o senso comum dos leitores, como *ditos* populares de humor, por provocarem o riso e classificarem-se como piadas. Estes textos se misturam às diferentes práticas sociais de leitura na sociedade e seu conteúdo está dirigido a todos os sujeitos leitores.

Nesse entendimento, o trabalho propõe uma reflexão sobre a materialidade dos *ditos* do senso comum, verificando como estes se configuram, tanto em suas formas textuais quanto o(s) efeito(s) de sentido que causam ao serem (re)produzidas. Estas reflexões sobre os efeitos de sentido dos *ditos* do senso comum sobre a mulher levará em conta o papel do poder e da ideologia na formação do senso comum e analisará a partir de uma perspectiva discursiva, como o sujeito *mulher* - o sujeito feminino é apresentado e reconhecido por meio das práticas de leitura e escrita presentes nos diferentes suportes da sociedade leitora e escritora, dentre estas, privilegiando-se os mecanismos sintáticos e processos de enunciação.

Assim sendo, ao se considerar o que diz a história sobre a representação de gêneros, no contexto de que gênero é a identidade sexual que vai além da identidade biológica, pretende-se levantar algumas questões relacionadas aos aspectos em que há certo consenso entre os especialistas que já escreveram sobre as mulheres ao longo da história. Todavia, poder-se-ia argumentar sobre qual seria a relevância de se pensar nas mulheres da Antiguidade, tais como nas agruras das mulheres atenienses ou que importância teria hoje sabermos que a mulher romana era silenciosa, já que na atualidade as mulheres são consideradas libertas e emancipadas?

Dessa forma, destaca-se que é preciso que se conheça a história das mulheres da Antiguidade para poder compreender certos fatos sociais da atualidade, pois se sabe que hoje as mulheres ocupam cada vez mais os diversos setores da vida econômica, política, social e cultural, pelo menos no Ocidente. Logo, a importância de saber de onde vieram as mulheres. Como chegaram até aqui? Quem são as mulheres da/na atualidade? Para aonde caminham essas mulheres?

Nesse entendimento de que os discursos não se sujeitam ao tempo e ao espaço, mas estão sempre em movimento, deslocando-se de um plano para outro, é que os estudos sobre a história das mulheres se tornam importantes ainda na atualidade, já que ajudam a mostrar que os fatos não obedecem a uma lógica linear, por isso, conhecer o passado ajuda a compreender os fenômenos da atualidade.

Para entender um pouco esse pensamento de como os acontecimentos sobre a vida das mulheres vem se repetindo nos tempos da história, tomamos os estudos de Pêcheux (1997) para refletir sobre Formação Discursiva, que está a princípio relacionada à formação ideológica, conceito decorrente de suas leituras de Louis Althusser, em *Aparelhos Ideológicos do Estado*, dizendo que:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina "o que pode e o que deve ser dito" (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (1997a, p. 160).

Esse pensamento pêcheutiano sugere que a ideologia é materializada por meio dos discursos e articulada por sujeitos, o que pode ser confirmado pelo seguinte trecho: "Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos". (Op. cit. p. 149). E foi nesse sentido que Pêcheux reformulou a ideia de que o sujeito é interpelado pela ideologia que o constitui, daí, o seu assujeitamento; evidenciando, dessa forma, que ao enunciar, todo sujeito fala a partir de uma Formação ideológica, que se manifesta em uma Formação Discursiva e marca uma posição de sujeito e é dessa forma que esse *posicionamento* passa a constituir no sujeito a identidade enunciativa; entendendo-se que no contexto discursivo, *posicionamento*, define mais precisamente uma identidade enunciativa forte, como *o discurso do partido comunista de tal período*, por exemplo, um lugar de produção discursiva bem específico (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014, p. 392).

Outro aspecto importante da Análise do Discurso Pecheutiana que é relevante mencionar neste estudo, diz respeito ao momento em que Pêcheux (1997) revê a trajetória da AD e observa a relação que o sujeito mantém com a Formação Discursiva, concluindo que esta não se dá de forma cristalizada ou de maneira estável, não se dá em um contexto restrito, mas é constitutivamente atravessada por outra(s) FD, e passa a ser constituída por elementos vindos de outros lugares. A partir daí, a FD passa a constituir-se em uma nova FD, o que esse autor chama, entre outras palavras, de evidências discursivas sob a forma de "pré-construídos" ou de "discursos transversos". (1997b, p. 314).

Assim, é nesse aporte teórico que se instaura a noção de interdiscurso e, Pêcheux continua dizendo que é o interdiscurso que possibilita ao sujeito concretizar seu discurso, marcar a exterioridade, o lugar anterior determinante do próprio discurso. Essa reflexão traz a ideia de que o sujeito não somente materializa a ideologia como também é aquele responsável por agenciar os sentidos (PÊCHEUX, 1997).

Igualmente, esse autor explica que esse agenciamento do qual fala não decorre da pura transparência da linguagem, mas origina-se da ideologia que cria no sujeito a ilusão de ser a fonte do dizer, sendo essa a origem do sentido.

A esse respeito, Orlandi (2002), citando Pêcheux, acrescenta que:

O que se pode depreender do percurso de Michel Pêcheux na elaboração da Análise de Discurso é que ele propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-dito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios. (ORLANDI, 2002, p.7)

Dessa forma, recorre-se aos estudos da Análise do Discurso para identificar as marcas linguísticas e/ou ideológicas que podem fazer parte dessa tessitura discursiva e que estão presentes nos *ditos* do senso comum, os quais são também as formações discursivas resultantes da formação ideológica, o que Orlandi (2010), explica a seguir:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. (ORLANDI, 2010, p. 30).

Para esta autora, a condição da linguagem é a incompletude, nem sujeitos, nem sentidos estão completos, o que ela complementa também dizendo que a falta é também o lugar do possível, quando nem sujeitos e nem sentidos estão completos, feitos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento, quando a incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível, o que a autora diz quando afirma que a linguagem se move entre a paráfrase e a polissemia.

Nessa abordagem, pode-se dizer que a linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos (ORLANDI, 2010, p. 52), dessa forma, de um lado, o sujeito é impelido pela língua, e de outro, pelo mundo, pelas suas experiências empíricas e pelos fatos que requerem sentidos – também pela sua *memória discursiva* – a encontrar sentido para aquilo que o requer, baseando-se nas formações discursivas que representam as injunções ideológicas. E é nesse vaivém, nesse corpo a corpo com a linguagem, que o sujeito (se) diz; que o sentido e o sujeito escapam para outros sentidos, deslocando-se para outras posições, surgindo, a

partir daí, o equívoco e o irrealizado no processo polissêmico, tendo na metáfora o seu ponto de convergência. Esse pensamento também que ainda que o sentido faça parte de uma rede de constituição, ainda pode sofrer deslocamentos.

Para Orlandi (2010, p. 54), há também as injunções ligadas à estabilização, que bloqueiam o movimento significante, fazendo com que o sentido não flua e nem se desloque para outras posições, ficando preso aos lugares e dizeres já estabelecidos. Essa autora nomeia três formas de repetição: 1) a repetição empírica, mnemônica, que é a do efeito papagaio; 2) A repetição formal, técnica, que é o outro modo de dizer o mesmo; e 3) A repetição histórica, que é a que desloca, permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.

Diante do já exposto, pretendemos, inicialmente, e de forma modesta, resgatar aspectos históricos e a representação da mulher desde o Mundo Antigo até aos dias atuais.

1.1 Breve história da vida das mulheres - da Antiguidade ao Cristianismo

A linguagem serve para comunicar e para não comunicar.

(PÊCHEUX, 1997, p. 28)

Nosso ponto de partida será o encontro com a mulher egípcia que viveu há mais de três mil anos de história. Sobre essa personagem da história, Mocellin (2000) diz que os escultores e os pintores apresentam-na ao lado do marido, sempre de mãos dadas, simpáticos e felizes, acompanhados pelos filhos. Já a literatura apresenta a mulher egípcia como sendo vulgar, caprichosa, infiel, mentirosa e vingativa. O mesmo autor diz, que, do ponto de vista jurídico, a mulher podia ter propriedades, legar bens e fazer testamentos. Também tinha o direito de agir sob sua própria responsabilidade, sem consentimentos de terceiros ou de seu marido, se fosse casada. Perante a lei, portanto, homens e mulheres eram iguais. Mocellin registra que as egípcias gozavam de uma liberdade que gregas e romanas jamais imaginavam ter. Quanto ao divórcio, ambos, tanto o homem como a mulher, poderiam se divorciar. E cabia ao homem arcar com os encargos advindos da separação. Assim sendo, muitos homens optavam por permanecer casados, a não ser que a causa fosse muito grave, sendo o adultério o motivo mais sério para um casal divorciar-se.

Quando um do casal egípcio, quando um dos cônjuges era infiel, havia uma pena bastante severa para aquele que fosse o transgressor. Caso fosse o homem, este levava cem bastonadas ou teria de cumprir pena de trabalhos forçados. Entretanto, se a mulher fosse infiel, teria o nariz cortado ou seria lançada aos crocodilos.

Há registros de que essas condenações não passavam de teorias, pois, na prática, os homens introduziam concubinas em suas casas e, com isso, o adultério ocorria normalmente. Caso a mulher adulterasse, muitas vezes o marido aplicava uma surra na esposa e, tudo voltava ao normal.

A poligamia era admitida na sociedade egípcia, porém, o número de casos era pequeno, com exceção do faraó, que possuía várias esposas. Quanto à poliandria - uma mulher casada com mais de um homem, não há registros de que tenha existido nessa época da história. Sobre a endogamia - casamento entre irmãos era comum na família dos faraós – diz-se que Pepi I, por exemplo, desposou suas duas irmãs e duas meio-irmãs.

Outro historiador que relata sobre a mulher egípcia é Noblecourt (1994, p. 336):

O lugar da mulher, na sociedade egípcia de então, constitui, pois, uma das mais belas demonstrações da modernidade dessa civilização que soube fazer da mãe, da esposa e da filha, o objeto da mais perfeita igualdade, dentro da mais lógica das diferenças, estado que a europeia do início do século XX estava, em muitos pontos de vista, bem longe de ter atingido.

Assim, a mulher egípcia administrava a casa, tinha uma identidade própria, não usava o nome do marido e podia ser autorizada a exercer as mais diversas profissões, tais como escribas, médicas, sacerdotisas e outras. Na realeza, era a Grande Esposa que transmitia o direito ao trono. Algumas chegaram a ter grande poder como, por exemplo, a rainha Hatshepsut. Outras exerceram grande poder sobre seus maridos, como Nefertiti em relação ao Faraó Amenófis IV e outra, Nefertari em relação a Ramsés II.

Sobre a mulher na Mesopotâmia, por volta do terceiro milênio antes de Cristo, é possível afirmar, segundo Mocellin (2000), que elas levavam uma vida de opressão e as leis as tratavam de forma diferente dos homens, o que pode ser considerado como o uso de dois pesos e duas medidas. Uma das leis que regulamentava os conflitos matrimoniais dos sumerianos, assinada por Oto Pierre, dizia: “Se uma mulher pratica o adultério deve-se jogá-la no rio! Se o marido pratica o adultério ele deve pagar meia mina de prata”.

O casamento, na Mesopotâmia, era monogâmico e arranjado pelos pais, apesar de a poligamia não ser proibida. O divórcio era admitido e o marido deveria indenizar a mulher

se esta fosse repudiada. O adultério feminino, por sua vez, tinha uma punição bem maior e a mulher recebia a pena de morte, o que só era revogado caso o marido perdoasse a esposa.

A prática da prostituição masculina era bastante comum, embora as leis desse povo punissem severamente as mulheres que violassem as leis matrimônias. Como punição pela transgressão, muitas mulheres sofriam mutilações, tais como amputação de dedos, de um lábio, do nariz, dos seios e das orelhas; também ocorriam as mortes por afogamento, estaca ou enforcamento – o que ocorria com frequência na sociedade sumeriana.

Já as mulheres hebreias que viveram no século VII a.C. desfrutavam de alguns direitos civis, estas podiam ter propriedades e trabalhar por conta própria. Entretanto, o adultério feminino era tratado com rigor, sendo a mulher apedrejada até a morte, segundo a *Lei Mosaica* – que era composta por um código de leis formado por mandamentos, ordens e proibições, que, segundo as escrituras hebraicas, fora dada por Deus por meio do profeta *Moisés*, tendo sido os *Dez Mandamentos* escritos em tábuas de pedra pelo próprio dedo de Deus.

Para falar das mulheres desse período da história é importante que se (re)lembre um pouco do contexto histórico-social onde viviam esses sujeitos e como se organizavam essas sociedades.

Segundo os registros históricos de o homem de Neardental, consta que os mortos do sexo masculino eram enterrados com alguns utensílios considerados necessários na outra vida, entretanto, esta prática não se repetia ao enterrarem as suas mulheres. Supunham que os homens teriam vida no além, mas a vida das mulheres terminaria aqui na Terra.

Com isso, não é, pois, de estranhar que a mulher seja oprimida desde a origem do ser humano. Se assim foi na vida social e cultural, também o foi na religião e ainda o é em alguns lugares do mundo.

O ambiente da Bíblia onde viveram as mulheres escolhidas para esta curta reflexão é a região hoje chamada de Oriente Médio, os atuais países, como Egito, Turquia, Israel, Líbano, Síria, Jordânia, Arábia Saudita, Iraque e Irã. Essa mesma região, é também, chamada de Oriente Médio Antigo. É uma área menor que os Estados Unidos, e boa parte dela é formada por desertos. As maiores e mais antigas civilizações prosperaram em torno dos rios dessa região – o Império Egípcio, ao longo do rio Nilo, e os Impérios Sumérico, Assírio, Babilônico e Persa, na região dos rios Tigre e Eufrates, onde se situa hoje o Iraque.

Sobre a organização das sociedades e, mais especificamente, das famílias, TENNEY; PACKER; WILLIAM (1982, p. 17-20) nos dizem que as filhas primogênicas ocupavam lugares privilegiados e tinham deveres na família, como no caso da primogênita de Ló que

tentou convencer a irmã mais nova a ter um filho do próprio pai, para preservar a linhagem familiar (Gênesis 19:31-38). Na história de Labão e Jacó, outra filha primogênita, Lia, teve prioridade sobre a irmã mais moça (Gênesis 29:26) e foi dada em casamento primeiramente.

Se a família não tivesse filhos do sexo masculino, as filhas poderiam herdar os bens do pai (Números 27:5-8); mas só poderiam conservar a herança se se casassem dentro de sua própria tribo (Números 36:5-12). O pai tomava por ela todas as decisões importantes, tais como com quem ela devia casar-se. Mulheres solteiras, ficavam sob o domínio legal do pai até que se casasse, passando a seguir a obedecer ao marido, a quem chamava de senhor e tinha sobre ela autoridade total.

Há registros de que a mulher era solicitada a dar o seu consentimento na escolha de um noivo, e às vezes, até lhe era permitido declarar preferência na escolha do seu futuro marido (Gênesis 24:58; 1 Samuel 18:20). Dessa forma, nessa sociedade, que estamos considerando, o pai aprovava as escolhas da filha antes que o compromisso fosse assumido (Números 30:1-5).

Embora leiamos registros de que havia certa liberdade para as mulheres desse período bíblico, observamos, também, que a vida da grande maioria delas era controlada pelos homens e marcada pelas diferenças entre os gêneros masculino e feminino.

Um fato curioso que vale a pena ser mencionado é o conteúdo do livro bíblico Levítico, escrito possivelmente no segundo milênio a.C. e também de provável autoria mosaica, apresenta o registro acerca da purificação das mães depois do parto, que tornavam-se impuras nessa ocasião. A impureza das mães não resultava do parto, mas sim, do sangramento. Todavia, o que chama a atenção no livro é que não é apresentada nenhuma razão clara por que o período de separação era de 40 dias caso o bebê fosse menino, mas de 80 dias em se tratando de menina (TENNEY; PACKER; WILLIAM, 1982).

Embora a vida das mulheres desse período histórico fosse governada pelos homens, há registro de que elas passavam por concursos de beleza, eram escolhidas para serem esposas de príncipes e reis, tornando-se esposas da alta aristocracia, bem como também tornavam-se juízas e rainhas, como são os casos de Débora, *Rute* e *Ester*.

No século XII a. C, há a presença de *Débora*, que tornou-se juíza de Israel, por volta de 1209-1169 a.C., sendo, também, profetiza e a quarta juíza em Israel. Ela é a única mulher citada na Bíblia a ter a posição de juíza. Sua origem parece ser simples, pois, no texto bíblico ela é apresentada como esposa de Lapidote e que prestava atendimento como profetisa debaixo das palmeiras. Sua história está descrita no Livro dos Juízes, capítulos 4 e 5. Ela, juntamente com Baraque, liderou os israelitas contra o domínio de Canaã. Tornou-se

autoridade importante em Israel quando reorganizaram as tribos de Israel para derrotar o rei Jabin de Canaã e seu comandante militar, Sísara, na grande planície de Jezrael, banhada pelo rio Kishon, perto de Megido. Essa vitória uniu as tribos autônomas e dispersadas de Israel – Issacar, Zabulon e Neftali, do Norte, e Efraim, Benjamim e Manassés, do Sul – com o elemento unificador da religião, e trouxe 40 anos de paz.

A história dessa importante personagem feminina, em um universo predominantemente masculino, é descrita no Livro dos Juízes do Velho Testamento da Bíblia, onde também consta o *ode* triunfal *Cântico de Débora*, no capítulo 5.

Outra personagem que também teve seu nome registrado na história do povo de Israel é *Rute* e a narrativa que envolve a sua vida está baseada no livro de *Rute*, no Velho Testamento, da Bíblia. *Rute* morava em um país chamado Moabe, e era considerado pagão pelos israelitas.

Moabe era o nome histórico de uma faixa de terra montanhosa onde atualmente é a Jordânia, ao longo da margem oriental do Mar Morto. Na Idade Antiga, pertencia ao Reino dos Moabitas, um povo que estava frequentemente em conflito com os seus vizinhos israelitas a oeste.

A terra de *Rute*, Moabe, compreendia o planalto extenso e cheio de cereais entre o Mar Morto e o deserto do oriente. Boa parte do leste de Moabe era formada por estepes – ermos semiáridos sem proveito para o plantio, mas excelentes como pastagens para rebanhos de ovelhas e de cabras. Moabe pagava tributos a Israel nos dias do rei Acabe no valor de 100 mil cordeiros e a lã de 100 mil carneiros.

O significado do nome de *Rute* passa a ideia de *amizade* e ela ocupava-se com as prendas domésticas. Ficou famosa por demonstrar o seu amor e solicitude para com a sogra, Noemi, e depois da viuvez de ambas, partir, pela fé, para uma nova pátria, que era Judá. Chegando a Judá, trabalhou arduamente nas lavouras dos produtores de cereais da região.

Era costume na região que se deixasse sobras de cereais nas lavouras para que os pobres e desamparados pudessem recolher para seus próprios sustentos. Assim, certo dia *Rute* foi recolher as sobras nas terras de Boaz, que era parente próximo de seu sogro Elimeleque e de seu marido Quilion. A partir desse dia passou e encontrar-se com Boaz, de quem posteriormente viria a tornar-se esposa. Bem mais adiante, *Rute*, tornou-se membro da linhagem real, após ter se casado com Boaz e gerado a Obede, avô do rei Davi, de cuja raiz veio Jesus Cristo.

De *Rute*, constam na Bíblia, as belas palavras de lealdade e fidelidade à sogra: “Não me instes para que te abandone, e deixe de seguir-te; porque aonde quer que tu fores irei eu,

e onde quer que pousares, ali pousarei eu; o teu povo é o meu povo, o teu Deus é o meu Deus” (*Rute* 1:16).

Outra personagem que teve papel importante na história bíblica foi *Ester*. Os estudiosos situam a composição deste livro algures entre os séculos IV e I a.C. A maioria dos teólogos prefere uma data no final do século V ou no século IV devido a determinadas características da linguagem utilizada e à atitude favorável em relação ao rei persa, as adições em grego (consideradas deuterocanônicas) surgiram em meados do séc. II a.C.

O livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, também apresenta no Velho Testamento, a personagem *Ester*, uma jovem judia, órfã, que fora criada pelo tio Mardoqueu, ou Mordecai, já que a Bíblia apresenta as duas versões para o nome. Ela tornou-se rainha da Pérsia depois de ter participado de um concurso de beleza no qual foi escolhida para ser a esposa do rei Assuero. O rei da Pérsia tivera outra esposa anteriormente, mas esta recusara-se a comparecer à presença da majestade quando certo dia de festa foi solicitada a se apresentar para o reino. Por causa dessa insubmissão foi deposta do título de rainha e o rei passou a procurar outra esposa.

Assim, a história de *Ester* transcorre após ter sido eleita esposa do rei Assuero sem que este soubesse da nacionalidade judia da jovem. Certo dia, porém, o rei decretou que todos os judeus fossem mortos. A trágica notícia chegou aos ouvidos de *Ester*, que por meio do tio Mardoqueu, convocou todos os judeus para um jejum de três dias e três noites. Dessa forma, *Ester* já rainha, mandou dizer ao povo judeu que jejuassem e que depois desse período apresentar-se-ia ao rei rogando pelo livramento de morte a que foi determinado o seu povo.

Ester conhecia as leis do povo persa, que incluía uma lei que proibia que qualquer pessoa comparecesse perante o rei sem ter sido convocada por ele, estava sujeita à morte. *Ester* não tinha sido convocada, mas foi ao encontro do rei mesmo assim. Ao se aproximar do pátio interior, o rei a viu e estendeu o cetro ordenando para que Ester se aproximasse e pudesse lhe falar. A partir daí, transcorreram-se vários episódios e ao tempo em que *Ester* consegue a revogação da lei e o seu povo fica livre da morte.

Sobre a vida dessa personagem fica o registro de várias de suas falas que se tornaram símbolos de luta e persistência pela salvação de sua vida e de seu povo judeu: “Vai, ajunta a todos os judeus que se acharem em Susã, e jejuai por mim, e não comais nem bebais por três dias, nem de dia nem de noite, e eu e as minhas servas também assim jejuaremos. E assim irei ter com o rei, ainda que não seja segundo a lei; e se perecer, pereci”. (*Ester* 4:16).

E prosseguindo com as histórias das mulheres, menciono as (mulheres) de Atenas, que viveram durante o século V a.C. e que viram a construção do Partenon – dedicado à deusa virgem Parthenos – tiveram a oportunidade de conviver com as palavras do filósofo Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), em seu livro *Política*, no trecho 1254b 12, afirma: "também entre os sexos, o macho é por natureza superior e a fêmea inferior, o macho governador e a fêmea subjugada". Mocellin (2014, p. 122) diz que, quando se estuda a vida da mulher ateniense, verificam-se enormes diferenças entre as mulheres-cidadãs, que eram as esposas, e as não-cidadãs, que eram as concubinas, cortesãs e prostitutas. Também havia diferença de tratamento entre as mulheres pobres e as ricas. Entretanto, registros contam que havia algo em comum entre todas essas mulheres – suas vidas eram controladas pelos homens.

Na cidade de Atenas, as mulheres não gozavam de direitos políticos e estavam sempre guardadas por um homem, fosse pai, irmão, marido ou filho. Tinham vidas reclusas e eram vistas pelos homens com desprezo e ou desdém. Valorizava-se a mulher que fosse calada e discreta.

Ainda sobre a mulher ateniense, vale retomar o que disse Péricles, importante general, um dos principais líderes democráticos de Atenas, considerado a maior personalidade política no século V a.C: As pessoas ter-vos-ão em maior estima se vos comportar da melhor maneira que puderdes e se os homens disserem o menos possível sobre vós, que estejam a elogiar o vosso bom senso ou a criticar-vos por não o terem. (JONES, 1997, p. 124).

Outro que relatou sobre as mulheres atenienses foi o poeta Posidipo, contemporâneo de Péricles, no século V a. C.: “Um filho sempre se cria, mesmo quando se é pobre; uma filha abandona-se, mesmo quando se é rica”. Apesar de não ser corriqueiro, era considerado aceitável o abandono do recém-nascido, caso fosse menina.

Quanto à educação, a mulher ateniense era subordinada ao pai, educada pela mãe, quando aprendia sobre as prendas domésticas. A educação mais formal também era dada e elas eram trancafiadas no gineceu, aposento feminino, aprendiam de forma rudimentar, recebendo um pouco da educação primária e canto. Era também o pai quem escolhia o marido da filha e a parte sentimental pouco contava, já que o casamento tinha dois objetivos básicos: a transmissão da propriedade e a sequência da linha familiar. A cerimônia era realizada por meio de um contrato e a jovem noiva trazia um dote, geralmente em dinheiro. Quanto ao divórcio, o homem podia divorciar-se quando desejasse, sem apresentar qualquer justificativa. Já a mulher, para divorciar-se, teria de provar que sofria maus-tratos. O adultério e a esterilidade – da parte da mulher - eram motivos para a separação. No entanto,

ambos os comportamentos, da parte do homem, não davam motivos para que se desfizesse o casamento. Vale ressaltar que, nesses dias passados, a fertilidade era bastante valorizada e, caso uma mulher fosse estéril, isto era considerado motivo justo para o marido pedir-lhe o divórcio.

A vida cotidiana das mulheres atenienses pobres era calcada nos trabalhos pesados, muitas tinham jornada dupla de trabalho, ajudavam seus maridos na agricultura, nas lavouras e atividades nos campos. Já as ricas podiam-se dar ao luxo de ter uma vida mais confortável. Quando o marido recebia convidados para os jantares, suas esposas não podiam participar desses momentos e, apenas em reuniões de família as mulheres poderiam apresentar-se. Caso alguma mulher se sentasse para jantar com algum homem, o marido poderia usar tal fato para fazer uma denúncia de infidelidade da parte dela. As atenienses também não participavam dos Jogos Olímpicos e, as casadas também não podiam assisti-los. E, se alguma mulher violasse essa lei, era jogada ao mar do alto de um penhasco.

Mocellin (2014) comenta que há certo paradoxo no comportamento da sociedade ateniense em relação às mulheres, pois, ao mesmo tempo em que lhes nega os direitos civis e políticos, reconhece a relevância de seu papel, já que ela contribuía sobremaneira nessa mesma sociedade. O autor afirma que os homens atenienses convivem com um misto de medo e desprezo por essa mulher que os serve de diferentes formas. Jones (1997, p. 168), explica esses papéis desempenhados por homens e mulheres:

Mais um fator deve ser levado em conta: o papel das mulheres no mito. Também aqui, tal como no seu papel no ritual, o que chama a atenção é a proeminência das mulheres. Mas, papéis – visto pelos homens – são permeados de ambiguidades e tensões. Ou seja, as atitudes masculinas às mulheres atenienses tal como são reveladas nas projeções imaginativas do mito mostram um profundo sentimento de mal-estar. Elas oscilam entre os polos do medo, até repulsa, e da dependência total em relação às mulheres.

Ainda em Atenas, vale registrar que as concubinas, cortesãs e prostitutas eram mulheres estrangeiras e que tanto a prostituição quanto o concubinato, tinham respaldo legal e era algo naturalmente praticado pela maioria dos homens.

Na sociedade da Grécia Antiga, precisamente em Atenas, também havia a mulher hetairai (companheiras), que eram as cortesãs e prostitutas sofisticadas que, além das prestações sexuais, ofereciam companhia e com as quais os clientes frequentemente tinham relacionamentos prolongados. Eram belas, talentosas e inebriavam os homens com sua beleza física e seus dotes literários e musicais. Vale citar, igualmente, o conhecido trecho, atribuído a Demóstenes, o importante orador e político ateniense que viveu na Grécia antiga

durante o quarto século a. C., “Temos as cortesãs para o prazer, as concubinas para se ocuparem de nossos cuidados, as esposas para que nos deem filhos legítimos e sejam guardiãs de nossas casas”.

O filósofo Platão, que viveu 348-347 a. C., escreveu em *A República - V livro*, que a mulher é a *reencarnação dos homens covardes e injustos*, e Aristóteles, 384-322 a.C., escrevendo sobre suas pesquisas em história natural, na zoologia, entre descrições de peixes, mariscos e outros diferentes animais, disse que a mulher é fêmea em virtude de ser mais vulnerável à piedade, de chorar com mais facilidade, ser mais propensa à inveja, à lamúria, à injúria, ter menos pudor e menos ambição e, ser menos digna de confiança.

Ademais, a história ateniense retrata a vida das mulheres prostitutas como miserável, pois quase sempre eram escravas, moravam em habitações precárias e eram exploradas por gigolôs. A maioria era subnutrida, viviam embriagadas e morriam precocemente.

Outra personagem feminina que merece ser citada neste contexto é a *espartana*. Esparta ficava em uma localidade da Grécia Antiga, situada às margens do rio Eurotas, no sudeste da região do Peloponeso, sendo uma das mais notórias cidades-estado da Grécia Antiga.

A *sociedade espartana* vivia para a guerra e a mulher espartana teve que se adaptar a esse estilo de vida. Tinham que se alimentar bem e realizar treinos físicos com o objetivo de gerarem filhos fortes e saudáveis, que seriam bons guerreiros na guerra.

Assim, devido aos treinos e exercícios físicos, a mulher espartana apresentava uma aparência masculinizada e, por isso, era ironizada por mulheres de outras regiões da Grécia, por ter um corpo musculoso parecido com o dos homens da sua sociedade.

Mesmo sem ter direitos políticos ela era responsável pela administração total dos bens do marido. O homossexualismo, feminino e masculino, era comum. Tanto a solidão das mulheres, quanto a convivência entre os guerreiros, contribuíam consideravelmente para isso. A masturbação era incentivada pelos espartanos, que consideravam essa prática uma válvula de escape, e não um vício ou doença, já que os homens ficavam muito tempo longe das mulheres, guerreando em diferentes regiões.

Já a mulher *etrusca*, segundo relatos, gozava de plena igualdade social com o homem. O povo etrusco era constituído de um aglomerado de povos que viveram na península Itálica na região ao sul do rio Arno e ao norte do Tibre, mais ou menos equivalente à atual Toscana, com partes no Lácio e a Úmbria. Desconhece-se ao certo quando os etruscos se instalaram aí, mas foi provavelmente entre os anos 1.200 a. C. e 700 a. C..

A Etrúria era composta por cerca de uma dúzia de cidades-estados, dentre estas, a cidade de Fescênia. Eram cidades muito civilizadas e tiveram grande influência sobre os Romanos. A Fescênia, próxima a Roma, ficou conhecida como um local de devassidão. Versos populares licenciosos, na época, muito cultivados entre os romanos, ficaram conhecidos como versos fesceninos (obscenos).

A mulher *etrusca*, ao contrário da grega ou da romana, não era marginalizada da vida social, senão que participava ativamente dos banquetes, nos jogos ginásticos e nas danças. Esta situação social da mulher entre os etruscos, muito mais livre do que entre gregos e romanos, fez com que gregos e latinos considerassem "promíscua" e "licenciosa" a cultura etrusca. Entre helenos e latinos, as mulheres estavam absolutamente subordinadas aos homens.

Destarte, a *mulher etrusca* tinha uma posição relevante entre os aristocratas, pois que estes eram poucos e amiúde estavam envolvidos na guerra: por isto, os homens escasseavam. Esperava-se que a mulher, em caso de morte do marido, assumisse a tarefa de assegurar a conservação das riquezas, a continuidade da família e, por meio dela, transmitia-se e preservava-se a herança e bens do marido.

Também vale mencionar sobre a *mulher romana*, que viveu no século II d.C., e também registrar um pensamento de Hulo Gélio, nascido 130 d.C., na Itália, escritor e gramático latino, provavelmente nascido em Roma, cuja única obra conhecida é *Noites Ática*, publicada em vinte volumes.

Mas já que a natureza quis, por um lado, que fosse absolutamente impossível ser-se feliz com as mulheres, e, por outro, que elas fossem necessárias à propagação da espécie humana, é preciso que sacrifiquemos à conservação do estado a felicidade da nossa vida. (HUGO GÉLIO, 130 d.C.).

Outro fator importante a ser mencionado sobre a mulher romana, e que merece destaque, vem do ponto de vista jurídico, que tratava a mulher como um ser inferior ao homem. Quando saía da autoridade do pai, logo passava a submeter-se ao marido e, quando enviuvava, passava a ser governada pelo filho mais velho, que assumia o comando da família.

Ademais, segundo Finley (1991), em Roma, o nascimento de uma criança não significava que seria reconhecida pela família, pois, assim que nascia um bebê, cabia ao pai a prerrogativa de aceitá-la ou não. E o conhecido ato de levantar o recém-nascido significava que ele estava sendo aceito pelo pai; caso não fosse aceito era colocado em um local público

para quem quisesse recolhê-lo. As mulheres recebiam o nome de família, como por exemplo, filha de Marco Túlio Cícero, chamar-se-ia *Túlia*.

Quanto aos nomes próprios das mulheres, Finley (1991, p.151), diz:

Para começar, as mulheres não possuíam nomes individuais propriamente ditos até uma época relativamente tardia da história romana. Cláudia, Júlia, Cornélia, Lucrecia são simplesmente sobrenomes com uma terminação feminina. As irmãs tinham o mesmo nome, só podiam ser distinguidas por meio de epítetos como “a mais velha”, “a mais nova”, “a primeira”, “a segunda”, e assim por diante. No caso, não tão incomum, de casamento entre primos pelo lado paterno, mãe e filha também teriam o mesmo nome. Não há dúvida de que isso causava grande confusão e, somos tentados a sugerir, uma confusão desejada, visto que nada seria tão fácil modificar. Não era preciso ser um gênio para ter a ideia de dar a toda menina um nome pessoal, como se fazia com os meninos. É como se os romanos quisessem sugerir, não muito sutilmente, que as mulheres não eram ou não deveriam ser indivíduos genuínos, mas apenas frações de uma família. E frações anônimas e passivas visto que as virtudes encorajadas eram o decoro, a castidade, a graça, a serenidade e a fertilidade (...).

As meninas romanas, ao nascerem, ficavam sob a custódia do pater famílias, que tinha total poder sobre estas. O *pater familias* era o mais elevado estatuto familiar na Roma Antiga, sempre uma posição masculina. O termo é latino e significa, literalmente, "pai da família". Aos doze anos, já estavam preparadas para o casamento e os atributos femininos mais valorizados eram os cabelos loiros, seios pequenos e quadris largos.

O casamento das romanas era regulamentado pelo Estado e as questões afetivas e amorosas não eram consideradas e o casamento visava à conquista ou a manutenção do poder. Os escritores romanos pouco retrataram o amor em seus escritos.

Há registros de algumas formas de casamento entre os romanos e vamos nomear alguns: neste modelo de união, a mulher passava para a família do marido juntamente com todos os seus bens. O segundo tipo predominou no auge do Império e compreendia que, mesmo casada a mulher continuava em poder do pai e permanecia dispendo dos bens. E também havia um terceiro tipo de casamento, no qual os noivos compartilhavam diante do altar e dos deuses do noivo alguns juramentos, tais como: que as esposas deveriam ser fiéis, prestativas, boas mães, organizadas, eficientes e econômicas.

Já no período Republicano, a mulher tinha total submissão ao marido e o adultério feminino era punido severamente. Registra-se, também, que os divórcios eram raros. Segundo a tradição, há um caso de divórcio datado de 231 a.C., que conta que um patrício romano repudiou a mulher por esta ser estéril.

Ainda em Roma, vale considerar para este estudo alguns outros fatos relacionados à mulher romana. Assim, no início do século I d.C., outras diversas leis foram promulgadas aumentando os direitos e as responsabilidades da mulher romana. Assim, o imperador Otávio Augusto, no ano 27 a.C. a 14 d.C., *objetivando aumentar a natalidade*, estabeleceu que a mulher que tivesse três filhos deveria receber honras por contribuir com a procriação, já que sua missão era transmitir os valores cívicos e étnicos.

Igualmente, devido às influências estrangeiras, as conquistas de novas terras, o ócio e a mudança de mentalidade fizeram com que o adultério feminino fosse mais tolerado, de forma que o imperador Otávio Augusto decretou que, se houvesse adultério em uma família, toda esta seria punida, inclusive o marido e os vizinhos, caso soubessem do fato e não denunciassessem.

Quanto à criação dos filhos, há registros de que o aborto e o abandono, principalmente das filhas, eram práticas comuns entre os romanos.

Assim como em outros povos já mencionados, também era comum que a sociedade romana exigisse fidelidade de suas mulheres, no entanto, cabia aos homens, principalmente aos aristocratas, o livre direito de terem uma vida sexual variada, podendo ter amantes, sustentar concubinas, se divertir com prostitutas e terem relações com homossexuais. Dessa forma, a satisfação sexual fora do casamento, sustentada por relacionamentos extraconjugais era intensa, o que representava fonte de vida espiritual para os romanos. Igualmente, também privilegiavam essa satisfação em seus relacionamentos conjugais.

Há relatos de historiadores romanos, como Suetônio, Tácito, Dion Cássio e outros, que narram feitos indecorosos sobre os excessos e aberrações sexuais da classe dominante, principalmente imperadores e imperatrizes. Os aristocratas, governantes e líderes dos altos escalões da sociedade procuravam conciliar as exigências morais e sociais da sociedade com os seus desejos sexuais, todavia, tais atos sempre terminavam explícitos para o povo.

Sobre a prática do concubinato romano, a lei dizia que, legalmente, cada cidadão poderia ter apenas uma esposa, no entanto, não seria nenhum escândalo se algum homem optasse por uma ou mais concubinas. Alguns imperadores, como Augusto e Marco Aurélio, considerados honestos, eram casados e tiveram suas respectivas concubinas. Muitas concubinas partilhavam o leito com a esposa legítima e tinham relações estáveis e duradouras.

Já os relatos sobre a prostituição feminina em Roma remontam à lenda da fundação da cidade, pelos irmãos Rômulo e Remo, que foram lançados ao rio Tibre, salvos, amamentados por uma loba e criados por um pastor. Salvo o relato da lenda, para os

romanos a prostituta continua sendo uma loba – pelo apetite sexual da fêmea do lobo – sempre à espera do cliente. Eram, em sua maioria, escravas libertas ou mulheres livres, cuja família caíra na miséria; pertenciam a um dono e representavam um negócio rentável. Dessa forma, para um homem era normal frequentar um *lupanar* – tabernas tradicionalmente dedicadas à prostituição. Lá, encontravam belas mulheres, com corpos perfeitos, trajes ousados, joias, maquiagens e técnicas sofisticadas na arte de fazer sexo; apesar de serem lugares perigosos devido às doenças e desavenças entre os homens, esse espaço era frequentado pela elite romana com regularidade.

Igualmente, a religião em Roma, assim como a política, era dominada pelo público masculino, com raras exceções. Nos cultos à deusa Vesta, a deusa romana do lar, por exemplo, eram escolhidas seis virgens, de nobres e abastadas famílias, que com votos de castidade serviam aos rituais. Se alguma quebrasse o voto de castidade, seria enterrada viva, sendo sempre subordinada a um líder homem.

Entretanto, havia alguns outros rituais religiosos nos quais as mulheres tinham papéis importantes, tanto quanto os homens, como na religião cristã.

O Cristianismo, por seu tempo, apresenta muitas mulheres desenvolvendo diferentes e relevantes papéis, como também mostra certo rompimento com algumas leis, como a Mosaica, por exemplo, que condenava o adultério. Veja-se o relato bíblico do evangelista São João, 8. 1-11

1 Depois todos foram para casa, mas Jesus foi para o monte das Oliveiras. 2 De madrugada ele voltou ao pátio do Templo, e o povo se reuniu em volta dele. Jesus estava sentado, ensinando a todos. 3 Aí alguns mestres da Lei e fariseus levaram a Jesus uma mulher que tinha sido apanhada em adultério e a obrigaram a ficar de pé no meio de todos. 4 Eles disseram:

- Mestre, esta mulher foi apanhada no ato de adultério. 5 De acordo com a Lei que Moisés nos deu, as mulheres adúlteras devem ser mortas a pedradas. Mas o senhor, o que é que diz sobre isso?

6 Eles fizeram essa pergunta para conseguir uma prova contra Jesus, pois queriam acusá-lo. Mas ele se abaixou e começou a escrever no chão com o dedo. 7 Como eles continuaram a fazer a mesma pergunta, Jesus endireitou o corpo e disse a eles:

- Quem de vocês estiver sem pecado, que seja o primeiro a atirar uma pedra nesta mulher!

8 Depois abaixou-se outra vez e continuou a escrever no chão. 9 Quando ouviram isso, todos foram embora, um por um, começando pelos mais velhos. Ficaram só Jesus e a mulher, e ela continuou ali, de pé. 10 Então Jesus endireitou o corpo e disse:

- Mulher, onde estão eles? Não ficou ninguém para condenar você?

11 - Ninguém, senhor! - respondeu ela.

Jesus disse:

- Pois eu também não condeno você. Vá e não peque mais! (São João, 8. 1-11, BÍBLIA NOVA TRADUÇÃO NA LINGUAGEM DE HOJE)

Entendi ser relevante mencionar que apenas São João narra o encontro da mulher adúltera com Jesus Cristo. Os demais evangelistas, Mateus, Marcos e Lucas também registraram sobre a vida do mestre galileu, mas não mencionaram o fato, o que deixa uma oportunidade para perguntarmos: não se contava sobre a mulher? Fatos envolvendo a vida das mulheres causavam desconforto quando expostos? Adultério feminino e masculino era pecado, mas apenas a mulher era condenada e julgada?

Há diversas referências às mulheres na Bíblia, mas quero mencionar sobre a vida de outra, que também aparece na história, também sem nome, é apenas mencionada como a mulher samaritana, que teve também um encontro com o mestre galileu, segundo o que consta na narrativa de João 4. 4 – 42. Conta o registro bíblico que era meio-dia e ela fora buscar água junto ao poço de Sicar. Pelos implícitos da narrativa, diz-se que quando se encontrou com Jesus e começou a conversa, ela tinha um homem com quem se relacionava, porém, este não era seu marido, mas marido de outra mulher.

Assim, o Cristianismo registra a história de algumas mulheres, embora nem sempre cite os seus nomes, que atuaram de forma relevante na evangelização e serviços cristãos. Há exemplos de mulheres atuantes, como Priscila que juntamente com seu esposo Áquila, ajudou o apóstolo Paulo na implantação e expansão da igreja cristã do primeiro século.

Outra mulher que teve seu nome destacado nesse período foi Febe, uma cristã, mencionada na carta que o apóstolo Paulo escreveu aos romanos, referindo-se a ela como *estando a serviço* da igreja. É descrita como diaconisa, entretanto, o termo grego utilizado está no masculino, gerando certa controvérsia. O que se observa, entretanto, é que o apóstolo Paulo utilizou um termo masculino para descrevê-la, já que não havia o equivalente feminino em grego.

Há outras mulheres que marcaram seu tempo no cristianismo romano, tais, como: Maria Madalena, Maria, mãe de Tiago, Marta e Maria. Diz o relato bíblico que elas o "seguiram" e o "serviam". Tais ações evidenciam serviço cristão e valorizavam a mulher daquele período, já que na Lei Judaica os profetas eram em sua maioria homens.

Convém salientar que a religião é um conjunto de crenças, devoções e fé em algo que une fortemente as pessoas que a praticam em comunidade. Os cristãos entendem de outra maneira esses conceitos, e o próprio Jesus viveu um estilo de vida que contrariava todas as formas de crenças e práticas que desvalorizavam e humilhavam o ser humano. Ele próprio – Jesus - disse que veio por causa dos homens.

Por isso, ressalta-se que no período do cristianismo, ainda em Roma, a mulher teve praticamente seus papéis modificados, passando a ter dignidade e receber respeito da sociedade.

Igualmente, é relevante que se diga que alguns homens se destacaram na religião cristã e tiveram grande influência sobre a vida e a valoração das mulheres. Um destes foi Clemente de Alexandria, que viveu entre 150-215 d.C. e, em sua obra *O Pedagogo*, deu destaque para o matrimônio, como fonte de alegria e procriação, e não de libertinagem e prazeres desenfreados. Dessa forma, este personagem teólogo e escritor, valorizou os relacionamentos estáveis e duradouros, a vida em família, a criação dos filhos, em detrimento da vida devassa dos homens daquela época.

Paremos por ora, retornando do breve passeio que fizemos na história, quando relembremos, ainda que de forma modesta, como viviam as mulheres e como desempenhavam seus papéis na Antiguidade.

Pretendemos agora, dar um salto na história, saindo da Antiguidade para o início do século XXI – nossos dias atuais.

É certo que ao longo deste percurso do qual partimos, a mulher da Antiguidade, até os dias atuais, a situação da mulher mudou consideravelmente, e muitas entraram para a política, economia, artes e em outros diferentes e variados contextos na sociedade, chegando a ocupar altos cargos nos importantes escalões dos governos em todas as partes do mundo.

Igualmente, não se pode desconsiderar que a situação da submissão da mulher é um fenômeno histórico, o que explica Ignácio (2008),

Esta constatação nos faz entender que não existe uma predestinação na qual a mulher é inferior ao homem. No início da sociedade humana, a organização se dava de maneira tal que as mulheres possuíam uma importância ímpar na consolidação do grupo, tendo lugar de destaque sem que fosse necessária a exclusão ou submissão do papel dos homens. Foi com o desenvolvimento da sociedade humana, e mais precisamente com o surgimento da propriedade privada (e com ela a disputa pelo direito de herança) que se estabeleceu a hierarquia entre os seres humanos. Nesta estrutura hierárquica, as mulheres foram subjugadas ao poder dos homens [...]

Assim, à medida que o tempo foi passando, muitos fatos foram mudando, e dessa forma, o século 19 trouxe novas necessidades e, com elas, novas relações sociais se estabeleceram. Ignácio (2008) explica que foi com a Revolução Industrial inglesa que houve o ingresso das mulheres no mundo do trabalho, pois foi inevitável para a crescente acumulação de riqueza da burguesia nascente. Já no século 20, com as duas Guerras Mundiais, em virtude do número reduzido de homens, e isto foi básico para o trabalho nas

indústrias, o que aumentou significativamente o trabalho das mulheres nas fábricas e em outros setores da economia do Ocidente. Assim, com as mudanças de ordem econômica ocorrendo, surgiram os grandes movimentos políticos e culturais dos anos 1960, que discutiam questões, tais como os direitos das minorias e, dentre elas, os direitos das mulheres.

1.2 Breve história da vida das mulheres nos dias atuais – direitos e garantias assegurados

No final do século 20, surgem os grandes movimentos políticos e culturais sustentados pela participação das mulheres, que executam extensas jornadas de trabalho, uma jornada fora do ambiente doméstico, e outra quando retornam para suas casas.

Tal situação ainda é a mesma na maior parte dos países do mundo, quando a mulher tem seus ganhos econômicos insuficientes para o sustento de suas famílias, que na maioria das vezes não contam com a ajuda do companheiro.

O estudo divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, mostrou que, apesar do crescimento econômico e das políticas destinadas a reduzir as desigualdades, as diferenças salariais relacionadas a gênero (e etnia) continuam sendo significativas nos países latino-americanos. A pesquisa selecionou 18 países para a análise e o resultado mostrou que o Brasil apresenta um dos maiores níveis de disparidade salarial. No país, os homens ganham aproximadamente 30% a mais do que as mulheres de mesma idade e nível de instrução, quase o dobro da média da região (17,2%), enquanto na Bolívia a diferença é menor. Vale ressaltar, que diferenças essenciais ainda existentes entre homens e mulheres, próprias da constituição de cada sexo, interpretadas como desigualdades em direitos e em atenção às especificidades do sexo feminino.

Entretanto, as mulheres deste início de século continuam lutando por seus direitos e já entenderam que todas as relações são historicamente construídas, e que a questão do gênero no ocidente – e em muitas outras partes do mundo -, ainda é um tema que precisa ser tratado e estudado, a fim de que se promovam políticas públicas e leis que atendam às necessidades das mulheres. Dessa forma, é relevante compreender as tramas históricas, do final do século 19, (quando as mulheres lutavam por condições dignas de trabalho) para poder-se compreender o atual cenário histórico do papel da mulher relacionado aos seus direitos e deveres como mulher.

Nos últimos anos, alguns países têm se unido e discutido temas comuns com vistas a estabelecer estratégias de boa convivência entre as nações e equiparar comportamentos entre estado e população. Desses encontros e diálogos, têm surgido documentos internacionais referentes a temas, como por exemplo, a Lei internacional dos direitos das mulheres, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), em 1979³, que se baseia no compromisso dos estados signatários de promover e assegurar a igualdade entre homens e mulheres e de eliminar todos os tipos de discriminação contra a mulher.

Segundo o site O Núcleo Indisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero/NIEM, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS, a Convenção é um instrumento internacional destinado, em geral, a estabelecer normas para o comportamento dos Estados (países, nações) sobre determinado assunto. Uma Convenção se origina sempre em uma conferência internacional onde determinado tema é discutido e os países presentes chegam a um consenso, elaborando, assim a carta política. Representantes dos estados presentes assinam a Convenção, mas esta só entrará em vigor, no país, quando for aprovada e promulgada pelo Poder Legislativo. Uma Convenção deve nortear, entre outras ações, as políticas públicas e a legislação do país signatário.

O Brasil fez a adoção desse documento em 1984, cujo teor introduz novo paradigma acerca das discriminações contra as mulheres e expressa que

a discriminação contra a mulher viola os princípios de igualdade de direitos e do respeito à dignidade humana, dificulta a participação da mulher nas mesmas condições que o homem na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço ao seu país e à humanidade”. (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW – 1981).

Depois disso, vieram outros acordos em defesa dos direitos da mulher, tais como: Rio 92 ou Eco 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cuja adoção pelo Brasil foi em 1992, no Rio de Janeiro; cujo conteúdo inovador introduz o conceito de desenvolvimento sustentável que incorpora o papel das mulheres nos processos decisórios de políticas de desenvolvimento e a necessidade de seu *empoderamento* para o exercício da cidadania em nível local e global, o que insere a

³Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women - <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm>, acessado em 26/08/15.

participação das mulheres no planejamento público desde a perspectiva de inclusão econômica e social.

Outro documento importante é a Declaração de Direitos Humanos de Viena, adotado pelo Brasil em 1993, que traz como conteúdo inovador “Os direitos humanos das mulheres e das meninas constituem parte integrante, indivisível e inalienável dos direitos humanos universais; a violência de gênero é incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana”. Prevê, ainda, que os estados-membros devem garantir a toda mulher: direito à vida; direito de não ser submetida à tortura nem a tratamento cruel, desumano ou degradante; direito à igualdade na família e direito de acesso a condições de empregos justos e favoráveis. Os estados foram responsabilizados a zelar pelas leis contra todos os tipos de violência contra a mulher, incluindo maus tratos familiares, estupro e abusos sexuais.

No ano seguinte, houve a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, adotada pelo Brasil em 1994, e traz como conteúdo: Saúde e Direitos Reprodutivos das Mulheres são reconhecidos como parte de seus direitos, sendo-lhes garantidas condições de escolha quanto ao planejamento familiar. Descriminalização do aborto; medidas de combate à mortalidade materna, entre outras.

Em 1995, Conferência de Pequim – Plataforma de Ação Mundial para a Mulher Beijing+ 5, adotado pelo Brasil para o período de 1995/2000, propunha a Consagração dos Direitos Humanos das Mulheres e o reconhecimento das desigualdades econômicas e sociais. Apresentava as consignas: “A violência contra a mulher viola os direitos humanos” e “A pobreza tem cara de mulher”. Elaboração de 12 eixos temáticos de prioridades para as políticas públicas: pobreza; educação e capacitação; saúde; conflito armado; economia; poder e participação no processo decisório; mecanismos institucionais para assegurar a igualdade de gênero; direitos humanos; mídia; meio ambiente; meninas; e violência contra a mulher.

Ainda em 1995, o Brasil assinou mais um documento - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará – 1994, cujo conteúdo inovador tipifica a violência de gênero como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Determina a inclusão na legislação interna de normas e medidas para enfrentar o problema; novas leis; procedimentos jurídicos; políticas públicas e previsão de reparação de danos à mulher.

Mais adiante, o Brasil adota mais um acordo, na III Conferência Contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, 2001, em Durban, e diz que:

Reconhece as profundas desigualdades decorrentes das discriminações étnico/raciais e os seus impactos, especialmente na qualidade de vida das mulheres negras, determinando a adoção de medidas de caráter preventivo, afirmativo, universalizantes e de reparação.

Já quanto às leis brasileiras, o novo Código Civil Brasileiro, de 2002, prevê direitos e garantias à mulher - cidadã brasileira, dentre os quais estão, os direitos e deveres baseados na comunhão plena de vida e na igualdade entre os cônjuges (na lei anterior “assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta”). Assim, de acordo com o novo Código Civil, a partir de então, mulheres e homens são iguais e ambos podem opinar sobre todas as questões da família.

Com a nova lei, teve fim a soberania masculina na sociedade conjugal que era exercida apenas pelo homem. Outro fato interessante é a possibilidade que se dá para qualquer dos nubentes, querendo, acrescentar ao seu nome o nome do outro e não apenas à mulher acrescentar o nome do marido. Nesse sentido, o marido também poderá acrescentar ao seu nome, o nome da esposa. Ou ainda, continuarem com os nomes de solteiros, se assim o desejarem.

O planejamento familiar é livre e cada casal pode optar pelo número de filhos que desejarem ter, sem a intervenção do estado. A partir desta nova lei, a mulher deixou de ser apenas uma ajudadora do marido, que tinha a chefia da família. Agora, a direção da sociedade conjugal passa a ser exercida por ambos, marido e mulher.

Quanto ao sustento da sociedade conjugal, o novo Código, além de estabelecer o direito à igualdade, estabelece, também, as obrigações para com as despesas de sustento da família e a educação dos filhos. Outra novidade é referente ao domicílio do casal. Antes, o homem era quem tinha o privilégio de escolher o local de moradia da família. Entre os direitos conquistados pela mulher está a sua participação na escolha do domicílio, em igualdade de condições com o homem.

Também está explícito que qualquer um dos cônjuges pode ausentar-se do domicílio conjugal para atender a encargos públicos, ao exercício de sua profissão, ou a interesses particulares relevantes, sem que, com isto, esteja violando um dos deveres no casamento.

Outra inovação diz respeito à ausência de um dos cônjuges e caso não se saiba de seu paradeiro, ou esteja encarcerado, por mais de cento e oitenta (180) dias, interditado judicialmente ou privado, mesmo que seja temporariamente de consciência, em virtude de enfermidade ou de acidente, o outro exercerá com exclusividade a direção da família,

cabendo-lhe a administração dos bens, responsabilidades com os filhos e todos os demais direitos e deveres no casamento.

Há ainda outras garantias às mulheres previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, que é uma das mais avançadas do mundo no que diz respeito aos direitos civis e sociais. Para tanto, o Capítulo I do Título II trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, tendo o seu artigo 5º, 77 incisos detalhando todos eles. Os direitos individuais também são chamados de direitos humanos, direitos das pessoas, direitos de mulheres e homens. Seus fundamentos estão no direito natural e em certas liberdades essenciais à personalidade e a dignidade da pessoa humana. Com os direitos fundamentais nossa Constituição proclama que a sociedade e o Estado existem para o bem-estar da pessoa humana. Vale destacar o artigo 5º que diz: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; assim, há igualdade de direitos e não pode haver qualquer tipo de discriminação na família, no trabalho e nem na sociedade.

Outra situação que tem trazido segurança às mulheres nestes últimos anos da história são os direitos garantidos no trabalho, tais como a proteção à maternidade, já que não é mais permitido em nenhum regulamento de empresa, convenção coletiva ou contrato individual de trabalho, qualquer restrição ao direito da mulher ao emprego por motivo de casamento ou gravidez, e a mulher tem garantia de emprego mesmo estando grávida. A empregada não pode ser despedida desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Igualmente, a empregada, se desejar, pode pedir demissão do emprego e pode ser demitida por justa causa, mesmo grávida ou no período de licença-gestante. A licença-gestante ou licença-maternidade também estão asseguradas. A mulher empregada tem direito a 120 dias de licença-gestante, com pagamento de seu salário. Durante o período da licença-gestante, a empregada recebe normalmente a sua remuneração em forma de salário maternidade.

Em caso de aborto, a mulher tem direito a duas semanas de repouso, recebendo seu salário normalmente durante este período. Para amamentar o filho, a mulher tem direito a dois descansos especiais, de meia hora cada, durante sua jornada de trabalho, para amamentar o pequeno até os 6 meses de idade. Esse período pode ser ampliado se a saúde da criança assim o exigir, mediante atestado médico. Igualmente, está previsto que nos estabelecimentos onde trabalham pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos deve haver,

no local do trabalho, um espaço apropriado para os seus filhos, durante o período de amamentação. Quanto ao direito à creche e pré-escola, a Constituição determina que é um direito do trabalhador urbano e rural a "assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas". Também está previsto que a mãe empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança terá direito à licença-maternidade durante os seguintes períodos: até 1 (um) ano de idade - licença de 120 (cento e vinte) dias; a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade - licença de 60 (sessenta) dias; a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade - licença de 30 (trinta) dias.

A mulher trabalhadora, portadora do vírus HIV ou doente de Aids, sofre frequente discriminação, entretanto, ela continua com plena capacidade para o trabalho. Sabendo disto, o Ministério da Saúde e o do Trabalho assinaram, em 1992 uma Portaria Ministerial - nº 869, que: "proíbe, no âmbito do Serviço Público Federal, a exigência de teste para detecção do vírus de imunodeficiência adquirida, tanto nos exames pré-admissionais quanto nos exames periódicos de saúde". Este direito ainda não foi estendido para a trabalhadora celetista sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - ou, como comumente é chamada, a trabalhadora Celetista.

Sendo assim, caso a trabalhadora portadora do vírus HIV, com capacidade laborativa sofra alguma discriminação no trabalho, ela pode recorrer à Justiça para conseguir valer seus direitos que, em sua grande maioria, são todos aqueles que possuem uma trabalhadora sadia, entretanto, se for despedida apenas porque é portadora do vírus HIV, também pode recorrer à Justiça, pois nossa Constituição Federal protege e garante o direito ao trabalho e proíbe a discriminação.

Igualmente, o Código Civil institui regras para acesso e permanência da mulher no emprego e pontua que é proibida qualquer prática que discrimina e limita o acesso ao emprego ou sua permanência, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade; é proibido publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir; recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível; considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional; ou usado para diminuir o salário, excluir de cursos profissionalizantes ou subir na carreira

profissional; exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego; pedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez; proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

Da mesma forma, considera-se crime a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez; adoção de quaisquer medidas, de iniciativa do empregador, que possam ser consideradas como um aconselhamento ou sugestão à esterilização genética ou ainda, promover controle de natalidade - não estão incluídos na proibição o oferecimento de serviços e de aconselhamento ou planejamento familiar, realizados por meio de instituições públicas ou privadas, submetidas às normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quanto aos direitos políticos, estes também estão assegurados para as mulheres e o Capítulo IV da Constituição Federal diz dos Direitos Políticos: "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos..." (Art. 14). Dessa forma, por meio da política, tem-se a maior arma para a cidadania: o voto. É por meio dele que são escolhidos os dirigentes e representantes em dois grandes poderes do país: o Poder Executivo: Governo Federal - Presidente da República, Governos Estaduais - Governadores e Municipais - Prefeitos; o Poder Legislativo: Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Distritais e Vereadores. O terceiro Poder, o Judiciário, ainda não é escolhido pelo povo e sim pelo Poder Executivo, com a aprovação do Poder Legislativo, tendo a mulher total participação nesses processos.

No Brasil, tomo as palavras do portal da Justiça Eleitoral, para dizer que a luta da mulher pela conquista do voto durou mais de 100 anos e só foi em 3 de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, que a mulher brasileira, pela primeira vez, em âmbito nacional, votou e foi votada, já que o marco inicial das discussões parlamentares em torno do tema começou nos debates que antecederam a Constituição de 1824, e este não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos políticos por mulheres, mas, por outro lado, também não era explícito quanto à possibilidade desse exercício. O que vale, entretanto, na contemporaneidade, é que isto já é um direito garantido a todas as mulheres.

Outra garantia para as mulheres são os Direitos Reprodutivos e Sexuais, cuja Lei nº 9.263, de 12/01/96, trata do Planejamento Familiar. Esta lei foi aperfeiçoada, em 20/08/97, com a derrubada dos vetos aos artigos que regulamentam a esterilização. Assim sendo, a principal finalidade da Lei de Planejamento Familiar é possibilitar a mulheres e homens o

direito de escolher ter ou não ter filhos, o número e a época de tê-los, dando-lhes total liberdade de escolha.

E, aumentando a lista dos direitos concedidos às mulheres da atualidade, nomeiam-se os direitos relacionados à violência que ocorre de diferentes formas e em variados lugares e, que pela legislação atual, pode ser sexual, física, psicológica ou patrimonial.

Assim, segundo o Código Penal, a violência sexual é considerada crime e é punida por meio de penas que são aplicadas segundo a gravidade de cada caso. O Código Penal diz que são considerados crimes contra a liberdade sexual o estupro, o atentado violento ao pudor, a posse sexual mediante fraude e atentado ao pudor mediante fraude.

Há orientações para as mulheres que são vitimadas e o que devem fazer em cada caso, como por exemplo, para quem sofre atentado violento ao pudor ou é estuprada, que vá imediatamente à Delegacia (de preferência a DEAM), para prestar queixa; que solicite uma guia para ser examinada no Instituto Médico Legal - IML, mesmo se não existirem marcas visíveis de violência, faça o exame de corpo de delito; se houver testemunhas, leve-as à delegacia da mulher. No caso de uma gravidez em uma situação de estupro, pode solicitar ao médico que lhe faça o aborto, caso não queira ter o filho gerado da violência e há assistência médica gratuita no Instituto Médico Legal para todos os atendimentos relacionados à violência.

Segundo o site Núcleo Indisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero/NIEM, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS, que promove estudos e pesquisa sobre a Questão da Mulher e as Relações de Gênero, a violência psicológica, emocional ou moral é muitas vezes feita de forma sutil, isto é, leve, mansa, hábil, mesmo assim, não deixa de ser violência. Os estudos feitos pelo grupo nomeiam casos em que a mulher é chamada de estúpida, boca aberta, burra ou louca, e isso é considerado é violência psicológica.

Da mesma forma, ser chamada de gorda, velha, feia, também é violência. Já a violência emocional, como ameaça de separação ou de que vai tirar os filhos, ameaça de que não vai dar dinheiro para as despesas da família ou dizer que porque sustenta a casa manda na família, são formas de violência emocional. Há registros também de que muitos homens gabam-se contando suas aventuras sexuais fora de casa para com isso constranger suas mulheres, o que também representa violência. Para os casos de violência psicológica ou emocional existem três tipos de crime em nosso Código Penal, que são a calúnia, a injúria e a difamação, estes denominados de crimes contra a honra.

Entretanto, apesar de já haver considerável número de leis e projetos em exercício em favor da segurança da mulher, assegurados pelos Juizados Especiais Criminais que

tinham a responsabilidade de punir e reprimir os agressores, ainda assim havia a impunidade e a baixa repressão aos agressores; dava-se ao réu, quando condenado, pouca ou quase nenhuma punição pelos seus atos de violência. Estes, quando condenados, pagavam apenas uma cesta alimentar ou deveriam prestar serviços à comunidade.

Por causa disso, havia a necessidade de se pensar outra forma eficaz contra a violência doméstica. E a partir daí, foi criado Grupo de Trabalho Interministerial, integrado pelos seguintes órgãos: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República - coordenação; Casa Civil da Presidência da República; Advocacia-Geral da União; Ministério da Saúde; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O resultado desse trabalho foi a criação do projeto de lei nº 4.559, de 2004, encaminhado ao Congresso pelo presidente da República, em 3 de dezembro daquele ano. Em 2006, o Senado, por meio de sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, promoveu a revisão no projeto dando-se, então, origem à Lei Maria da Penha – uma lei que tem se efetivado e cujos resultados já evidenciam certo decréscimo na violência contra a mulher.

Diante do já exposto, primeiramente lembrando-se a história vivida pelas mulheres nos diferentes povos da Antiguidade e na sequência das reflexões apresentando-se o atual cenário em que vive a mulher brasileira, pergunta-se: por que, apesar de todos os esforços já empreendidos e a criação de leis para defenderem os direitos e darem segurança às mulheres, a sociedade ainda convive com textos que circulam livremente, rebaixando, humilhando e marginalizando a mulher?

Resta-nos neste momento da história a pergunta: O que há na ideologia presente nos diferentes dizeres sobre a mulher? Que efeitos de sentido produzem esses dizeres sobre a vida das mulheres? Se a ideologia é o funcionamento da memória e do esquecimento, por que, ainda, a mulher é considerada inferior e os sentidos continuam trazendo efeitos diferentes para os sujeitos?

1.3 A sexualidade da mulher no início do século XXI em comparação aos séculos XVI e XVIII no Brasil – um breve relato

O historiador quando vai pesquisar sobre um período, a única maneira de ele entrar naquele período é através da literatura. Só lhe é dado o cenário que ele vai estudar através da descrição literária. [...] A literatura tem o papel de andar de mãos dadas com a história.

(DEL PRIORE, 2011)

Um dos preceitos basilares da Análise do Discurso é analisar a ideologia contida nos enunciados proferidos no e pelo tempo da história, mudando as palavras, os conceitos e os discursos. Dessa forma, cada período da história vem sendo marcado por diferentes ideologias que vão fazendo parte da vida dos sujeitos, influenciando seus costumes, sua cultura e sua comunidade.

Del Priore (2011) utiliza-se de nomes significantes da literatura brasileira e portuguesa, como Gregório de Matos, José de Alencar, Machado de Assis, Bocage dentre outros, para contar dos costumes e do comportamento sexual das mulheres e dos homens do Brasil, desde o período da colonização até os dias atuais. E, assim, inicio reflexões, inicio aqui uma breve reflexão baseada nos estudos de Del Priore (2011), sobre "a noção de intimidade no mundo dos homens entre os séculos XVI e XVIII que se diferencia profundamente daquela que é a nossa no início do século XXI" (2011, p. 13), considerando o sujeito homem em seu sentido genérico.

Nesse período da história, não havia praticamente privacidade quanto aos assuntos relacionados à intimidade na vida dos homens e das mulheres, já que os temas eram tratados dentro da coletividade, a fim de atender a todos os sujeitos de cada comunidade. Os costumes e as práticas sexuais eram prescritas por leis ditas pelos grupos sociais dos quais o sujeito fazia parte. Del Priore diz que a intimidade de cada sujeito ficava comprometida, pois todos ficavam sabendo dos segredos íntimos uns dos outros, já que os temas eram tratados coletivamente nos grupos sociais de cada comunidade.

Segundo a historiadora, a igreja controlava a vida das pessoas por meio do *Manual do confessor* e o casamento era considerado sagrado, isento de conteúdo erótico, o que era fortemente censurado. As chamadas *preliminares* de um encontro sexual, como carícias,

toques, beijos, afagos eram proibidos, pois se ensinava que a função do casamento era apenas a procriação, gerar filhos saudáveis e fortes.

As paixões eram reprimidas e sufocadas, sendo consideradas como pecados e tratadas com orações e jejuns e/ou tratadas pelos médicos, respaldados pela Igreja, com chás, unguentos e certos tipos de alimentos. Del Priore (2011, p. 77-78) diz em seu, "Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil", que "os médicos, sobretudo os do século XIX, eram fascinados por sexo", e apoiados pela Igreja tratavam dos "problemas" de homossexualidade, histerismo, ninfomania, dentre outros, buscando o higienismo e o darwinismo, a fim de que os casais gerassem filhos saudáveis.

Os homens casados procuravam as prostitutas, que eram bastante discriminadas pela sociedade, para desenvolverem seus gostos e preferências sexuais, já que, com as esposas no leito conjugal no recôndito de seus lares, não podiam liberar a imaginação que antes fora estimulada pela nascente e forte literatura pornográfica. Isso era algo que as mulheres não imaginavam que existisse e que era largamente apreciada por seus maridos. Dessa forma, o sexo no casamento era considerado também sagrado, e o ideal era que as relações sexuais fossem rápidas e apenas para cumprir a função de procriação.

Assim, apesar da forte pressão e controle da igreja, os homens mantinham suas esposas em casa, mas fora procuravam outras mulheres, como amásias, por exemplo. Assim, o adultério era comum e acontecia às claras. A prostituição era comum e funcionava como uma iniciação para a vida sexual dos rapazes mais jovens.

No Brasil, no início da colonização, nesta terra em que índias e negras andavam seminuas e com os seios de fora amamentando os filhos, não havia pudor, já que os peitos de fora simbolizavam a amamentação. As brancas, mulheres dos senhores das terras, do ouro e do açúcar, tinham suas vidas reclusas, vestiam-se com decoro, e incitavam a curiosidade dos homens. Nesse período, como nos anteriores, a mulher, independentemente de sua classe social, etnia, burguesia ou proletariado, sempre era vista como *fonte de pecados*, a "porta do inferno e entrada do Diabo" (DEL PRIORE, 2011, p. 32). Dessa forma, a mulher tinha o compromisso de manter uma conduta inquestionável, mantendo a pudicícia, tendo seu prazer sexual controlado pelo marido, a fim de controlar a volúpia. No entanto, apesar do controle e da fiscalização da igreja e dos médicos da época, sempre surgiam os desvios que deviam ser tratados.

Del Priore (2011, p. 54) diz que o século XIX foi um período de hipocrisia, pois, como a Igreja controlava rigidamente a vida sexual das pessoas, estas desenvolviam seus desejos às escondidas, dentro das sacristias e confessionários das igrejas, entre o santo e o

profano, segundo a historiadora. Del Priore também diz que o século XIX, já na sua primeira década, anuncia significativas mudanças na vida da sociedade brasileira, a partir da chegada da Corte portuguesa, a família real e seus acompanhantes, no Rio de Janeiro, que, a propósito, também tinham comportamentos que fugiam às normas e ditames da igreja, tanto da Europa, como do Brasil da época.

E então, já no início do século XX, com as mudanças ocasionadas pela República com seus novos ideais, eis que a ideia da modernidade estabelece novos modelos de comportamento e a percepção de corpo adquire novas concepções, desvencilhando-se dos véus e vestidos longos e pesados, já que a vida na cidade exigia outro movimento. Surgem, então, novos conselhos e orientações médicas dizendo sobre a importância dos esportes e dos exercícios físicos, sobretudo ao ar livre, a fim de se conseguir um estilo de vida saudável.

Dessa forma então, e na sequência do desenvolvimento econômico, chega o cinema americano, trazendo as atrizes tidas pela sociedade como prostitutas. E juntamente com a fotografia, apresentando um novo modelo de beleza feminina, surge uma nova mulher que não poderia ser gorda, o que era considerado feio e sinal de doença, mas que tinham que ser bonita.

Os homens também tiveram seus comportamentos influenciados pela nova cultura, com seus modernos costumes que se instalavam na sociedade brasileira. Assim, homens e mulheres incorporaram novos costumes; as mulheres, por sua vez, quebravam os tabus e mostravam as pernas e partes do corpo, o que para muitos eram considerado uma *perdição* -, ou *devassidão*. Nessas primeiras décadas do século XX, surge também a literatura pornográfica, como por exemplo, a revista O Rio Nu, que além dos *pecados*, sugeria os medicamentos contra a impotência masculina e as doenças sexualmente transmissíveis.

A Igreja também avança e apresenta os *catecismos*. Surgem, igualmente, os livros de bolso em quadrinhos representando o universo erótico masculino. Assim, mesmo com toda a liberação, agora respaldada pelo cinema e pela fotografia, a Igreja e os médicos continuavam cerceando os costumes e as práticas sexuais das pessoas. A virgindade era valorizada e havia ensinamentos orientando as mulheres a serem pudicas e *diferentes* das levianas. Nesse tempo, mais precisamente, no ano de 1930, o aborto e as doenças sexuais eram comuns e ceifavam muitas vidas jovens.

Para os homens, havia literatura específica orientando quanto às doenças, os desvios sexuais e o comportamento que deveriam ter com as moças casadoiras. Temas de natureza sexual e a própria procriação geravam constrangimentos nas rodas de conversas,

constituindo-se tabus. Já a literatura feminina enfatizava o papel da mulher lar, ensinando-lhes como “*segurar*” o marido pelo estômago (considerando que o homem é sempre infiel), dicas de culinária e como cuidar dos afazeres domésticos.

Chegam, então, as últimas décadas do século XX, e há forte liberação quanto aos diferentes aspectos das vidas de homens e mulheres. Surgem os filmes em que as personagens apresentam-se totalmente nuas dentro das chamadas *pornoanchadas*, as praias e piscinas são frequentadas por mulheres de maiôs, biquínis, minissaias e topless, igualmente por homens que usam shorts e calções de banho.

Para acompanhar a nova onda de liberação e liberdade, surge a pílula anticoncepcional, que libera a vida sexual das mulheres, que agora não temem a gravidez. Os divórcios acontecem com mais frequência bem como os diferentes tipos de relacionamentos.

Igualmente, a televisão e as diferentes revistas femininas trouxeram uma nova mulher, que falava de sexo e orgasmo, e causava ciúmes no companheiro. Não tardou para que os crimes passionais acontecessem, já que os homens sentiam-se ameaçados por essa nova mulher, que agora parte livre para suas conquistas em todas as áreas de sua vida.

Diante das considerações feitas, relembramos um pouco os preconceitos e as mudanças e/ou revoluções que aconteceram no comportamento sexual da vida dos homens, e mais especificamente das mulheres, no Brasil, no período da colonização até nossos dias, a fim de identificarmos e refletirmos sobre as marcas ideológicas que permearam a vida dessas personagens, sujeitos homens e mulheres, assujeitados na história da moralidade brasileira e ocidental.

Gilberto Freire (1980, p. 10) é outro historiador estudioso da moralidade brasileira que retrata aspectos da intimidade dos brasileiros no Brasil colônia; exibindo, dessa forma tanto os atos e feitos dos governantes, como do próprio povo brasileiro, dando destaque à mulher indígena, sobre a qual dispense grande parte dos seus estudos e relatos.

Assim, pelo viés marxista, considerando a vida do sujeito mulher e homem, assujeitados pela história, propomo-nos a seguir, a refletir um pouco sobre o corpo da mulher nas propagandas.

1.3.1 O corpo da mulher nas propagandas comerciais – os ditos e os não-ditos sobre a imagem feminina

(...) a língua constitui o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. Daí decorre que a forma da interpretação - da relação dos sujeitos com os sentidos - é historicamente modalizada pela formação social em que se dá, e ideologicamente constituída.

(ORLANDI 1996, pp. 146-147).

Os textos publicitários veiculados em os diferentes meios de comunicação chegam aos mais variados contextos sociais, como lares, escolas, igrejas e às ruas, sem que os sujeitos tenham tempo de refletir sobre a carga ideológica presente nesses discursos.

Tomamos as palavras de Kaufman (1995), para quem os textos publicitários são constituídos em torno da função apelativa da linguagem, já que objetivam modificar comportamentos e deslocam os sentidos do texto em função de convencer o sujeito que pretende alcançar. Este propósito do texto publicitário habilita tanto a transparência como a opacidade da linguagem, o que esta autora reforça afirmando que tais textos são caracterizados por um conjunto de características composto por relatos resumidos, descrições precisas, diálogos breves, argumentações econômicas, que objetivam situar o sujeito interlocutor no contexto pretendido.

Assim, tendo como uma de suas finalidades persuadir e/ou interpelar o seu interlocutor a adquirir ou a tomar alguma atitude diante dos produtos anunciados, o texto publicitário se esforça no sentido de convencer o seu ouvinte/leitor, interpelando-o por meio de argumentos de ordem psicológica, antropológica e sociológica, apresentando a imagem da mulher entre os produtos que deseja vender – desde perfumes, motos, carros, suplementos alimentares, cerveja, e outras diferentes bebidas alcoólicas, e outros.

E assim, o corpo do sujeito mulher – *malhado* e *esculpido* em academias, cabelos longos e esvoaçantes, lábios carnudos, seios fartos, glúteos avantajados, branca (denominada *loira* pelos cabelos tingidos); negra/*mulata* (pela habilidade no samba), é apresentado como chamariz mercantil – em diferentes horários do dia e espaços da sociedade, como uma construção histórica já consolidada na sociedade moderna. A isso, Orlandi (1997), em seu livro *Análise do Discurso, Princípios e Procedimentos*, chama de formação discursiva, que “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito” (p. 43). O

que confirma que os sentidos estão constantemente sendo construídos ideologicamente, reforçando o conceito de que a ideologia utiliza-se do interdiscurso, estabelecendo que os sentidos são constituídos nas e pelas formações discursivas, e não predeterminados no sistema da língua. E assim se formam, também, as formações ideológicas, que é a representação que uma determinada classe social e/ou sociedade tem a respeito do entendimento do mundo.

Devido à rapidez com que circulam nos diferentes espaços da sociedade, a publicidade e a propaganda fazem com que os sujeitos receptores das mensagens sejam estimulados e sensibilizados quanto à oferta dos produtos oferecidos. Muitos têm suas condutas influenciadas por aquilo que veem e ouvem repetidas vezes e como consequência disso, seus hábitos, valores e crenças são afetados. Pêcheux explica que

(...) todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico sintaticamente determinado) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Assim, diz-se que o consumidor é seduzido pelas diferentes linguagens presentes nos variados textos publicitários e de propagandas que circulam no dia a dia e, como diz Aldrighi (1995), “[...] a propaganda trabalha com arte, criatividade, raciocínio, moda, cultura, psicologia, tecnologia, enfim, um complicado conjunto de valores e manifestações da capacidade humana” (p. 54). Desse modo, esses textos passam a permear a vida desses sujeitos leitores e ouvintes desses discursos.

Assim, para este estudo, pensa-se ser relevante, primeiramente, considerar o que seja *publicidade* e *propaganda*. Segundo Alves (2005), *publicidade* deriva de público, *do latim publicus*, e nomeia a qualidade do que é público. Significa o ato de tornar público uma ideia ou um fato por meio de difusão maciça de apelos ao sujeito. A *publicidade* está ligada à democracia, já que publicar era próprio dos reinos, impérios, Estados e, por fim, das repúblicas, res publica/coisa pública. Assim, a *publicidade* atendia aos interesses dos governantes em informar às pessoas sobre os assuntos importantes.

Sobre os publicistas, Silva (2005) diz que foram ilustres homens públicos, difusores de grandes propostas de mudanças e, portanto, de advogados de grandes causas, a exemplo dos pensadores iluministas em relação à Revolução Francesa. Foram grandes persuasores que publicaram ideias avançadas e emancipatórias que faziam uso da sua capacidade de

falar, de escrever e de publicar influenciando grandes mudanças de governos e de regimes políticos.

Com o surgimento da imprensa de massa e, portanto, da burguesia, o que se denominava de publicidade não era o anúncio de produtos, mas o tornar público. Dessa forma, os primeiros classificados brasileiros surgiram na Gazeta do Rio de Janeiro, o primeiro jornal impresso no Brasil e que deu origem à Imprensa Nacional e, depois, ao Diário Oficial da União. Esse mesmo autor diz que com a vinda da família real no século IX, houve uma escassez de imóveis e, a partir disso, proprietários de imóveis passaram a publicar anúncios oferecendo casas para alugar; igualmente, os apelos comerciais só se tornaram mais presente na sociedade a partir do século XX.

O segundo termo, *propaganda*, vem do latim *propagare*, significa reproduzir e está mais relacionado à política, como por exemplo, propaganda política, propaganda eleitoral e propaganda religiosa. O termo foi utilizado pela Igreja Católica quando da criação da Congregação da Propaganda, com a intenção de propagar a fé católica. Por isso, optamos por considerar, também, as palavras de Pinho sobre o que seja fazer *propaganda*,

“... propagar ideias, crenças, princípios e doutrinas...”, (...) podemos conceituar propaganda como o conjunto de técnicas e atividades de informação e persuasão destinadas a influenciar, num determinado sentido, as opiniões, os sentimentos e as atitudes do público receptor...” (PINHO, 1990, pp. 20-22).

Dessa forma, o vocábulo está ligado à difusão de ideias, políticas ou religiosas. Silva (2005) diz que há mais de 3 mil anos, por volta de 1350-1334 a. C., Amenófis IV já fazia propaganda político-religiosa, em um esforço para unificar Alto e Baixo Egito, a fim convencer seu povo a cultuarem somente o deus Aton. Por conseguinte, pode-se dizer que fazer propaganda seria “*vender o peixe*”. Destarte, *propaganda* é a forma paga de apresentação e promoção não pessoal de ideias, bens ou serviços, por um patrocinador identificado.

Por outro lado, é relevante observar que diferentes livros de autores brasileiros que tratam sobre *publicidade* e *propaganda* unificam os termos e não investem em conceitos para tentar diferenciar o tema; explicam os objetivos e processos de propaganda, mas não se concentram na diferenciação dos termos.

Assim, entende-se que os termos *publicidade* e *propaganda* convergem para o mesmo significado, de acordo com os temas e meios abordados. A *publicidade* é de natureza comercial e visa a levar o público a comprar produtos de consumo, já a *propaganda* é

explicitamente ideológica e tem o propósito de conseguir a aprovação do público a respeito de ideias, princípios e decisões propostos e apresenta-se como *propaganda* de utilidade pública, de protesto e outros.

No Brasil, a linguagem publicitária estabeleceu-se como norma competente, sobretudo a partir dos anos 1950, e enfaticamente não deu prioridade às competências funcionais dos produtos, bens e serviços anunciados, mas sim, realçou as supostas propriedades simbólicas, mágicas, verdadeiros fetiches ilusionistas (SILVA, 2005). Assim, até esse período, a linguagem publicitária não se referia à utilidade e à qualidade dos produtos anunciados, antes, porém, buscava despertar atmosferas fantasiosas para a sua apresentação, de modo a fazer com que o público sonhasse com o objeto do seu desejo, transformando-se, a publicidade, por conseguinte, em uma fábrica de sonhos. Dessa forma, a linguagem do anúncio publicitário ou a complexa retórica da propaganda política dirigem-se às emoções, sentimentos e fantasias culturais do público.

Sobre a fábrica de sonhos a que se refere Silva (2005), é relevante considerar que a linguagem publicitária estabelecida corresponde, portanto, a uma espécie de desejo e devaneio pelos objetos a serem adquiridos, de sorte que o consumidor, antes de comprar materialmente um produto, primeiro o faça de maneira simbólica, aceitando-o como um auxiliar-mágico que o ajudará a transpor os umbrais sobrenaturais, patamares abstratos carregados de afetividade, emoção, prazer e sonho. Cabe ao texto publicitário encontrar os mais adequados atributos simbólicos a serem agregados aos produtos, a fim de criar um atalho, algo próprio da retórica, que é privilegiar o discurso para além do sentido figurado em detrimento do sentido próprio, a fim de atingir o consumidor. É importante que se diga que o interlocutor será mais impactado pelo discurso no sentido figurado do que pelo sentido próprio daquilo que lhe é oferecido por meio da arte da comunicação.

Considerando-se o *texto publicitário* como um texto de muitas vozes, é importante que se considere, ainda, a relação que existe entre a linguística e a psicanálise, já que a essência do ser humano depende, também, de algum interacionismo simbólico. Para isso, considerar-se-ão alguns estudos de Saussure (2006) para dizer que o signo (unidade de significação), possui uma face material - o significante, e outra imaterial – o significado, e as interações se dão por uma nomeação do real, denominada função referencial da linguagem. A partir daí, há uma recriação simbólica do real – de natureza imaterial e afetiva, chamada de função estética da linguagem, explicando que as relações na língua são binárias: relações associativas (ou paradigmáticas) e relações combinatórias (sintagmáticas).

Para isso, ainda que de forma simples, vamos considerar o que sejam essas relações a que estamos nos referindo. Assim entendido, o primeiro aspecto diz respeito às relações associativas (ou paradigmáticas) que nos remetem aos estudos de Saussure (2006), quando diz que, em determinados momentos da língua, tudo se baseia por meio de relações. Dessa forma, ele considerou também grupos formados por associação mental fora da cadeia do discurso, a que denominou relações associativas. Estas não se limitam a aproximar termos que apresentam características comuns, mas evidenciam a natureza das relações que se aproximam, proporcionando-lhes determinado número de séries associativas, considerando as variadas relações que existem.

Já as relações combinatórias (sintagmáticas) se estabelecem por apresentarem certo encadeamento na linearidade da língua. Essa organização se caracteriza por ordenar os elementos, ligando-os a outros, o que possibilita a coerência ao pronunciar-se duas palavras ao mesmo tempo, evitando dessa forma a violação da normatização de cada língua, em particular. Assim, a esse ordenamento dos elementos na organização da língua dá-se o nome de sintagmas, que suscitam uma ideia ao obedecer a uma ordem sucessiva, como também, um número determinado de elementos.

Assim, relembremos a posição de Saussure (1995), a linguística aponta para o fato de que a língua tem uma ordem nela mesma e que não pode ser atravessada de qualquer maneira. Não se pode considerar que o sentido é um conteúdo depositado em algum lugar e que o sujeito deve ir procurá-lo. O sentido está na materialidade discursiva, no fato de que a língua, para significar, tem que se inscrever na história, o que discutiremos mais adiante quando falarmos sobre a representação do corpo da mulher nas propagandas.

O segundo aspecto que consideraremos para este estudo são as contribuições de Sigmund Freud. De acordo com este psicanalista, a linguagem dos sonhos se dá por meio da reconstrução da realidade, processo no qual entram em jogo a figuração e o deslocamento. Dessa forma, o trabalho de elaboração onírica (dos sonhos e desejos) é realizado de dentro para fora e partindo de abstrações para materialidades linguísticas, ou seja, subjetivações para objetivações. Já na elaboração publicitária, dá-se o contrário: a estruturação do trabalho do sonho/desejo resulta de uma práxis discursiva que consiste em transformar objetividades (coisas, produtos - materialidades - sentido próprio) em linguagem carregada de significados deslocados, denominado sentido figurado.

Por conseguinte, Freud (2006), explica que é por meio da elaboração onírica, sonhos e fantasias, trabalham-se os conteúdos latentes (desejos reprimidos, recalcados), a estratégia adotada pela linguagem publicitária é de apresentar produtos e/ou ideias, recobertos por um

mascamamento (condensações e deslocamentos) que os torna desejos a se realizarem por meio de um desrecalcamento (tirar o recalque) proporcionado pela compra e/ou consumo de um produto e/ou uma ideia. Destarte, de fora para dentro, de objetividades para subjetividades e do disfarce de coisas em símbolos (desejos arquetípicos), a elaboração publicitária acaba por literalmente fabricar sonhos, mas de forma postiça. A publicidade funciona, então, como uma fábrica de fantasias, um inconsciente de prótese, sendo os publicitários os artistas da palavra que encantam e seduzem de forma sobrenatural os seus interlocutores.

Assim entendido, pode-se já dizer que o texto publicitário apresenta consideráveis doses de superpoderes que podem ser adquiridos por meio da aquisição de certos produtos e ou ideias, já que também se pode considerar que esse texto polissêmico traz a associação entre magia e capitalismo, remetendo aos estudos da psicologia e antropologia – considerando-a como a ciência que estuda o homem e a humanidade em todas as suas dimensões.

Por conseguinte, o texto publicitário tem a finalidade de chamar a atenção dos consumidores, persuadindo-os a comprarem determinado (s) produto (s) ou serviço (s) por meio de propaganda criativa, que intenciona seduzir, provocar desejos, mudar conceitos, regras e, dessa forma, alcançar os sujeitos dessa ação, procurando transformar aquilo que oferece em objeto de desejo.

A partir disso, entende-se que há, na linguagem publicitária, certo elemento inebriante que seduz os sujeitos da sociedade, levando-os a verem o ouro nos produtos e/ou ideias que lhes são oferecidos e a viverem um complexo de Midas, personagem da mitologia grega que tem caráter metafórico e simbólico na sociedade moderna, representando os comportamentos que tendem a imaginar-se sobrepujando o que realmente são.

Assim, nessas considerações é que se percebe a imagem feminina, a exposição do corpo da mulher cada vez mais presente na publicidade/propaganda e o culto à beleza constantemente colocados em cena, tanto em cartazes, anúncios de revistas, propagandas e programas de TV. A constante exposição do corpo feminino apresentado nos diferentes suportes sugere que a prática disto seja vista cada vez mais como algo natural e perfeitamente aceitável no contexto da sociedade, que, devido à organização patriarcal que a caracteriza, são comuns as piadas, canções, comerciais, filmes, novelas e outros que disseminam representações degradantes e constrangedoras das mulheres, a exemplo dos comerciais de televisão ou das revistas, que reforçam a imagem da mulher objeto.

Esse interlocutor, ao confrontar-se com esse texto irá interpretá-lo e construir assim outro texto por meio dos efeitos que o interpelaram. Para Marcuschi (2008, p. 80) o texto é concebido como um evento interativo “que não se dá como um artefato monológico e solitário, sendo sempre um processo e uma co-produção”. E para esse trabalho, concebemos texto em concordância com Foucault, em que o texto (apud ORLANDI, 2006, p. 16) é um monumento, porque considera a exterioridade inscrita dentro e fora da textualidade e a língua como um produto histórico-social.

Dessa forma, o sujeito não só capta o que lhe é proposto por uma mensagem persuasiva, mas também é interpelado, sendo afetado por sentidos sociais, políticos, históricos e psicológicos intrínsecos a essas formas de comunicação. E assim, o sujeito constitui a si próprio em um processo de formação da identidade na relação com a língua, o que para Pêcheux (1975), traduz-se na ideia de que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. Não é o que se diz, é como se diz que implica um sentido. Podemos, então, considerar que a linguagem da propaganda é um reflexo e expressão da ideologia dominante que se manifesta em uma maneira que tem o sujeito de ver o mundo.

A esse respeito, Orlandi (2002), diz que, para que uma palavra tenha sentido é preciso que ela tenha sentido anterior, pois é o sujeito que adentra no sentido e não o sentido que “entra” nele. Nessa ordem, os sujeitos inscrevem-se em formações discursivas existentes, porque o sentido é a própria história, e o sujeito se faz significar nessa historicidade em que se insere. Assim, reafirma-se que é nesses discursos já estabelecidos, neste contexto de constantes transformações dos referenciais culturais do sujeito que marca a sociedade atual pelo fluxo e pela efemeridade, que se encontram as ideologias, os valores (BAKHTIN, 2009), reforçando a imagem estereotipada da mulher que associada aos produtos, tão repetidos pelo discurso publicitário, ao longo da programação da TV, por exemplo, permanece a figura feminina – seu corpo em exposição.

Ao término deste momento de reflexão, espera-se que as mulheres não tenham trocado a dominação sobre suas vidas, antes governadas por seus “pais, maridos e patrões, por outra, invisível e, por isso mesmo, mais perigosa”. (DEL PRIORE, 2000, p. 99). Espera-se que as mulheres não se percam entre a violência presente no consumismo desenfreado e na revolução sexual, que por um lado lhes dá liberdade, mas por outro, cobra a exposição de seus corpos sarados, malhados e magros.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

“De forma geral, quando se afirma uma posição, ela é sempre em oposição à outra que se quer negar ou que esteja em disputa”.

(RODRIGUES, 2011, p. 13).

Para iniciarmos uma reflexão sobre os fundamentos teóricos da Análise do Discurso, penso ser relevante partirmos das principais ideias da Linguística Geral, como ciência que se propõe aos estudos sobre os fatos da linguagem, cujo fundador foi Ferdinand de Saussure.

Este linguista suíço, nascido em 1857, em Genebra, deu início aos estudos linguísticos e, três anos após sua morte, em 1916, seus alunos Charles Bally e Albert Sechehaye organizaram o livro *Curso de Linguística Geral* que contém todos os ensinamentos apreendidos de seu mestre, cujos conhecimentos continuam servindo de referência para a continuidade dos estudos da linguística moderna.

Dentre os relevantes conceitos apontados por Saussure, estão as dicotomias entre Língua e Fala, diz ele que, enquanto a língua é concebida como um conjunto de valores que se contrapõem uns aos outros e que está inserida na mente humana como um produto social, por isso, homogênea, a fala é considerada como um ato individual, pertencendo a cada indivíduo que a utiliza, e sujeita a ambientes externos. Significante X Significado é outro tema que Saussure, explica sobre o signo linguístico dizendo que este se compõe de duas faces básicas: a do significado – relativo ao conceito, ou seja, à imagem acústica, e a do significante – caracterizado pela realização material de tal conceito, por meio dos fonemas e letras.

Saussure também explica em sua *Linguística Geral* sobre Sintagma X Paradigma dizendo que o sintagma é a combinação de formas mínimas em uma unidade linguística superior, ou seja, a sequência de fonemas se desenvolve numa cadeia, em que um sucede ao outro, e dois fonemas não podem ocupar o mesmo lugar nessa cadeia. Esse autor explica que o paradigma se constitui de um conjunto de elementos similares, os quais se associam na memória, formando conjuntos relacionados ao significado, do mesmo campo semântico.

E, por último, vale citar aqui os conceitos sobre Sincronia X Diacronia, que Saussure chama diz sobre a existência de uma visão sincrônica, qual seja, o estudo descritivo da linguística em contraste à visão diacrônica, que é o estudo da linguística história, nos signos ao longo do tempo.

Diante do exposto nesta introdução, cabe ainda destacar que a linguística não se apoia na ideia de ser uma ciência isolada e fechada em si, pois que se relaciona com outras diferentes e variadas áreas do conhecimento humano, dentre os quais, pode-se destacar algumas áreas, tais como, a Psicolinguística que estuda a parte da linguística que compreende as relações entre linguagem e pensamentos humanos. A Linguística aplicada que se revela como a parte dessa ciência que aplica os conceitos linguísticos no aperfeiçoamento da comunicação humana, como por exemplo, o caso do ensino das diferentes línguas; a Sociolinguística, considerada a parte da linguística que trata das relações existentes entre fatos linguísticos e fatos sociais. E juntamente com essas áreas está também a Análise do Discurso, esta a qual nos propomos estudar para analisar e compreender a alguns enunciados sobre a sexualidade feminina que circulam na sociedade contemporânea.

2.1 A Análise do Discurso e seu processo histórico

Acontece que tem sido qualificado como “análise de discurso” toda prática que deriva seja do campo das leituras de arquivo (desde que corpora sejam constituídos), seja do campo da análise linguística do “fio do discurso” (desde que esse “fio” ultrapasse as fronteiras da frase).

(PÊCHEUX, 2011, p. 147).

A Análise do Discurso (AD) surgiu na França na década de 60 com os primeiros estudos de Michel Pêcheux e apresentou-se inicialmente como uma sugestão para se explicar os textos na escola. Dessa forma, a Análise do Discurso preocupa-se com o discurso, interessando-se por estudar a língua funcionando para a produção de sentidos, o que permite analisar unidades além da frase, preocupando-se com a estrutura de todo o texto para a compreensão das ideologias nele presentes (ORLANDI, 1999, p.17); indo além de uma análise textual, a análise do Discurso é uma análise contextual da estrutura discursiva em questão.

Para Michel Pêcheux (2011, p. 147), o discurso é o lugar onde se concentram todas as questões relativas à língua, à história e ao sujeito, e por trazer a ideia de correr por, de movimento, de percurso, é vivo e transparente, pressupondo-se que nada lhe fica oculto.

Por outro lado, ORLANDI (2001, pp. 92-93), acrescenta que,

Não é inútil afirmar que o discurso é sempre incompleto assim como são incompletos os sujeitos e os sentidos. Compreendemos a identidade como um movimento na história e os sentidos como trajetos simbólicos e históricos não terminados (...). A incompletude é o índice da abertura do simbólico, dos movimentos do sentido e do sujeito, da falha, do possível.

Assim, o discurso constitui-se em uma atividade linguística ligada ao contexto social onde o texto é desenvolvido, por isso, as ideologias presentes no discurso são diretamente marcadas, também, pelo contexto político-social daquele emissor, estabelecendo-se que é a sociedade quem estabelece o contexto do discurso.

Para Pêcheux, a ideologia é a matriz do sentido e as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Dessa forma, a Análise de Discurso não busca o sentido literal ou explícito das palavras e expressões, mas, o real do sentido dos textos em sua materialidade linguística e histórica, o que sustenta que a ideologia não se apreende, o inconsciente não se controla com o saber e a própria língua trabalha ideologicamente tendo em sua materialidade essa articulação, confirmando que uma mesma palavra, uma mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva. Pêcheux confirma esse posicionamento dizendo que o sujeito é interpelado pela ideologia que o constitui, ou seja, o assujeitamento; mostrando que, ao enunciar, todo sujeito fala a partir de uma Formação Discursiva e, assim, marca uma posição de sujeito; esse posicionamento constitui no sujeito uma identidade enunciativa, posição esta que pode ser ou não contrária ao que foi enunciado anteriormente. E tomo, também, as palavras de Rodrigues (2011, p. 13), quando diz que “De forma geral, quando se afirma uma posição, ela é sempre em oposição à outra que se quer negar ou que esteja em disputa”.

Para discorrer sobre a Análise do Discurso deve-se iniciar a reflexão com o nome de seu precursor, Michel Pêcheux, que deu início os estudos em AD nos anos 60, na França, período esse que coincide com o último e importante movimento filosófico francês, o estruturalismo, que reuniu relevantes nomes da filosofia, como Michel Foucault (1926-1984) e Jean-Paul Sartre (1905- 1980). Igualmente, é importante que se lembre que o período dos estudos de Pêcheux é, também, o período das pesquisas de Ferdinand de Saussure, quando publica o seu Curso de Linguística Geral (1916).

Michel Pêcheux, como precursor da Análise do Discurso, diz que o discurso é objeto de estudos infindos, e que nada lhe escapa, e é nele que estão entrecruzadas e entretidas as

ideias relativas à língua, ao sujeito e à história, na língua está o ponto de análise e discussão que envolvem os sujeitos na suas diferentes histórias.

Dessa forma, considerando-se que a Análise do Discurso é uma prática da linguística no campo da Comunicação, esta consiste, então, em analisar a estrutura de um texto, o discurso em si, e a partir disto compreender as construções ideológicas presentes nesse enunciado. Assim, para a AD o discurso é uma construção linguística em si e uma análise contextual da estrutura discursiva em questão que está ligada ao contexto social no qual o texto é gerado.

A Análise do Discurso também trabalha com a presença das ideologias presentes nos discursos e que estas são determinadas pelo contexto político-social. Da mesma forma, para a Análise do Discurso, não se pode considerar que o sentido é um conteúdo depositado em algum espaço que o sujeito leitor e/ou interlocutor pode procurar e encontrar. Orlandi (2007), explica que o sentido está na materialidade discursiva, no fato de que a língua para significar tem que se inscrever na história.

Essa autora diz que:

A Linguística constitui-se pela afirmação da não transparência da linguagem: ela tem seu próprio objeto, a língua, e esta tem sua ordem própria. Esta afirmação é fundamental para a Análise do discurso, que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo a termo, isto é, não se passa diretamente de um a outro. (ORLANDI, 2007, pg.19)

2.2 A Linguagem em questão: Língua e Ideologia, segundo Pêcheux e Althusser

Para analisar a definição de *ideologia* dada por Althusser, com quem Pêcheux tinha considerável vínculo teórico, primeiramente devemos conhecer a definição de ideologia dada por Marx e Engels, muito usada para a definição de *ideologia* por vários autores.

Dessa forma, se em Marx o termo “ideologia” parece estar reduzido a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social, isso decorre do fato de se tomar, como ponto de partida para a elaboração de sua teoria, a crítica ao sistema capitalista e o respectivo desnudamento da ideologia burguesa. A ideologia a que ele se refere é, portanto, especificamente a ideologia da classe dominante. (BRANDÃO, 2004, p.22).

Após a definição de Marx e Engels, podemos refletir como funciona a *ideologia* de Althusser, também referida por Brandão:

(...) Althusser afirma que, para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismo de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. É aí então que entra o papel do Estado que, através de seus Aparelhos Repressores – ARE – (compreendendo o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões et.) e Aparelhos Ideológicos – AIE – (compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação), intervém ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominante a submeter-se às relações e condições de exploração. (BRANDÃO, 2004, p.23)

Para complementar a definição de *ideologia*, Brandão (2004) também afirma, conforme as palavras de Althusser, que toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeito, exercendo papel importante no funcionamento de toda ideologia. É por meio dos rituais materiais da vida cotidiana que a ideologia opera a transformação dos indivíduos em sujeitos e como categoria constitutiva da ideologia será somente por meio do sujeito e no sujeito que a existência da ideologia será possível.

Nesse entendimento, entende-se que a linguagem está materializada na ideologia e como esta se manifesta na língua, o que Pêcheux (1997) explica: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.

2.3 Discurso e Efeitos de Sentido na Análise do Discurso

Ao produzir sentido o sujeito se produz. Ou melhor: o sujeito se produz, produzindo sentido. É esta a dimensão histórica do sujeito – seu acontecimento simbólico – já que não há sentido possível sem história, pois é a história que provê a linguagem de sentido, ou melhor, de sentidos.

(ORLANDI, 2010, p. 57).

Para refletir sobre *discurso e efeitos de sentido* na AD, tomarei os estudos de Orlandi (2001), em seu livro *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, quando esta autora diz que a Análise do Discurso compreende a linguagem como o elo necessário entre o homem e a realidade natural e social em que vive, sendo o discurso o que torna possível a continuidade quanto a permanência e a transformação deste sujeito no espaço onde ele está inserido.

É relevante que se diga que o termo *discurso*, etimologicamente, traz a ideia de movimento, de percurso, de curso, de correr por, assim, discurso é a palavra em movimento, é o homem na prática da linguagem; desta forma, discurso é o homem, a mulher, a criança e/ou o bebê falando.

Assim, o sentido é o ponto principal para a AD, e a linguagem o seu suporte, responsável pelo sentido inscrito na história.

Desta forma, Orlandi (2001) diz que o trabalho simbólico do discurso é considerar a existência humana, levando em conta a história, os processos e as condições de produção da linguagem, o que é feito pela análise da relação entre a língua e os sujeitos nas suas discursividades e nas situações em que é produzida. Esta autora diz que a análise de discurso tem como objetivo compreender a língua fazendo sentido, no e com o trabalho simbólico, nos sujeitos falantes e suas histórias.

Para Pêcheux (1997b), a concepção de discurso, é o efeito de sentido entre interlocutores e por isso, Orlandi (2001) diz que os *efeitos de sentido*, estão relacionados com a ideologia e são inscritos nas formações discursivas, o que esta pesquisadora confirma dizendo que se as palavras não têm sentido em si mesmas, é porque derivam seus sentidos das diferentes formações discursivas em que se inscrevem; e são as formações discursivas que representam as formações ideológicas. Dessa forma, a ideia de que o sujeito tem controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele não procede, mesmo que o sujeito saiba o que diz “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são apenas nossas. Elas significam pela história e pela língua. (...)” (ORLANDI, 2001, p. 32). Tal proposição contraria a concepção de sentido como tendo um autor e que há um sentido a ser descoberto.

Assim, o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (PÊCHEUX, 1997b, p. 190).

Dessa forma, o que foi dito acima por Pêcheux, pode ser complementado quando ele, outra vez diz que “(...) o discurso materializa o contato entre o ideológico e o linguístico: por um lado, representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas e, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior do ideológico.

2.4 Memória Discursiva e Formação Discursiva

Sobre a memória discursiva, segundo Pêcheux (1999, p. 52) é “aquilo que, em face de um texto surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. (p. 52).

Assim, entende-se que para a AD, todo texto é entendido como a materialização do discurso e como um elemento que se apresenta tal qual uma peça dentro do conjunto de enunciados que constituem a atividade discursiva permitindo, dessa forma, o deslocamento dos sentidos. Destaca-se que, para a AD, não há sentidos fixos a serem extraídos do texto no momento da leitura, pois se o discurso é marcado por efeito de sentidos é, portando, construído a partir da atividade do sujeito leitor, este sendo sempre histórico e atravessado pela ideologia.

Formação Discursiva

Baseando-se nas palavras de L. Althusser, em *Aparelhos Ideológicos do Estado*, e em seus estudos marxistas, Pêcheux diz que a Formação Discursiva está relacionada à noção de formação ideológica, e que por isso, todo enunciado é consequência de um fenômeno histórico-social. Assim, Pêcheux defende a ideia de que aquilo que o enunciador imagina serem suas próprias palavras, não o é, na verdade; mas sim, o eco do que já foi dito, como os costumes e as ideologias presentes por meio das historicidades que vêm se constituindo nos espaços do tempo.

Assim, entendemos que seja relevante considerar aqui, ainda que modestamente, o que seja Formação Discursiva em *Análise do Discurso* para dar continuidade aos estudos e análises que farei a seguir quando da análise dos enunciados nos *ditos* do senso comum sobre o sujeito mulher.

Dessa forma, tomarei o pensamento de Orlandi (1999) quando explica que uma formação discursiva “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito” (p. 43). Pêcheux (1997a), também diz que “o que pode e o que deve dito” é articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa... (p. 160).

Segundo Orlandi (2010, p. 42), o sentido não existe em si, ele é determinado pelas posições ideológicas que estão no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, e estas mudam de sentido de acordo com as posições ideológicas daqueles que as utilizam com consciência do que desejam ou não dizerem. As palavras não possuem sentido nelas mesmas, porém, é na formação discursiva ou ideológica que elas adquirem sentido, quando o que se diz vem com carga ideológica, que se entrecruzam com outras ideologias, permitindo, desta forma, que a formação discursiva compreenda o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia, dando ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso (ORLANDI, 2010).

Dessa forma, a pesquisadora Orlandi diz que para estudar um discurso o analista deve observar como é articulada a linguagem e a ideologia, pois há dizeres presentes e outros articulados na memória dos sujeitos e que esta articulação de formações discursivas são dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória, justificando que as formações discursivas não são blocos homogêneos e nem funcionam automaticamente, mas são constituídas pela contradição, configurando-se e reconfigurando-se em suas relações.

Igualmente, nos diferentes discursos do dia a dia essa historicidade fica diluída entre tantos outros discursos que permeiam a sociedade e os sujeitos interlocutores nem sempre percebem essa realidade.

Assim, nos variados contextos sociais encontramos os *ditos populares* e os provérbios que produzem efeitos de sentido, são estes carregados de historicidade, retratando a ideologia presente na formação discursiva desse do que já foi dito em outros tempos dos antepassados. Esses textos enunciados por meio dos provérbios, dos *ditados* ou *ditos* populares circulam no cotidiano da sociedade e vez ou outra alguém se reporta a eles como já ditos anteriormente.

Destarte, justifica-se a relevância dos estudos e da importância da AD para o exercício das práticas sociais da leitura e da escrita por entender que ditos ou *ditados* populares constituem-se em uma espécie de laboratório, como diz Sírio Possenti (1998), no qual se podem testar teorias sobre a linguagem, com destaque para certas questões estruturais e de leitura, e sobre o sujeito, especialmente em relação a como os sujeitos humanos se caracterizam por serem capazes de certas manobras, apesar da pressão de numerosas instâncias para que se assujeitem cegamente a suas regras e restrições.

2.5 Sujeito e Ideologia

O sujeito ocupa uma posição para falar e é determinado pela linguagem e pela história para se constituir, para produzir sentidos e, sob o modo do imaginário, só tem acesso à (alguma) parte do que diz. Orlandi (2010, p. 48), explica que o sujeito discursivo é pensado como posição entre outras, e que ocupa um lugar para ser sujeito do que diz, mas que não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui (M. Foucault, 1969), são intercambiáveis e que alguém pode falar na posição de advogado, de mãe, de professora, de funcionária e outros.

Dessa forma, o sujeito não é a fonte absoluta do significado, do sentido, não é a origem, pois ele se constitui por falas de outros sujeitos. Assim, o sujeito é resultante da interação de várias vozes, da relação com o sócio ideológico, portanto tem caráter heterogêneo. Vale lembrar que, contrapondo-se a uma filosofia idealista da linguagem (que concebe o sujeito como fonte e origem de tudo o que diz e o sentido como algo já existente), Pêcheux & Fuchs (1975) afirmam que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimento.

Segundo Pêcheux (1988), o *esquecimento nº 1* é de natureza inconsciente e ideológica: o sujeito se põe como origem de tudo o que diz e procura rejeitar, apagar, de modo inconsciente, tudo o que não está inserido na sua formação discursiva, o que lhe dá a ilusão de ser o criador absoluto de seu discurso.

Para o mesmo autor, o *esquecimento nº 2*, é de caráter pré-consciente ou semiconsciente e o sujeito privilegia algumas formas e extingue outras no momento em que escolhe determinados dizeres em detrimento de outros. Dessa forma, o sujeito que fala tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado, acredita que todo interlocutor apreenderá suas mensagens e suas intenções da mesma forma. Assim, “os outros” do discurso que determinam o seu dizer não são percebidos, assim como ele próprio, aquele que fala, não tem controle total sobre os efeitos de sentido que o seu dizer provoca, necessariamente porque sentidos indesejáveis são mobilizados.

Segundo Orlandi (2010, p. 45), “Não há sentido sem interpretação”, e é essa afirmação que atesta a presença da ideologia. Assim, diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar e ao mesmo tempo em que interpreta, nega, colocando a interpretação no grau zero. Nesse apagamento de interpretação, há transposições de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura e opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis e naturalizadas. Dessa forma, nem a linguagem, nem os

sentidos, nem os sujeitos são transparentes, todos eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente.

Essa autora baseando-se nos estudos de Pêcheux (1975), prossegue afirmando que a língua também não é transparente e nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação, pois o vivido dos sujeitos é formado pela ideologia.

A ideologia é a condição para a formação do sujeito e dos sentidos e é por ela que o sujeito produz o dizer, já que o trabalho da ideologia é produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Orlandi (2010, p. 46), apoiando-se em Pêcheux afirma que a característica comum da ideologia é dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas, aí se constituindo o sujeito e que as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações, sendo este o efeito da determinação do interdiscurso, da memória.

A ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, para que haja sentido, intervém com seu modo de funcionamento imaginário e, é ela quem faz com que haja assujeitados. Assim, “A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”. (ORLANDI, 2001, p. 100).

A evidência do sujeito apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e são esses *esquecimentos* que se dão de tal modo que a subordinação-assujeitamento se realiza sob a forma da autonomia, esfumando-se o interdiscurso. Assim entendida, a ideologia não é ocultação, mas função da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro. Dessa forma, a relação da ordem simbólica com o mundo se realiza, para que haja sentido e que a língua, como sistema sintático passível de jogo - de equívoco, sujeita a falhas - se inscreva na história, sendo essa inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história chamado de discursividade.

O sentido é assim, dessa forma, (Orlandi, 2001) uma relação determinada pelo sujeito, afetado pela língua, com a história, sendo este o traço de relação da língua com a exterioridade, o que explica que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, determinando que ideologia e inconsciente estão, materialmente, ligados por este processo e pela língua.

Segundo Orlandi (2010, p. 48), a interpretação do discurso é regulada em suas possibilidades e condições, o que não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido, essa interpretação não é livre de determinações, não é qualquer interpretação que

serve e esta é desigualmente distribuída na formação social. Ainda sobre a interpretação, Orlandi explica que esta é garantida pela memória em dois aspectos: a memória institucionalizada, arquivo, o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela. Já a memória constitutiva - o interdiscurso - é o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo). Desta forma, a interpretação se faz sobre estas duas memórias, podendo tanto estabilizar como deslocar os sentidos.

Para o filósofo Althusser (1992), o trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento e apenas quando passa para o anonimato o dizer produz o seu efeito de literalidade, o que pode ser exemplificado quando esquecemos quem disse *colonização*, como e por que, que o sentido de *colonização* produz seus efeitos (memória). Assim, os sentidos trazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores. Igualmente, para este autor, a ideologia tem existência material, e é a partir dessa existência material que ela deve ser estudada, *não com meras ideias*.

Assim, paramos aqui, por ora, nossa reflexão sobre sujeito e ideologia, fechando este tópico com o pensamento de que a representação da identidade da mulher veio sendo construída, implícita e ideologicamente, pelo tempo, por meio dos *ditos*, ou *ditados populares*, ficando marcada, e materializada, na memória discursiva da vida dos sujeitos, interpelando-os e assujeitando-os.

Interessa-me dizer, ainda, que muitos sujeitos quando riem, e se divertem, diante de um *dito* enunciado por Platão, que viveu nos idos 348-347 a. C., e escreveu em *A República - V livro*, referindo-se à mulher: é a “*reencarnação dos homens covardes e injustos*”, estão *materializando e agenciando* uma ideologia que estereotipa e oprime a vida da mulher.

Ou, de igual modo, quando sujeitos “adesivam” seus veículos, ainda que seja uma carroça transportando galhos secos, com o *dito* “*Você sabe por que a mulher não consegue escutar música no fone de ouvido? É por que o som não se propaga no vácuo*”, “*Mulher é como vinho: Tem que manter na horizontal, no escuro e com rolha na boca*”, estão repetindo os mesmos *discursos ideológicos* enunciados antes da Idade Média?

Fica, portanto, a impressão de que história sobre a vida das mulheres tem sido discursiva e ideologicamente marcada pelos *estereótipos* que as colocam à margem das sociedades e negam-lhes direitos essenciais à vida.

Quando refiro-me ao termo *estereótipo* para afirmar sobre as muitas discursividades que circundam a história da vida das mulheres, baseio-me nos estudos de Amossy; Herschberg Pierrot (1997) para explicar: o termo *estereótipo* tem origem no início do século

XIX, quando a imprensa inventou a tipografia: procedimento para reproduzir em massa um modelo fixo. Esse modelo pronto ficou denominado *de clichagem* ou *estereotipia*. Na mesma época, em 1860, o termo foi utilizado para referir-se a uma frase feita de uso repetido na escrita ou na oralidade. A partir desse conceito, o termo adquiriu o sentido de fixidez, pronto, acabado, sem sofrer alterações ao longo do tempo.

Por conseguinte, observei durante a pesquisa, no momento de coleta do *corpus*, durante as leituras de base teórica e quando iniciei as análises, que os *ditos* sobre o sujeito mulher são *estereotipados*, e representados, nos aspectos físico, psicológico, sexual, moral, patrimonial/econômico, quer seja, o que se disse sobre a mulher no Egito Antigo continua se repetindo como em uma *clichagem*, ou *estereotipia*, em uma *reprodução em massa de um modelo fixo*, colocando a mulher como tema para divertir os sujeitos.

O que pergunto a esta altura é: os *ditos* estereotipados sobre a mulher, postos como para entreter os sujeitos, não estariam contribuindo para a continuação da violência contra a mulher nos diferentes espaços da sociedade?

Posto isto, sugiro que se promovam, governo e sociedade, mudanças no sentido de que se desenvolvam políticas públicas que atendam às mulheres em seus direitos e garantias à vida.

2.6 Os ditos do senso comum como texto no atual contexto sócio-histórico

As pessoas usam os provérbios para dizer a outras o que fazer ou que atitude tomar em relação a uma determinada situação. Assim, os provérbios são “estratégias para situações”, mas estratégias com autoridade, que formulam uma parte do bom senso de uma sociedade, seus valores e a maneira de fazer as coisas.

(OBELKEVICH, 1997, p. 45)

Usamos a citação de OBELKEVICH (1997, p. 45) como epígrafe para iniciar este sub capítulo, pelo fato de os *ditos* do senso comum muito se aproximarem dos provérbios em sua composição como gênero discursivo. Os provérbios existem desde a Antiguidade, no Egito (anterior a 2500 a. C.) e em sua maioria não têm autoria, transmitem conhecimentos relacionados à vida cotidiana e têm sido usados até nos dias atuais. Os provérbios também foram bastante utilizados na Inglaterra moderna por pessoas de todos os grupos e classes sociais. Na Inglaterra, segundo Obelkevich (1997), existiu uma compilação atribuída a certo

Alfredo que depois de feita a organização entregou o presente impresso à Rainha Elisabete I. Políticos e autoridades da Europa renascentista memorizavam vasta lista de provérbios para usarem em seus discursos. O autor de “Provérbios e História Social”, ainda explica que nas sociedades do Terceiro Mundo da atualidade, e entre os povos merinos de Madagascar, é comum os governantes memorizarem lista de provérbios que se misturam entre os slogans políticos e os provérbios folclóricos, criados pelo povo.

Assim, tomo também as palavras de Orlandi (2001), para compreender sobre o sentido dos *ditos* do senso comum, quando ela diz que não se pode considerar que o sentido é um conteúdo depositado em algum espaço e que pode ser procurado, pois não será encontrado, já que o sentido está na materialidade discursiva, no fato de que a língua, para significar, tem que se inscrever na história, esta que se constrói na fala do senso comum do povo, nas manifestações culturais, como o folclore, por exemplo.

Igualmente, Bakhtin (2004, p. 123-124), que trata da ideologia do cotidiano, afirma que o enunciado é um fenômeno histórico-social, assim, o que o enunciador pressupõe serem as suas palavras, são, as palavras, as ideias, os pensamentos dos seus antepassados, de sua historicidade, que como eco retumba entre os costumes, os valores e as ideologias por meio dos tempos, o que no discurso do dia a dia, essa realidade, fica disfarçada, passando despercebida pelos demais interlocutores.

Dessa forma, encontramos no cotidiano diferentes gêneros do discurso, carregados de historicidade e ideologias, como o *clichê*, o *dito popular* ou *ditado*, o *adágio*, o *rifão*, o *anexim* e a *parêmia*, os quais se diferenciam uns dos outros em alguns aspectos.

Há ainda, os *provérbios*, as *máximas*, as *frases-feitas*, as superstições, os *aforismos*, os *slogans*, que se diferenciam, também, dos provérbios. Estes últimos são mais usuais por serem mais fáceis de serem memorizados, apresentam-se de formas mais expressivas e terem a pretensão de apontarem verdades universais, por isso, também, agradam mais aos leitores. Já as *máximas* são proposições que têm semelhança com os provérbios, apresentam ou não autoria e, geralmente, apresentam uma regra de conduta ou alguma advertência moral. Quanto ao *ditado*, este é a designação geral do *provérbio*, do *adágio*, do *rifão*, do *anexim* e também dos *ditos do senso comum*, objeto do *corpus* desta pesquisa.

Diante dessas considerações, observa-se que o *rifão* e o *anexim*, que têm como característica principal serem portadores de mensagens implícitas, *grosseiras* e *vulgares*, apresentam conteúdos com objetivos irônicos e maliciosos, característicos, também, dos *ditos do senso comum*, *corpus* desta pesquisa.

2.7 O gênero discursivo ditos do senso comum e sua relação com a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão do texto.

Se (...) o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. Por isso, a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo (...).

(ORLANDI, 1999, p.36-37).

Entendi ser relevante considerar aqui, ainda que brevemente, sobre o *dito popular* como gênero do discurso e sua relação com a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão do texto, justamente por este gênero discursivo fazer parte da sociedade e permear as atividades discursivas entre os sujeitos desde o período da Antiguidade.

Igualmente, para conceituarmos *gêneros de discurso*, utilizamo-nos dos estudos de Bakhtin (2003): é a partir de um enunciado que os gêneros do discurso resultam em formas-padrão “relativamente estáveis”, determinadas sócio-historicamente. O autor menciona que as atividades comunicativas do dia a dia são pautadas por meio dos muitos e variados gêneros do discurso, que vão desde a conversa mais informal, até ao mais rebuscado e elaborado texto científico. Assim, os gêneros discursivos surgem na sociedade, conforme Bakhtin (2003), “quase da mesma forma com que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo da gramática”. (Bakhtin (2003, p.282). No Brasil, há diversidade de estudos sobre os gêneros do discurso, com diferentes interpretações e vasta diversidade terminológica e conceitual, porém, segundo Marcuschi (2002), os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e exercício de poder, sendo a forma de inserção, ação e controle social. Dessa forma, o texto só terá sentido para o seu receptor quando este compreender as relações presentes na construção do discurso, o que se pode denominar como premissa básica para existência da comunicação verbal – emissor, receptor e compreensão do texto.

Assim, considera-se que o gênero *dito* do senso comum, ou ditado popular, bastante semelhante ao gênero discursivo *provérbio* em sua composição, seja um texto que promove a intertextualidade e a ambiguidade, o que exige a habilidade de inferência ao ser interpretado e compreendido pelos sujeitos interlocutores.

Sobre o *dito*, ou ditado popular, OBELKEVICH (1997, p. 120), menciona que este encerra a cultura de um povo, representa a vida das pessoas, dos animais, dos seres inanimados e reflete a sabedoria de um povo. Há *ditos*, ou ditados populares, também, sobre a religião, o comportamento das pessoas na vida em sociedade. Há *ditos* sobre a fauna, a flora, a agricultura e sobre muitos outros aspectos da vida. E há *ditos*, ditados populares, sobre as mulheres, objeto desta pesquisa.

E assim, como já referimos acima, o *dito* é um gênero do discurso que leva o sujeito leitor a pensar em outros gêneros discursivos, dando-se, a partir daí, a intertextualidade. Esta intertextualidade visa a levar o sujeito a outros diferentes textos relacionando-os (ou não) àquela primeira ideia, do primeiro texto. Já a ambiguidade, funciona de forma que o discurso possa ter mais de um sentido ou significado, exigindo-se, a partir daí, que o sujeito interlocutor tenha de inferir para apreender o sentido do texto. Assim, esse chamado, popularmente, “duplo sentido”, tem o objetivo de divertir e entreter o sujeito interlocutor por meio dos jogos de palavras, das metáforas, das repetições sistemáticas, das insinuações, das onomatopeias, combinações de sons, hipérbolos ou exageros, uso de estereótipos (modelos fixos), testemunhos em discurso direto e outras estratégias discursivas, transmitindo, de forma sutil, a ideologia presente nos textos apresentados.

Sobre esse popularmente “duplo sentido”, esse *outro sentido*, ou *ambiguidade*, Orlandi (1999, p. 126) explica como os *deslocamentos* que as palavras e expressões adquirem nos discursos, sejam eles orais ou escritos, ou seja, o deslocamento dos sentidos, a ruptura de processos de significação.

Assim, diante do exposto até aqui, percebe-se que para que haja satisfatória apreensão do sentido do texto nos *ditos*, ou ditados populares, é necessário que o sujeito leitor tenha a interpretação e a compreensão (do sentido dos textos).

E dessa forma, para que haja, de fato, a interpretação e a compreensão do texto é preciso que o sujeito leitor seja interpelado pelas diferentes ideologias presentes no discurso apreendendo, dessa forma, o sentido do texto, pois será a partir da análise de todos os aspectos do discurso que se chegará ao objetivo principal - o sentido do texto, que não é fixo, devido a diferentes motivos.

Vale também considerar que o sentido do discurso encontra-se sempre em aberto para a possibilidade de interpretação e compreensão da parte do sujeito receptor; privilegiando-se que o efeito do discurso é, prioritariamente, transmitir uma mensagem e alcançar um objetivo premeditado por meio da interpretação e interpelação do indivíduo que se deseja alcançar. Nesse pensamento, é possível atribuir algum conceito sobre o que seja a

interpretação e a compreensão de um texto. Para confirmar esta ideia vale utilizar-se dos estudos de Benveniste (1988), quando diz que subjetividade é a capacidade de o locutor se apresentar como sujeito do seu discurso e está fundamentada no exercício da língua, quando o locutor utiliza determinados índices formais, como os pronomes pessoais, para enunciar sua posição no discurso.

Sobre essa questão da subjetividade, valho-me, igualmente, da reflexão posta por Rodrigues (2011):

De uma perspectiva discursiva, os gêneros de discurso possuem uma historicidade, são produções escritas com certas características peculiares de uso corrente: composição, forma, conteúdo, forma diversa de representar e capturar a realidade, de materialização em seus aspectos estruturais, formas de organização que lhes garantem enunciabilidade, que marca o ponto de vista discursivo da enunciação e da sua própria funcionalidade. No entanto, a questão do gênero não está resolvida, vai depender da disciplina e da perspectiva teórica e, em alguma medida, da própria especificidade de quem os aplica. RODRIGUES (2011, p. 23).

E sobre essa absorção do sentido do texto, Orlandi (2001), diz que a leitura passa por três estágios diferentes: a *inteligibilidade*, a *interpretação* e a *compreensão* do texto. O inteligível refere-se ao processo pelo qual se atribui um sentido literal, a partir da decodificação da palavra e diz respeito apenas ao sentido dicionarizado e convencionado nos manuais didáticos – é a apreensão pura e literal do sentido da palavra.

A interpretação é o próximo estágio, é quando se dá, também, o contexto - a divisão do texto em partes para explicar o contexto, é a fragmentação dos enunciados que compõem a textualidade, apreendendo-se as informações explícitas do texto, sem considerar a relação do texto com os demais aspectos sócio-históricos e/ou implícitos. A interpretação é, então, esse segundo momento, esta prática que extrapola a letra do texto, pois se baseia nas relações entre texto e contexto.

Já a compreensão do texto vai além dos dois primeiros estágios. Orlandi (2001) diz que para compreender o texto “é preciso relacionar os diferentes processos de significação que acontecem...” (em um texto). Compreender o texto é, portanto, uma atividade complexa, pois se pressupõe que se coloque o texto em relação com o processo de enunciação, relacionando-o com o contexto sócio-histórico, considerando os contextos de produção e circulação. No estágio da compreensão é que se dá o reconhecimento dos possíveis sentidos do texto, a identificação das informações implícitas e os possíveis diferentes sentidos do texto. Nesse estágio da leitura o leitor já terá compreendido que o sentido do texto pode

sempre ser outro, e pode haver equívoco constitutivo na linguagem e que há certa opacidade em cada texto.

Nessa abordagem, é relevante ponderar que o sujeito leitor dos *ditos* no discurso sobre a mulher terá de perpassar pelos três diferentes estágios da leitura, para, ao final, compreender que ler, interpretar e compreender textos significa deduzir o sentido de uma palavra ou expressão, com base na compreensão do que está implícito no texto. Essa habilidade de inferir o sentido de uma palavra ou expressão em um texto se desenvolve por meio de um texto no qual o sujeito leitor, ao inferir o sentido da palavra ou expressão, seleciona informações presentes na superfície textual e estabelece relações entre essas informações e seus conhecimentos prévios.

Já a capacidade de inferir uma informação implícita em um texto se dá com base em ideias pressupostas ou subentendidas no texto. As ideias pressupostas são aquelas não expressas de maneira explícita, que decorrem logicamente do sentido de certas palavras ou expressões contidas na frase. As ideias subentendidas são insinuações, não marcadas linguisticamente contidas em uma frase. Os pressupostos devem ser verdadeiros ou admitidos como verdadeiros, porque é a partir deles que se constroem as informações explícitas. O subentendido transmite a informação desejada sem comprometer o falante.

Essas inferências têm por base, sobretudo, o conhecimento de mundo do sujeito leitor que lhe permite ler as entrelinhas, perceber os *deslocamentos*. Essa habilidade pode ser desenvolvida pelo sujeito leitor por meio de um texto, no qual este buscará informações para além do que está escrito, mas que são autorizadas pelo texto. Ao realizar este movimento, o leitor estabelece relações entre o texto e o contexto dele (do sujeito leitor). Dessa forma, cumpridas estas três etapas anteriores, está o leitor apto para empreender a aplicação do conteúdo da leitura, de acordo com o objetivo que se propôs. O ato de ler é o processo de construir significado a partir do texto o que se torna possível pela interação dos elementos textuais com os conhecimentos do leitor.

Quanto maior for a concordância entre eles, maior a probabilidade de êxito na leitura. Assim, compreender um texto é, para cada sujeito, um processo social de construção dos significados em seus encontros e interações com as ideias, as pessoas e os acontecimentos.

Cada sujeito desenvolve ao longo da vida uma determinada concepção de leitura e possui uma definição própria de ler em função de experiências vividas durante a vida em sociedade. A concepção de leitura, portanto, surge da convivência social com outras pessoas ou de situações vividas dentro das diversas instituições em que a leitura se faz mais diretamente presente, como por exemplo, a escola, a biblioteca e a família.

Um caminho para delinear e estabelecer uma concepção de leitura é verificar a trajetória de cada sujeito e seu ato de ler, em uma sociedade historicamente situada, repleta de grande diversidade textual que se espalhou pela sociedade e hoje não há como ignorar este fato. De acordo com Marcuschi (2002), os gêneros textuais são os textos materializados que circulam em nosso cotidiano e que apresentam características sociocomunicativas definidas por seu estilo, função, composição, conteúdo e suporte. Deve-se também considerar, que de acordo com a Linguística Textual, os gêneros textuais abarcam todos os textos produzidos por falantes de uma língua. Assim que, o romance, o conto, a carta pessoal, a crônica, o torpedão, a conversa telefônica, o e-mail, e tantos outros modelos de gêneros do discurso circulam diariamente pela sociedade e são utilizados pelos diferentes usuários da língua.

Antes, porém, de se discorrer sobre os diversos gêneros de textos, é relevante considerar a história destes, que se deu no início com os povos de cultura essencialmente oral, nesse período a presença dos gêneros foi limitada. Depois surgiu a escrita e, com ela, multiplicaram-se os gêneros, referentes a esse estilo. Após o século XV, surgiu a imprensa e com ela os gêneros que cresceram mais ainda na fase de industrialização iniciada no século XVIII. Percebe-se que os gêneros estão intimamente ligados à transformação da sociedade, e nos últimos tempos foram inseridos à cultura eletrônica, atingindo não só a escrita, como também a oralidade.

Para contribuir com este pensamento, vale considerar a definição para gêneros textuais, segundo Marcuschi (2005, 59):

[...] eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

Comprova-se, dessa maneira, que os gêneros do discurso surgem na sociedade, devido à necessidade da comunicação, muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais, ficando em um segundo plano as suas peculiaridades estruturais e linguísticas e, à proporção que aparecem, juntam-se funcionalmente nos contextos socioculturais e aí se estabelecem.

Estudiosos discordam uns dos outros quanto à quantidade dos gêneros textuais que estão circulando na sociedade, de modo que, afirmam que a lista é extensa, quase impossível de delimitar sua quantidade. Já houve por parte dos estudiosos acaloradas discussões ao se

definir o número dos gêneros textuais, no entanto, depararam-se com alguns obstáculos, pois os gêneros são dinâmicos, e também surgem da transmutação de outros gêneros. São inúmeros, e, assim como aparecem, podem desaparecer, por isso, a dificuldade de uma classificação exata.

Ainda de acordo com Marcuschi (2002, p. 145) “os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social”, portanto, os gêneros permeiam vida de todas as pessoas. Os gêneros discursivos são para a vida em sociedade, quando cada sujeito seleciona as palavras apropriadas para formular um enunciado que seja compreensível e que cause um efeito de sentido no seu interlocutor. Esse interlocutor atribui um sentido para o enunciado recebido e, assim, um novo texto surge.

CAPÍTULO III – A MULHER “NA BOCA DO POVO” – A ANÁLISE DOS DITOS NO DISCURSO DO SENSO COMUM

[...] os espaços sociais comportam e regem uma diversidade de modos de existência, de valores, de crenças, de sentidos, de objetos, de linguagem. Outra especificidade dos espaços sociais é que eles são marcados por um tipo de identidade que pode ou não corresponder, direta ou indiretamente, a um tipo de ideologia.

(RODRIGUES 2007, p. 66)

Desejo começar este capítulo em que procedo à análise dos *vinte e dois* enunciados selecionados para esta pesquisa, com a afirmação de Rodrigues (2011, p. 54), quando diz que “Os discursos, ao se constituírem, trazem, além de suas características específicas (seus sentidos, seus efeitos, suas relações, suas filiações históricas), as suas temáticas, a partir da forma de articulação e de funcionamento do conjunto de objetivos inscritos em seu interior”, o que em outras palavras, significa dizer que a condição da linguagem é a incompletude e que nem sujeitos e nem sentidos estão completos, já terminados e prontos. Assim, sentidos e sujeitos constituem-se no contexto social em que estão inseridos, fazendo-se em meio às ideologias determinadas pelo contexto político-social.

Igualmente, retomo mais uma vez os estudos de Orlandi (2001, p. 17), quando a autora trata sobre *Discurso*, e diferencia a *análise do conteúdo* da *análise de discurso*; a primeira tenta extrair sentidos do texto, enquanto que a última entende que a linguagem não é transparente e estuda o texto como materialidade própria e significativa, juntamente com as condições de produção que compreendem os sujeitos, a situação e a memória.

Assim, partindo desses princípios da AD, pretendo, a partir de agora, iniciar o trabalho de análise de um conjunto de enunciados composto por vinte e dois *ditos* do senso comum, coletadas de diferentes espaços sociais. Para tanto, recorro à Análise do Discurso, que se particulariza por articular a materialidade linguística, o histórico-social e o político (ORLANDI, 2001), numa tentativa de se compreender *alguns aspectos ideológicos* presentes nos *ditos* do senso comum, que circulam na sociedade.

Muito diferentemente do que se diz, os *ditos populares* não são apenas *dizeres*, ou *piadas*, para entreter ou divertir os sujeitos, embora se apresentem como discurso humorístico, mais especificamente, irônico, são posições nas quais os sujeitos discursivizam para lembrar que os sentidos não são absolutos e nem definitivos, mas são relativos e provisórios; são enunciados carregados de sentidos que refletem a ideologia de uma

sociedade ainda bastante *machista*⁴, que se enuncia por meio de sujeitos, grupo e/ou sociedade, que expressa(m) por meio de opiniões e atitudes, a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros sexuais, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino e, que exclui as mulheres e valoriza o comportamento masculino sobre o feminino. Para corroborar essa afirmação sobre o machismo na sociedade, tomo as palavras de DRUMONT (1980, p. 81) “... o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”.

Nesse sentido, voltando à reflexão sobre o humor, que se diz presente nos *ditos* no discurso do senso comum, segundo a caracterização do gênero, este serve para entreter e divertir, tomo os estudos sobre piadas, de Possenti (1998, p. 42): “Se você diz a alguém que estuda piadas, o primeiro efeito que produz ainda é o riso. É uma pena que seja assim, porque as piadas são, de fato, um tipo de material altamente interessante, por várias razões.” Esse pressuposto do autor nos diz que os textos de humor se prestam, também, a oferecer vasto suporte para estudos de diferentes situações presentes na sociedade, como por exemplo, o sentido ideológico, os implícito do texto, bem como, o sentido atribuído ao texto pelo sujeito leitor.

Outro estudioso de gêneros humorísticos orais e escritos, PROPP (1992, p. 46), nos diz sobre os diferentes aspectos do riso, que vão desde situações de fracasso e insucesso na vida dos sujeitos, como também, sobre a mentira, a zombaria e o cinismo. O autor, também, comenta que as pessoas riem de alguma situação ou de alguém, porque no íntimo delas acontece certa contradição com o que elas pensam.

Igualmente, entendo ser relevante considerar sobre a *ironia* presente, também, nos *ditos* do senso comum e em todos os tipos de discurso. Tomo, portanto, a consideração de Brait (1996):

A ironia se manifesta em qualquer tipo de texto: A ironia, seu efeito humorado, tanto pode revelar-se via um chiste, uma anedota, uma página literária, um desenho caricatural, uma conversa descontraída ou uma discussão acirrada, espaços ‘institucionalizados’ para o aparecimento de discursos de humor, quanto em outros, como a primeira página de um jornal sério e que não tem por objetivo divertir seus leitores (BRAIT, 1996, p. 14).

⁴Machista/sociedade machista: DRUMONT (1980, p. 82): O machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos.

Dessa forma, desejo trazer alguma clareza sobre estas questões, também, refletindo-se sobre a ideologia presente no humor dos *ditos* constantes nesta pesquisa, reafirmando-se ser a AD o suporte teórico para estas análises, já que o sujeito do discurso carrega consigo marcas do social e do ideológico, não tendo assim, a pretensão de ser a fonte do sentido e, dessa forma mostrar que linguagem e sentido não são transparentes, conforme explica Orlandi (2001), quando diz que não se pode considerar que o sentido é um conteúdo depositado em algum espaço, diz ela igualmente que o sentido não pode ser procurado, pois não será encontrado, já que o sentido está na materialidade discursiva, no fato de que a língua para significar tem que se inscrever na história.

E para auxiliar nessa compreensão do processo de análise linguística e análise histórica das condições de formação dos enunciados, tomo as palavras de Orlandi (1996), quando diz que:

O discursivo pode ser definido como um processo social cuja especificidade está no tipo de materialidade de sua base, a materialidade linguística, já que a língua constitui o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. Daí decorre que a forma da interpretação - leia-se: da relação dos sujeitos com os sentidos - historicamente modalizada pela formação social em que se dá, é ideologicamente constituída. (ORLANDI 1996, pp. 146-147).

Nessa linha de pensamento, procedo adiante nessa tentativa de analisar os vinte e dois enunciados – *ditos* no discurso do senso comum, baseando-me nessa inscrição historicamente modalizada pela formação social em que estão inscritos os sujeitos que discursivizam a seguir. Tento organizar as análises em *dez hierarquias* e estabeleço um método de análise para as *categorias* de violência praticadas contra a mulher.

3.1 DISCURSO SOBRE A VIOLÊNCIA FÍSICA

3.1.1 “Mulher é igual a pênalti mal batido; um chuta, outro pega.

3.1.2 “A mula e a mulher: o pau as cura”.

3.1.3 “À mulher brava, corda larga”.

3.1.4 “Nem todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais”.

3.1.5 “Mulher que assobia e galinha que canta, faça na garganta”.

3.1.1 “Mulher é igual a pênalti mal batido; um chuta, outro pega.

O termo pênalti pertence ao futebol e significa falta máxima punida com chute direto a 11m do gol. Sendo assim, fazendo-se uma releitura desse texto ficaria *Mulher é igual à falta máxima punida com chute: um chuta, outro pega.*

Já o vocábulo chutar significa, entre outros sentidos, por de lado, desprezar e arremessar. Já o verbo pegar nesse contexto, tem uma conotação de apossar-se, apoderar-se sem levar em conta se o outro aceita ou não, ser tomado. Circula socialmente a expressão “Fulano tá pegando fulana.” O sentido é de que se está aproveitando do outro, levando vantagem no relacionamento, sem assumir um compromisso na relação.

Destarte, observam-se duas situações de violência contra a mulher – a primeira é a violência física, do chute, do arremesso; a segunda é do machismo do homem que não é muito diferente do homem da Antiguidade, visto no início deste texto – que comanda a relação sexual, quem toma a iniciativa; *é ele quem pega* e quem decide.

Assim, recorre-se aos pressupostos teóricos da AD para dizer que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. E este princípio básico da noção de sujeito em AD mostra que o sujeito é, sempre, afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia.

Para Pêcheux (2009, p.160) o “sentido de uma palavra, de uma expressão, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico nas quais as palavras e expressões são produzidas”. Assim, a AD parte do pressuposto de que o sujeito não é fonte do sentido, antes se forma por um trabalho de rede de memória, constituído pelas diferentes formações discursivas, que vão representando, no interior do discurso, diferentes posições-sujeito, resultado das contradições, dispersões, descontinuidades, lacunas, pré-construídos, presentes no discurso.

Diante do que já se analisou, cabe dizer que estes sujeitos foram interpelados ideologicamente, possuem uma historicidade, porém, sem consciência do que enunciam - têm a ilusão de que o discurso lhes pertence.

3.1.2 “A mula e a mulher: o pau as cura”.

Este enunciado contém a comparação da mulher com a mula e diz que ambas podem ser curadas de seus males, supostamente as “teimosias” e as “desobediências”, por meio da violência física, seja pelo chicote ou pelo relho.

A mula é o filhote resultante do cruzamento do jumento com a égua e já nasce estéril, não tem óvulos. A esterilidade se deve ao fato de o número de cromossomos nos gametas, células sexuais, do jumento e da égua serem diferentes. A égua possui 52 cromossomos e o jumento possui 56. O órgão sexual da mula não é desenvolvido e esse fato dificulta o acasalamento.

Dessa forma, há o primeiro aspecto a ser observado na análise do *dito* acima: a vida sexual e reprodutiva da mulher é comparada ao animal mula, que já nasce diferente dos demais e com algumas deficiências genéticas.

Sobre a mula se diz, também, que é muito utilizada nas tarefas que exigem força, daí, a expressão: “Fulana trabalhou como uma mula”, sempre foi utilizada nos trabalhos nas lavouras, tanto para transportar cargas, como também para arar a terra, por ter paciência e vigor físico. No entanto, da mula, igualmente, se diz que possui coice muito forte, não gosta dos cachorros e quando não quer fazer algum trabalho ou não quer ir a algum lugar, costuma parar fixamente em um lugar e não sai, daí a expressão, “mula empacada”.

Assim, por ter essas características particulares, a mula é chamada de teimosa, birrenta e desobediente, o que faz com que seu dono, ou quem dela se beneficia, lhe bata com paus ou chicotes para que saia do lugar, *desempaque* e desempenhe suas tarefas. À mula e às suas características é comparada a mulher, que também foi protagonista da afirmação de Aristóteles, 384-322 a.C., quando registrou suas pesquisas sobre história natural, zoologia, descrições de peixes, mariscos e outros animais, disse que a mulher é fêmea em virtude de ser mais vulnerável à piedade, de chorar com mais facilidade, ser mais propensa à inveja, à lamúria, à injúria, ter menos pudor e menos ambição e, ser menos digna de confiança.

Dessa forma, é *dito* que a mulher e a mula têm características comuns, e se a mula precisa apanhar para ser corrigida, curada, de suas teimosias e desobediências, a mulher também precisa apanhar para ser curada da sua inveja, da sua lamúria, da sua ambição e, também, por ser menos digna de confiança, segundo as palavras do filósofo da Idade Antiga.

3.1.3 “À mulher brava, corda larga”.

Em uma sociedade machista, em que o homem se sobressai sobre a mulher, haverá os dois lados, o do dominador e o do dominado, subjugado, no caso desta análise, a mulher, que não pode ser brava.

Como já vimos anteriormente, “O machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominância que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos”. DRUMONT (1980, p. 82.), portanto, há quem manda e determina e o outro, neste caso, a mulher, que obedece e faz o que lhe é mandado.

Assim, quem pode ser bravo é o homem, pois, é ele quem manda e determina, a mulher deve, portanto, obedecer, já que é a dominada, por isso, ela deve ser mansa e não deve ser brava.

No *dito* há uma recomendação quanto ao objeto para açoitar a “mulher brava”, uma “corda larga” para poder atingir a maior parte do corpo da mulher. Uma corda fina atingiria pequena parte do corpo da mulher, mas uma “corda larga”, atinge uma área maior.

Dessa forma, vê-se nesse *dito* uma inferência sobre como se espera que seja o comportamento da mulher, de mansidão e submissão, mesmo diante de situações que lhe oprimam e subjuguem.

Assim, estes dois enunciados “*A mula e a mulher: o pau as cura*” e “*À mulher brava, corda larga*”, igualmente apontam para o discurso de violência física contra a mulher, ambos previstos como crime na Lei n. 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha.

É importante que, se mencione que segundo dados dispostos na Cartilha Viver sem violência/Entenda a Maria da Penha, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, de Abril/2015, uma em cada cinco brasileiras já sofreu alguma forma de violência doméstica cometida por um homem. No Brasil, cerca de 80% dos casos de agressão contra mulheres foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros e 56% de brasileiras e brasileiros conhecem um homem que já agrediu uma parceira e 54% conhecem ao menos uma mulher que sofreu algum tipo de agressão do parceiro.

3.1.4 “Nem todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais”.

Os implícitos deste enunciado confirmam e reforçam a ideologia machista que vem atravessando a história e se estabelecendo na memória discursiva dos sujeitos com a premissa de que “mulheres gostam de apanhar”. Assim, segundo o discurso que atravessa esse sujeito que fala: *mulher que não gosta de apanhar não é uma mulher normal*, porque, segundo o *dito*, é normal mulheres gostarem de apanhar.

Segundo os boletins de violência contra a mulher e cartilhas explicativas, há diferentes tipos de violência, tais como, bater e espancar, empurrar, atirar objetos, bater, morder ou puxar os cabelos, estrangular, chutar, torcer ou apertar os braços, queimar, cortar, furar, mutilar e torturar, usar arma branca, como faca ou ferramentas de trabalho, ou arma de fogo e, todas esses atos violentos geram dores físicas e ou emocionais na mulher.

Assim, dois aspectos discursivos nos chamam a atenção: *todas as mulheres gostam de apanhar e é normal mulheres gostarem de apanhar*. Tais afirmações veem se constituindo na história em recorrentes formações discursivas que se estabeleceram na memória discursiva dos sujeitos, e formando os estereótipos, neste caso, de violência contra a mulher.

Menciono, igualmente, que há uma ideologia de violência que atravessa esse discurso contra a mulher: por que se diz que a *mulher gosta de apanhar*? Ela age de forma arbitrária, segundo os padrões masculinos? Quais papéis ela desempenha ou o que ela faz para apanhar (porque gosta de apanhar)?

Fica-nos a pergunta para ainda prosseguirmos com a análise: contra o que estará lutando a mulher e por isso apanha (e o faz porque gosta de apanhar)? Estará indo a mulher contra um sistema que a oprime, subjuga e tira-lhe os direitos essenciais e, assim, ela reage e apanha (porque gosta de apanhar)?

3.1.5 “Mulher que assobia e galinha que canta, faca na garganta”.

Segundo o senso comum e a opinião popular, assobiar é um gesto masculino e apenas homens podem assobiar. Há diferentes tipos de assobios: assobios que são emitidos por entre os dedos para chamar a atenção de alguém, por exemplo, assobios aleatórios apenas com o sopro e o movimento dos lábios e o assobio emitindo uma canção memorizada.

Há nesse *dito*, o implícito de que assobiar é um gesto masculino, portanto, do dominador, segundo o conceito do termo machista já referido acima. Lakoff (2010, pp. 14-16), nos fala da linguagem e lugar da mulher: há, segundo o autor, linguagem e lugares que são próprios dos homens e as mulheres não podem ocupar esses espaços. Esses espaços são desde os termos e gestos que se dizem adequados às mulheres e o que é permitido apenas aos homens. Assobiar, por exemplo, é um gesto *considerado* masculino, talvez pela desenvoltura e habilidade em movimentar os lábios e a boca e a altura do som em que o assobio é emitido. Ao assobiar, o sujeito faz determinados gestos e movimentos com a boca

que chamam a atenção de terceiros, o que tendo sido marcado na memória discursiva dos sujeitos como um gesto inadequado para as mulheres, para não chamarem a atenção do outro, portanto, a mulher não pode assobiar, segundo os implícitos no *dito*.

Quanto ao segundo período do *dito*, “*galinha que canta, faca na garganta*”, diz-se que quem canta chama a atenção, demonstra alegria e atrai admiradores. Assim, a galinha não pode cantar no terreiro, porque o espaço é do galo e é ele quem deve cantar. O dono do terreiro canta durante o dia chamando a atenção de todo o galinheiro e também canta às madrugadas, anunciando o raiar do dia. É o galo quem dá o tom de que a manhã é chegada e de que um novo dia começará. É o galo quem desperta o próprio dono e toda a vizinhança. Em sítios e fazendas ouve-se o canto dos galos por entre as matas e montanhas anunciando que um novo dia vai raiar. Galinha não pode anunciar novo dia. Faca na garganta da galinha para não assobiar mais.

Muitas vezes há apenas um galo para fecundar todas as galinhas do galinheiro e como macho dominador, é ele quem dita as normas da vida no galinheiro, tanto que, quando outro galo chega, acontecem muitas brigas entre eles, ao ponto de matarem um ao outro.

Dessa forma, é *dito* que a mulher não pode assobiar, porque o assobio é dos homens e a galinha não pode cantar, porque quem canta durante o dia e nas madrugadas é o galo. Há uma sugestão de *morte* para ambas, mulher e galinha, “faca na garganta” e nenhuma das duas resistirá à violência da degolação.

Por ora, fica o *implícito* que atravessa o discurso enunciando sobre as diferentes linguagens e espaços marcados pela dominação masculina. Há espaços marcados ideologicamente para serem dos homens e espaços para serem das mulheres, o sujeito feminino que ultrapassar os limites estabelecidos, sofrerá degolação. Talvez não cheguemos a tanto, e que não haja nenhuma faca na garganta de nenhuma mulher, mas é importante dizer que, ainda, existe a opressão que sufoca, que reprime e que castra a vida das mulheres.

Por fim, é relevante que se observe que “faca na garganta” é crime de ameaça contra a vida de terceiros e que há uma ameaça de morte nesse enunciado, conforme o art. 147 do Código Penal: “Ameaça: significa intimidar, causar medo ou prometer fazer algo nocivo a alguém, por palavras, gestos ou por escrito, como ameaça de morte, de agressão”. Sendo dessa forma, é necessário que a mulher ameaçada registre a ocorrência da ameaça na delegacia, indicando testemunhas. O boletim de ocorrência deve ser guardado. Ainda, de acordo com a Lei é possível pedir proteção policial e procurar o Ministério Público no estado ou município para obter mais orientações.

3.2 DISCURSO SOBRE A MULHER SER MALVADA, PERVERSA E INCAPAZ

3.2.1 “Mulher, fogo e mares, são três males”.

3.2.2 “Mulher é coisa medonha, faz rico ficar pobre e pobre sem vergonha”.

3.2.3 “A mulher e a sardinha, quer-se pequenina”.

3.2.1 “Mulher, fogo e mares, são três males”.

Sobre a mulher ser o primeiro mal e representar perigo, já discorremos o suficiente até aqui, no entanto, vale relembrar que desde a Idade Antiga, as sociedades de todos os tempos têm ouvido sobre a mulher ser má e perversa, como uma erva-daninha. Retomo as palavras de Platão *ditas* 348-347 a. C., quando escreveu em A República - V livro, que “*a mulher é a reencarnação dos homens covardes e injustos*”.

O segundo mal, o fogo que queima, faz arder e pode matar, dispomos das pesquisas de Seito (2009), que nos explica sobre o termo: fogo é o nome popular da reação química exotérmica, sendo esta reação que produz a luz e o calor, dando origem à combustão.

Segundo Seito (2009), os estudos sobre o fogo são recentes, em torno de trinta anos e não há um consenso mundial entre os países para definir o termo, no entanto, os estudos dizem que o fogo surgiu na Terra há 400 milhões de anos, a partir dos raios que caíam e provocavam incêndios. Os primeiros seres humanos a terem contato com o fogo sentiam medo, mas aos poucos foram se aproximando e descobriram o calor. Descobriram que o atrito entre pedras e madeira provocava faíscas que iniciava a chama. Assim, a partir dessa descoberta a vida da espécie humana mudou. Descobriram que podiam se aquecer nos dias frios, perceberam que o fogo afugentava os animais selvagens e, mais importante, ainda, descobriram que podiam cozinhar os alimentos.

Assim, é o fogo que provoca os grandes incêndios nos edifícios e nas fábricas e é ele, também, que carboniza os corpos dentro dos veículos em situações de acidentes. O fogo, quando invade uma região, como um campo, destrói a vegetação, extermina todo ser vivo, animais e plantas, que possam existir no lugar.

O fogo queima e pode matar uma pessoa. Vítimas de incêndios podem ter diferentes graus de queimaduras, muitas delas precisam de reparação, cirurgias plásticas com enxerto de pele e carne em partes de seus corpos. Por toda essa força e poder, o homem teme o fogo, porque diante dele o sujeito sente-se impotente.

Ao fogo é comparada a mulher: queima, provoca dores devido às queimaduras, faz arder, provoca danos irreparáveis e pode matar.

O terceiro mal é o mar revoltoso, que atrai, afoga e leva para o abismo.

Na história das navegações marítimas, no período de transição entre Idade Média e Idade Moderna, pode-se perceber o temor que as nações tinham ao enviarem seus navios para o alto-mar. Por serem insuficientes e escassos os conhecimentos que envolviam as navegações, havia a crença de que a Terra era plana e em determinado ponto do oceano acabaria, fazendo com que os navios desaparecessem nos abismos nas águas. Está aí, o medo do mar, pelos abismos, pelos afogamentos e pelos desaparecimentos e mortes.

3.2.2 “Mulher é coisa medonha, faz rico ficar pobre e pobre sem vergonha”.

Neste enunciado é discursivizado que o sujeito feminino é “coisa medonha”, o que tem o sentido de ser algo anormal ou objeto estranho. Algo medonho é algo que provoca extrema reação de medo, horror, repulsa. Atroz, execrável, revoltante, extremamente feio ou mau, terrível, hediondo.

Assim, segundo o *dito*, algo mau, anormal faz o rico ficar pobre, tira-lhe a riqueza, qual seja ela, os bens móveis e imóveis, a saúde, a família ou outros que sejam a riqueza do homem rico.

Há na memória discursiva dos sujeitos, muitos ditos registrados por meio das frequentes formações discursivas, afirmando sobre o comportamento das mulheres ao tirarem dinheiro dos homens: “*Mulheres são como camisinhas: elas ficam mais tempo na sua carteira do que no seu pinto*”. “*As mulheres gostam de bunda de homem porque fica perto da carteira.*” Eugênio Mohallen (redator publicitário, 52 anos).

Assim, é digna de consideração a ideologia presente nesse enunciado, pois mesmo a mulher já estando no mercado de trabalho, ganhando dinheiro para o seu próprio sustento, pagando suas despesas quando sai acompanhada de um homem, ainda assim, é *dito* que ela aproveita-se das situações para tirar dinheiro do homem.

Dessa forma, na análise desse enunciado, diz-se da mulher malvada, que tira a riqueza, a vergonha e a dignidade do homem. “Mulher é coisa medonha, faz (...) pobre sem vergonha”. Do pobre não há dinheiro e nenhuma riqueza para ser tirada, então, tira-lhe a vergonha, a dignidade.

3.2.3 “A mulher e a sardinha, quer-se pequenina”.

Neste enunciado há uma sugestão de como deve ser tratada a mulher e a sardinha. A sardinha no mar é pequenina, frágil, miúda, é comida dos peixes maiores; na latinha e já industrializada fica apertadinha, prensada, disposta no pequeno recipiente. Viva ou morta estará apertada e prensada para ser comercializada posteriormente. Mulher e sardinha, pequenas, apertadas, espremidas e comidas de homens e peixes maiores, numa posição de sujeição aos maiores, que as dominem.

Para a Análise do Discurso, a linguagem é a base dos processos discursivos e é ela quem faz a mediação entre o sujeito e o seu entorno; dessa forma, o espaço social em que circulam as disputas pelas forças antagônicas deixam marcas, tanto na linguagem como no sujeito

Nessa linha de entendimento, a análise desses três enunciados remetem a outro texto, a Lei Maria da Penha, que define cinco formas de agressão contra mulher, e uma delas é a *violência doméstica e familiar*: que se desdobra em violência psicológica, que é causar dano emocional, diminuir a autoestima, prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento pessoal, degradar ou controlar comportamentos, ações, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação e isolamento, tirando a liberdade de pensamento ou ação. Assim, entende-se que seja este o lugar do conflito e da opacidade, da inscrição histórica, que constitui um sujeito descentrado, incompleto e dividido, já que uma formação discursiva apresenta vários discursos, o que faz com que um discurso remeta a outro: *mulher, fogo e mares; mulher e a sardinha; rico ficar pobre e pobre sem vergonha*. Há nessa relação entre as palavras uma pluralidade de sentidos e de trocas, em que o sentido se constrói sempre em e na relação com o outro. (Pêcheux, 2009).

Igualmente, foi nesse sentido que Pêcheux elaborou a ideia de que o sujeito é interpelado pela ideologia que o constitui, ou seja, há o seu assujeitamento; evidenciando, dessa forma, que ao enunciar, todo sujeito fala a partir de uma Formação Ideológica e, assim, marca uma posição de sujeito e dessa maneira é que esse posicionamento passa a constituir no sujeito a identidade enunciativa.

3.3 DISCURSO SOBRE OS ESTEREÓTIPOS FEMININOS E A SUPERVALORIZAÇÃO DO CORPO DA MULHER

3.3.1 “Mulher é como CD, por causa de uma parte boa a gente tem que ficar com o resto”.

3.3.2 “Estrada reta e mulher sem curvas, só dão sono”.

3.3.3 “Mulher é como música: só faz sucesso quando é nova”.

O conceito de estereótipo será retomado a partir do que já foi dito na página 77, quando discorrido sobre sujeito e ideologia. Posto isto, continuarei utilizando o termo para mencionar sobre os modelos preconcebidos e a fixidez com que os *ditos* sobre o corpo da mulher vêm sendo enunciados na história, sem sofrer alterações ao longo do tempo.

Igualmente, observo que os três *ditos populares* do discurso são atravessados por uma ideologia que representa a mulher apenas a partir de sua capacidade de poder fazer sexo e dar prazer ao homem.

Entendo ser relevante, também, considerar aqui sobre a função do riso e da ironia, tendo já mencionado sobre o humor no início deste capítulo, por terem estes a capacidade de atravessar sistemas e estruturas de poder, desvendando as ambiguidades e os implícitos ocultos no interior dos discursos.

Pergunto, portanto: Por que os sujeitos riem? Por que causam risos os *ditos* do senso comum que discursivizam que a mulher tem apenas *uma parte boa*? Por que os sujeitos riem quando leem que *mulher sem curva só dá sono*? Qual é a ironia presente no enunciado “*Mulher é como música: só faz sucesso quando é nova*”?

Brait (1996, p. 26), afirma que a ironia se dá quando há uma afirmação que é contrária ao que está sendo enunciado como prática discursiva, ao que podemos indagar: Podemos deduzir, então, que os sujeitos têm consciência de que ao rirem de um *dito* que subjuga a mulher, estão promovendo um ato politicamente incorreto ou praticando um ato amoral? Fica-nos, portanto, a pergunta para ser respondida, ou não, até ao final destas considerações.

3.3.1 “Mulher é como CD, por causa de uma parte boa a gente tem que ficar com o resto”.

Nesse enunciado há a comparação da mulher com o *Compact Disc*. O CD-ROM traz, normalmente, uma seleção diversa de músicas gravadas como conteúdo, o que leva, muitas vezes, o consumidor a apreciar apenas uma faixa do disco – ou seja, ele gosta de apenas uma música, entretanto, não pode comprar só uma faixa, ele tem de comprar o disco todo, completo. A *parte boa* para esse enunciador é a música que ele gosta, mas em detrimento do formato do material, ele tem de comprar todas as músicas e, talvez até ouvir todas as músicas constantes desse disco, até chegar a sua preferida.

No disco, das músicas, há uma faixa que é a predileta do sujeito que enuncia, na mulher há, também, uma parte que é a parte preferida desse sujeito. Qual seria essa parte? Por ser um *dito* que se caracteriza na estrutura dos gêneros do discurso, como para divertir e entreter os sujeitos, como uma piada, qual seria a parte da mulher que é a preferida pelo sujeito que enuncia?

Outro questionamento com que me deparo, é: O sujeito que enuncia é masculino, ou feminino? Por que seria masculino? Por que seria feminino?

Diante disso, pode ser que seja um sujeito masculino, mas, também, pode ser que seja um sujeito feminino. Nessa abordagem, pensamos na orientação sexual de cada um dos supostos sujeitos que se manifestam no discurso. Pode ser que seja uma mulher que se manifesta, demonstrando ter preferência por outra mulher, entretanto, também, pode ser um homem dizendo que se interessa pela *parte boa* (de uma mulher).

Em ambos os casos, quer seja um homem ou uma mulher que enunciam, o que se quer analisar neste ponto, agora é, qual seria a *parte boa* no corpo de uma mulher?

Retornando um pouco à história da vida das mulheres, que já discutimos nos tópicos anteriores, sobre os papéis que são esperados e atribuídos à mulher, relembramos as funções que vão desde ser procriadora, mãe e esposa zelosa à *amante* (com habilidades amorosas), que devem servir sexualmente ao homem, dando-lhe prazer, o que reforça o discurso de que uma das obrigações da mulher é, desenvolver o ato de proporcionar prazer sexual ao homem.

Portanto, se as formações discursivas e ideológicas reforçaram esses papéis na história da vida das mulheres, por que, então, não pensarmos que seja o seu sexo, considerado como a *parte boa*, no *dito* desse enunciado? Nesse aspecto, relembro mais um *dito popular*, constante do *corpus* desta pesquisa e, o retomo, “*Mulher é aquela coisa chata*

que fica em volta da vagina”, para reforçar um dos estereótipos existentes a respeito do sexo da mulher: vagina serve para proporcionar prazer ao homem.

Se for isto, a suposta *parte boa da mulher*, dizendo a respeito do sexo da mulher, devemos começar, então, a refletir um pouco sobre esta parte da anatomia sexual feminina, a vagina, e é o que nos propomos a seguir:

Tomo, portanto, os estudos da jornalista britânica, Blackledge (2004, p. 47), por ter considerado em suas pesquisas que a vagina é o mais *nebuloso, mitológico e incompreendido* órgão do corpo humano feminino. Diz a autora, que ao longo da História, a medicina apresentou inadequadamente a anatomia sexual da mulher e reduziu suas notáveis capacidades à noção de mero *receptáculo passivo* (nas palavras da autora).

Nos estudos sobre a genitália feminina, os registros dizem que a vagina sempre foi considerada a partir do pênis, tamanho, função e capacidades. Era o pênis quem determinava sobre a vagina, ainda que ele tenha sido representado mais tarde, sendo este mais um fato na história que comprova a soberania do gênero masculino sobre o feminino. Com o passar dos séculos, a vagina foi ganhando muitos *apelidos*, cerca de aproximadamente, cem termos, para designá-la, enquanto que, para o termo masculino, há registros de bem menos nomes para o pênis e, de importante e poderosa, passou a ser ridicularizada por meio das piadas e pseudônimos. Após a Era Cristã, passou a representar o mal e a igreja a repreendia em suas mensagens e na atualidade, os adjetivos pejorativos que a nomeiam, representam a pornografia.

No entanto, há algo ambíguo nesse discurso que entrecorta as recorrentes formações discursivas sobre a *vagina* que, mesmo abrigando uma carga ideológica que a oprime e subjuga, continua sendo a *parte boa* no corpo feminino, o que comprova a teoria de que os *discursos ideológicos* se atravessam e se *engalfinham* em certos espaços sociais, justamente por não encontrarem consonância entre si mesmo.

Assim, o autor desse *dito* compara essa ideia com o *sujeito mulher* e diz que esta tem uma *parte boa*, porém, o resto ele não quer ou não aprecia. O termo *resto* representa a *sobra*, o que fica, o *resíduo*. O autor do *dito* poderia usar o termo *restante*, o que *suavizaria* a expressão, no entanto, quis reforçar o sentido do texto para deixá-lo mais adequado ao seu propósito de comunicação, dizer da parte sexual da mulher.

A *parte boa* a que o sujeito homem se refere é a parte sexual da mulher e, para esse sujeito que enuncia essa é a parte mais importante na mulher, tirando-se essa parte, o que fica é o *resto*, a *sobra*, o que talvez não tenha mais nenhuma serventia para ele.

A mulher sujeito, do século 21 sabe ler e escrever, tem direito ao voto, paga impostos e tem os seus direitos previstos em lei, no entanto, o que se diz sobre essa mulher não está distante, assim como estão os séculos, dos textos que circulam enunciando sobre o sujeito feminino.

3.3.2 “Estrada reta e mulher sem curvas, só dão sono”.

Quando o viajante se põe a andar pela estrada reta não há nada a temer, pois o caminho é perfeito e o veículo seguirá em linha seguida, sem perigo de sair da estrada, ou perder-se em algum caminho indesejado. Talvez para esse sujeito que discursiviza, o caminho reto não lhe ofereça desafios, nenhuma perspectiva, nada de anormal ou nenhuma novidade, já que são nas curvas que todo condutor deve reduzir seu veículo, seja uma bicicleta, carroça, um caminhão ou um carro de luxo. Assim, sobre a segurança e a tranquilidade, ele diz ser monótono, relaxa e fica com sono, porque a *estrada é reta*. Dessa forma, segundo as orientações para quem conduz veículo, quem dirige não pode ter sono, ou seja, não pode dormir.

Igualmente, a *mulher sem curvas, só dão sono*, pois não lhe faz despertar, não lhe faz ficar atento, ele não tem nenhuma perspectiva, nenhum desafio, não espera nada diferente, porque a mulher não tem curvas.

Temos algumas reflexões sobre a afirmação feita: o que são as curvas no corpo de uma mulher? Para que servem as curvas? As curvas seriam para que o sujeito encontrasse algo desconhecido ainda e, tivesse uma surpresa a cada volta que fizesse? As curvas sugeririam que o sujeito poderia para *perder-se* em algum momento?

O *dito* diz do corpo da *mulher (sem) com curvas* e exprime o desejo do sujeito masculino por essa mulher com curvas, o que nos implícitos desse enunciado, diz do sujeito que fica desperto, acordado ao lado dela. Ele não tem sono, porque sente prazer em ficar com ela.

Voltando, agora, um pouco na história da anatomia dos corpos femininos, vamos refletir brevemente sobre a questão das *curvas* na mulher. Diz-se que a brasileira é uma mulher curvilínea, aquela que tem glúteos salientes, quadril, coxa e cintura fina. Sobre a questão das curvas na mulher diz-se que estas refletem a fertilidade e a libido da mulher e que uma mulher com esses atributos, diz-se ser, uma mulher que tem prazer no sexo.

Assim, o sujeito que discursiviza valoriza a mulher com curvas, conforme *dito* acima, como também, nos diferentes contextos sociais ainda encontram-se enunciados sobre idade, compleição física e valorização de algumas partes da anatomia feminina, que

produzem efeitos de sentido carregados de historicidade, retratando a ideologia presente na formação discursiva do que já foi dito em outros espaços (Orlandi, 1997, p. 43), ou seja, “a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito” (p. 43), a respeito do corpo da mulher.

O que implica dizer que os sentidos sempre são definidos ideologicamente, pois pode ser afirmado que a ideologia recorta o interdiscurso, definindo regiões de memória e, que os sentidos não estão predeterminados na língua, mas se encontram constituídos nas e pelas formações discursivas (já estabelecidas), o que se comprova nas muitas discursividades sobre o corpo da mulher.

3.3.3. “Mulher é como música: só faz sucesso quando é nova”.

Neste enunciado há, mais uma vez, a presença da comparação entre a mulher e algum objeto, um ser inanimado, por exemplo, ou um animal.

Assim, quando uma nova música é lançada, faz sucesso, porque é nova, desconhecida do público e recém-saída dos estúdios. A gravadora, o cantor ou a banda se preparam durante algum tempo e gravam o disco para disponibilizá-lo para seus admiradores. Esse é um tempo de preparação para o lançamento do disco, da música, que gera ansiedade e boas expectativas nas pessoas. Pensa-se: o que haverá nessa letra, recém-escrita e saída dos estúdios? O que encerra esta canção? Sobre o que dirá? Que sentimento despertará nos sujeitos? É uma música que ainda não foi ouvida por ninguém na sociedade. Ninguém ainda desfrutou da arte musical que fora composta.

Dessa forma, é anunciado que uma nova música chegará ao mercado, às rádios locutoras, aos diferentes meios de comunicação e mídias. É uma canção nova que chegará para alegrar os ouvintes, uma letra nova, inédita, escrita por alguém que se diz inspirado para fazer poesia. Há, também, a melodia, que é a tarefa do compositor, que trabalha selecionando as notas musicas e criando a melodia para aquela letra de música, que se diz ser um poema cantado. Assim, se diz que é bom ter música nova para ser ouvida.

Há, ainda, um ditado popular, “Vire o disco”, “Troque a música”, quando alguém repete muito um discurso ou um ato, porque, se diz ser enfadonho ficar ouvindo sempre a mesma situação, o mesmo discurso. É enfadonho ouvir sempre a mesma música.

À música nova é comparada a mulher, que “*só faz sucesso quando é nova*”. Assim, como a música, também se diz que a mulher *só faz sucesso* quando é jovem e, quando ainda, tem o rosto e o corpo sem as marcas de expressão da idade cronológica. Canções e romances

têm percorrido as sociedades falando da beleza que há no frescor e jovialidade das mulheres jovens.

A ideologia que atravessa o discurso enunciado diz-nos que *ser velha ou gorda se tornou uma vergonha*. Na atualidade, quando os sujeitos se apresentam em tempo real nas diferentes mídias, há o incentivo, cada vez mais, para que a mulher busque as intervenções cirúrgicas e estéticas e eliminem o que lhes desagrade em seus corpos, as consideradas imperfeições.

Os romances do século XIX, de Machado de Assis, por exemplo, citam suas principais protagonistas com idades entre 14 e 16 anos, se enamorando e sendo enamoradas por homens mais velhos, (o que hoje é considerado crime de pedofilia). Os escritores destes tempos passados enaltecem o frescor da cútis e do contorno do corpo das jovens. Jovens mulheres que ainda não foram beijadas, não tiveram sua primeira relação sexual e também não têm nenhuma experiência de vida fora de seus laços de família.

Essa valorização, implícita, ou não, que há nos discursos que circulam na sociedade sobre a valorização da eterna juventude, leva as mulheres à busca incessante pela perfeição de seus corpos, o que vale considerar as pesquisas de Del Priore (2000, p. 39), sobre o corpo feminino, diz ela:

A obsessão pela perfeição feminina vem de longe. Os padrões de beleza e comportamento mudaram muito desde a época em que os portugueses desembarcaram por aqui, mas podemos observar que sempre houve grande pressão para que os corpos femininos correspondessem aos modelos idealizados. Hoje, vivemos uma espécie de ditadura da “boa aparência”, sustentada pelos pilares: magreza, juventude e beleza. Del Priore (2000, p. 39).

Dessa forma, devido à exigência implícita que há nos discursos sobre como deve ser o corpo da mulher, *nova*, jovem, com músculos definidos pelos treinos nas academias, magra, pelos regimes exagerados e sem acompanhamento médico, muitas têm morrido nos hospitais, nas salas de cirurgias, das clínicas sem estrutura médico-hospitalar adequados. Outras, ingerem chás, medicamentos sem prescrição médica, se intoxicam e morrem.

No Brasil, os registros sobre a história dos corpos femininos datam de 1500 com a chegada dos portugueses às costas do Brasil e a Carta de Caminha, mencionando a beleza física das índias tupi-guaranis. (DEL PRIORE, 2000).

Assim, dos anos 70 até o presente, muitas transformações ocorreram com relação à vida das mulheres em busca do corpo perfeito, como por exemplo, a frequência às

academias, as dietas radicais e a magreza, as cirurgias plásticas, com destaque para a lipoaspiração e o silicone nos seios.

No entanto, percebe-se muitas manifestações das mulheres, que estão se posicionando contra os radicalismos expressos nos diferentes discursos, querendo assumir o controle de suas próprias vidas, no que diz respeito ao seu corpo.

Um exemplo de uma situação interessante sobre essa questão da eterna juventude, “mulher nova”, que vale a pena ser mencionado aqui é aquele acontecimento da atriz Betty Faria, com 72 anos, que quando foi à praia de biquíni “caiu na boca do povo”, que a consideraram “velha” para usar o traje de banho. Os jornais informaram que a atriz foi chamada de “velha baranga”, “sem espelho”, ao que respondeu perguntando se queriam que ela fosse à praia de burca. Perguntou mais: “Querem que eu vá à praia de burca, que eu me esconda, que me envergonhe de ter envelhecido? E a minha liberdade? Depois de tantas restrições alimentares, remédios para tomar, exercícios a fazer, vícios a evitar, todos próprios da idade, ainda preciso andar de burca? E o prazer, a alegria, meu humor?”. A atriz, ainda, adverte que todos vão envelhecer em um momento de suas vidas e que a sociedade precisa ter respeito e consideração com os seus idosos.

Para nós, fica a pergunta: Que *ideologia* é essa que *atravessa os sujeitos*, masculino e feminino, negando-lhes o direito de viverem suas próprias vidas com o corpo com o qual nasceram e, que vai envelhecer, e descer à sepultura em algum momento do ciclo de vida na Terra?

3.4 DISCURSO SOBRE A INCAPACIDADE INTELECTUAL DA MULHER

3.4.1 “Passar uma mulher para trás é fácil, difícil é passar pra frente”.

3.4.2 “Por que os homens têm 4 milhões de neurônios a mais que as mulheres? Para conseguir dirigir”.

Os dois enunciados dizem respeito à capacidade intelectual do sujeito feminino, refere-se a sua capacidade de desenvolver atividades, tais como tomar decisões, saber discernir e caminhar com suas próprias pernas, o que já foi dito em outras partes deste texto quando foi comentado sobre os direitos das mulheres ao longo da história, quando a figura feminina tinha as desigualdades salariais, não tinha direito ao voto, não podiam estudar para aprender a ler e a escrever, pois, poderia escrever cartas para homens) e outras situações.

Entende-se, então, que alguns espaços na sociedade ainda estão marcados discursivamente por uma ideologia que reprime e cerceiam os direitos das mulheres, o que também é previsto como violência doméstica e familiar, segundo a Lei Maria da Penha

quando define cinco formas de agressão como violência, sendo uma delas a doméstica e familiar: a violência psicológica: causar dano emocional, diminuir a autoestima, prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento pessoal, degradar ou controlar comportamentos, ações, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação e isolamento, tirando a liberdade de pensamento ou ação.

3.4.1 “Passar uma mulher para trás é fácil, difícil é passar pra frente”.

O enunciado diz de uma mulher que deve andar atrás por ser incapaz e não saber se conduzir. Esse enunciado, também, pode estar dizendo que é fácil enganar uma mulher, e que é difícil coloca-la à frente de uma responsabilidade, como também, exigir dela algum trabalho que demande esforço cognitivo. “Para trás é fácil, difícil é passar pra frente”. Enganar e subjugar uma mulher são atos simples, mas conseguir que ela desenvolva tarefas que requeiram certas habilidades mais complexas é difícil.

Esse discurso da incapacidade intelectual da mulher se deu com o surgimento da propriedade privada, e com ela a disputa pelo direito de herança, quando se estabeleceu a hierarquia entre os seres humanos. Nesta estrutura hierárquica, as mulheres foram subjugadas ao poder dos homens. E muitas foram *passadas para trás*, perdendo seus direitos.

3.4.2 “Por que os homens têm 4 milhões de neurônios a mais que as mulheres? Para conseguir dirigir”.

A função dos neurônios é atender necessidades básicas e essenciais ao ser humano, atividades simples, como falar, andar, respirar ou responder a algum estímulo. Assim, essas células nervosas, desempenham o papel de conduzir os impulsos nervosos. São, portanto, as unidades básicas do sistema que processa as informações e estímulos no corpo humano.

Segundo os cientistas do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha, o cérebro dos homens tem até trinta por cento mais conexões entre os neurônios do que as mulheres, mas tal fato não os deixa mais inteligentes do que as mulheres. As mulheres têm uma zona do cérebro relacionada aos processos sociais e emocionais, o neocortex cerebral.

O discurso diz que para dirigir o sujeito deve ter mais neurônios, os homens têm mais neurônios, mulheres têm menos neurônios, logo mulher não pode dirigir porque não tem neurônios suficientes e pode envolver-se em um acidente, já que uma das funções dos neurônios é atender às funções motoras no corpo humano.

Em um tempo atrás, o ato de dirigir veículos estava ligado a habilidades de rapidez e esperteza, o que era demonstrado pelos homens no trânsito por meio de manobras radicais e excesso de velocidade. Alguns diziam: dirigir é coisa para homem. Não pode ter medo, tem que saber correr.

Tomo, assim, as palavras de Rodrigues (2007a, p. 66), para dizer que:

[...] os espaços sociais comportam e regem uma diversidade de modos de existência, de valores, de crenças, de sentidos, de objetos, de linguagem. Outra especificidade dos espaços sociais é que eles são marcados por um tipo de identidade que pode ou não corresponder, direta ou indiretamente, a um tipo de ideologia.

Assim, corriqueiramente, há na sociedade a existência e a crença de que mulher dirige mal e os discursos falando da incapacidade da mulher para dirigir veículos circulam nos mais diferentes espaços sociais. Restam-nos alguns questionamentos: Dirigir veículo é uma habilidade masculina? O que estão dizendo as pesquisas sobre a mulher e o trânsito? Entre homens e mulheres, quem são os maiores causadores de acidentes? Estas perguntas

Não seria, essa também, uma afirmação implícita sobre a insuficiência da mulher para dirigir sua própria vida?

3.5 DISCURSO SOBRE A RESPONSABILIDADE DE MANTER O CASAMENTO SER ATRIBUÍDA APENAS À MULHER

3.5.1 “A mulher faz sexo pra manter o casamento, o homem mantém o relacionamento pra fazer sexo”.

O sujeito que discursiviza diz que a responsabilidade de conservar o casamento é da mulher e esta deve atender às necessidades sexuais de seu companheiro, agradando-lhe sexualmente para que não desista do compromisso de casamento, já o homem vê no relacionamento a possibilidade de ter sexo no momento que bem desejar.

É relevante que se reflita logo no início desta análise sobre o lugar/espaço social onde foi proferido este discurso. Em uma situação de adultério? Em quais condições esse enunciado surgiu?

Assim, retomamos com os estudos de Finley (1991), levando-se em consideração aspectos vivenciados pelas mulheres do passado, pois dessa forma, fica mais fácil compreender o *dito popular* da atualidade, que discursiviza sobre uma personagem feminina

não muito diferente daquela citada na história antiga, quando no Egito, os homens introduziam concubinas em suas casas e, com isso, o adultério ocorria normalmente. Caso a mulher adulterasse, muitas vezes o marido aplicava uma surra na esposa e, tudo voltava a ser como era antes.

Na Mesopotâmia, o casamento era monogâmico e arranjado pelos pais, apesar de a poligamia não ser proibida. O adultério feminino, por sua vez, tinha uma punição bem maior e a mulher recebia a pena de morte, o que só era revogado caso o marido perdoasse a esposa.

Já as mulheres hebreias que viveram no século VII a.C. desfrutavam de alguns direitos civis, estas podiam ter propriedades e trabalhar por conta própria. Entretanto, o adultério feminino era tratado com rigor, sendo a mulher apedrejada até a morte, segundo a Lei Mosaica. A ateniense, para divorciar-se, teria de provar que sofria maus-tratos. O adultério e a esterilidade – da parte da mulher - eram motivos para a separação.

Igualmente em Roma, assim como em outros povos da Antiguidade, era comum que a sociedade romana exigisse fidelidade de suas mulheres, no entanto, cabia aos homens, principalmente aos aristocratas, o livre direito de terem uma vida sexual variada, podendo ter amantes, sustentar concubinas, se divertir com prostitutas e terem relações com homossexuais. Dessa forma, a satisfação sexual fora do casamento, sustentada por relacionamentos extraconjugais era intensa, o que representava fonte de vida espiritual para os romanos, também, privilegiavam essa satisfação em seus relacionamentos conjugais.

Já no século XIX, apesar da forte pressão e controle da igreja, os homens mantinham suas esposas em casa, mas fora procuravam outras mulheres, como amásias, por exemplo. Assim, o adultério era comum e acontecia às claras.

Pela observação desses aspectos retomados, percebemos que a história sobre a responsabilidade sexual da mulher no casamento sempre teve dois pesos e uma medida, já que os discursos apresentam uma mulher que deve manter fiel e é responsabilizada sozinha pelo matrimônio.

Em face a essa realidade, retomamos com Orlandi (1996), dizendo que o sentido do texto não é fixo, devido a diferentes motivos, já que [...] A palavra é um ato de duas caras: está tão determinada por quem a emite como por aquele para quem é emitida. É produto de relação recíproca. Uma palavra é território partilhado pelo emissor e pelo receptor (Orlandi, 1996, p. 145).

Todavia, não fechamos as portas da discussão, porém, consideramos, ainda, que o sentido do discurso encontra-se sempre em aberto para a possibilidade de interpretação e compreensão da parte do sujeito receptor; privilegiando-se que o efeito do discurso é,

prioritariamente, transmitir uma mensagem e alcançar um objetivo premeditado por meio da interpretação e interpelação do indivíduo que se deseja alcançar. (Rodrigues, 2011). Tal afirmação confirma a tese de que o sentido está para ser construído, tanto pelo sujeito que enuncia, como para o seu receptor.

3.6 DISCURSO SOBRE O MITO DA BELEZA ETERNA E JUVENTUDE

3.6.1 “Mulher é como carro, troca-se sempre por uma mais nova”.

O carro é um meio de transporte e deve servir ao seu usuário. Com o tempo e o uso contínuo vai se desgastando e partes dele precisam ser repostas ou consertadas.

Assim, seu proprietário opta por trocá-lo por outro mais novo, que não dê trabalho, despesa e que atenda a todas as expectativas de uso. O texto compara a mulher com o carro no sentido do que ele pode oferecer – força e resistência. Carro que carrega, que serve à família e que quando apresenta um defeito é substituído, trocado por um mais novo – com mais potência, maior conforto e comodidade.

Sabe-se que, na atualidade, muitos homens, quando atingem certa idade, trocam suas esposas por outras mais jovens com a intenção de receberem renovação sexual e experimentarem novas aventuras amorosas, com a ideia de que mulheres mais jovens são mais atraentes e sexualmente mais ativas.

Dessa forma, pergunta-se qual é a diferença deste homem do século 21 em comparação ao homem do primeiro século que tinha várias companheiras, como concubinas, esposas e cortesãs e às vezes não se contentando com essas ainda buscava o homossexualismo masculino, em busca de prazer sexual individual?

Dessa forma, novamente, nos reportamos ao início deste texto quando discorremos sobre a vida das mulheres vindo desde a Antiguidade até os nossos dias atuais, passando por seus direitos e garantias previstos em atualmente em lei e verificamos que a história sobre a vida das mulheres se repete entremeios dos discursos, nos enunciados acomodados na ideologia presente nas muitas formações discursivas.

Assim, tomamos as palavras de Pêcheux (1999, p. 52) para dizer sobre a memória discursiva:

[...] é “aquilo que, em face de um texto surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

É relevante que se diga, portanto, que a história da vida das mulheres permanece e se repete nos implícitos e nos elementos pré-construídos da memória discursiva no contexto sócio-histórico.

3.7 DISCURSO QUE REFORÇA O ASSÉDIO SEXUAL E O ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR

3.7.1 “A mulher e a cereja: para seu mal se enfeita”.

3.7.2 “Mulher bonita e melancia grande, ninguém consegue comer sozinho”.

3.7.1 “A mulher e a cereja: para seu mal se enfeita”.

A cereja é uma fruta de clima temperado, doce, redonda e pequena, vermelha quando madura e a forma como se apresenta e suas peculiaridades são características geralmente também atribuídas à mulher. Assim, percebe-se, já no início do dito, que a posição-sujeito desta formação discursiva já estabelece uma forma-sujeito – que se torna responsável pela ilusão de unidade do sujeito.

Cereja e mulher, doces e de formas arredondadas. A cor da fruta também traz significados que se deve considerar, já que o vermelho está associado à paixão e desejo, energia e excitação sexual, diz-se ser uma cor quente e está também relacionada ao poder, à guerra, ao perigo e à violência. Dentre outros significados da cor estão o elemento fogo, o sangue, o coração humano. O vermelho atrai e chama a atenção.

No contexto religioso a cor vermelha também se refere à carne, ao pecado, ao diabo e à tentação. Na política, o vermelho está ligado ao espírito revolucionário, ao Comunismo e à ideologia política de esquerda. A cor também estimula o sistema nervoso, eleva a autoestima e dá energia ao corpo. Diz-se que na arquitetura quando se pinta um espaço de vermelho propicia-se um ambiente vibrante, glamoroso e que estimula a sexualidade.

O *dito*, que contém uma transgressão quanto ao emprego do verbo que deveria estar no plural, enfeitam, parte de um sujeito que estabelece uma relação com a linguagem e a história e que não tem como se constituir fora do processo sócio-histórico, já que enfeitar-se é uma característica da mulher e que faz parte de uma memória discursiva já estabelecida.

Assim, o sujeito que enuncia diz que ambas – mulher e cereja, vermelhas e de formas arredondadas quando se apresentam estão buscando seu próprio mal, instigando o prazer oral. Essa premissa nos remete a outra que diz que mulher que usa saia curta está pedindo para ser abusada. Ou, como acontecia, na Idade Média, se uma mulher fosse estuprada no

campo seria desculpada pelo ato, mas se isto acontecesse na cidade, seria punida, já que diziam que ela poderia gritar e se livrar do agressor.

3.7.2 “Mulher bonita e melancia grande, ninguém consegue comer sozinho”.

Quando se pensa sobre uma mulher bonita, primeiramente, poderia se perguntar: Bonita para qual sociedade? O que é uma mulher bonita? No Brasil, como é uma mulher bonita?

Diz-se que o bumbum da brasileira é a preferência nacional. Dessa forma, pode-se dizer que a brasileira é uma mulher bonita, para o Brasil, porque tem um bumbum grande?

Há outros aspectos que são observados em uma mulher quando o quesito é a beleza, segundo as revistas de moda e beleza e feminina: as brasileiras têm aderido aos implantes de silicone, à lipoaspiração, ao alongamento dos cabelos, como também, muito destaque tem sido dado para a cor de suas peles, negras, índias e brancas. Uma mulher bonita, também, é aquela que tem o peso adequado para a sua altura e sua cintura atende a determinado número na fita métrica.

Mulher bonita e melancia grande, nessa comparação vê-se que a mulher é comparada à melancia e o adjetivo bonita é comparado ao adjetivo grande. Dessa forma, a beleza da mulher é grande, assim como é grande a melancia.

E uma *melancia grande ninguém consegue comer sozinho*, a quantidade da fruta é bastante, dá para mais pessoas. É isso que se diz sobre a mulher bonita, é para ser comida por mais de uma pessoa, assim, como ninguém sozinho come a fruta melancia.

A representação do verbo *comer* em comer a melancia, é degustar, saborear e ingerir a fruta. O verbo *comer* mulher bonita, é ter relação sexual com ela.

O ato de comer dá prazer oral, satisfação ao colocar para dentro de si aquilo que se deseja, introduzir para seu interior aquilo que lhe agrada, esse é o *comer a mulher bonita*, tê-la para si, tendo prazer com ela.

Tal análise nos remete, igualmente, a dois aspectos:

Mulher bonita e melancia grande, ninguém consegue comer sozinho, tal afirmação se dá, por que:

Mulher bonita relaciona-se sexualmente com mais de um homem, (comumente)? Ou, um homem não consegue se relacionar, satisfatoriamente, com uma mulher bonita?

Para ficarmos por aqui nesta análise, que recém se inicia, tomo parte de uma consideração de Rodrigues (2007a, p. 66), para dizer que: “*Outra especificidade dos*

espaços sociais é que eles são marcados por um tipo de identidade que pode ou não corresponder, direta ou indiretamente, a um tipo de ideologia". Que ideologia atravessa esse discurso, que envolve os sujeitos masculino e feminino que se pronuncia nesse dito?

3.8 DISCURSO SOBRE A MULHER NÃO TER LIBERDADE PARA SE RELACIONAR COMO DESEJAR

3.8.1 "Cozinha de restaurante e passado de mulher, quem conhece não come".

Segundo Clara (2011), 70% das cozinhas dos restaurantes apresentam contaminação resultante da má higienização das hortaliças, carnes e legumes. A nutricionista também menciona como causa dessa contaminação a manipulação dos utensílios domésticos e as mãos utilizados na cozinha.

Outro fator interessante a se mencionar neste estudo é o que diz a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – que a maior parte da contaminação é por coliformes fecais presentes em pratos, bandejas, talheres e nos alimentos preparados nos restaurantes espalhados por todas as cidades e o resultado da presença ou não dos coliformes fecais é usado como indicador da qualidade sanitária da água nas suas diferentes utilizações.

Igualmente o verbo *comer*, que proporciona prazer oral, apresenta dois sentidos neste *dito* em estudo, *comer* em restaurantes e *comer* a mulher. O primeiro *comer* refere-se a levar à boca e engolir, já o segundo *comer*, de acordo com o dicionário da academia Brasileira de Letras, tem conotação chula, é um termo grosseiro e ofensivo e significa possuir carnalmente. Assim é determinado que a voz da mulher não vale, o que na fala da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a mulher não tem vez de poder "rechaçar o macho e, sim, o de, ao ser escolhida por ele, aceitá-lo, acatando a vontade dele".

Destarte, a essa cozinha altamente suja é comparado o passado da mulher da qual se fala. Essa premissa enunciada por esse sujeito refere-se, ainda que implicitamente, à vida sexual dessa mulher. Dessa forma, diz-se que a mulher não pode se relacionar sexual e espontaneamente como bem desejar fazê-lo. Vale considerar que ainda na atualidade o homem conta suas aventuras sexuais e a fama de "pegador" ainda é comum nas rodas de amigos.

Por conseguinte, tomam-se os estudos de Pêcheux (2009), em "Semântica e Discurso", quando afirma que o lugar do sujeito não é vazio, ele é preenchido por aquilo que ele designa de forma-sujeito, ou sujeito do saber de uma determinada Formação Discursiva.

3.9 DISCURSO SÍNDROME DE BOM “PEGADOR”.

3.9.1 “Gosto tanto de mulher que como até a minha”.

3.9.2 “Mulher pra mim não precisa ser tão esperta, basta saber contar até 28 para espalhar para as outras o tamanho do bichão”.

3.9.1 “Gosto tanto de mulher que como até a minha”.

O pegador é o homem que gosta de ter muitas mulheres, aprecia as constantes trocas e não gosta de ficar muito tempo com a mesma mulher. O *bom pegador* tem habilidades para atrair e conquistar as mulheres com as quais deseja se relacionar.

O sujeito que discursiviza nesse texto diz “Gosto tanto de mulher que como até a minha”, inclusive a mulher dele. O sentido do termo modalizador *até* dá a interpretação de que a dele ele não “come”, mas por gostar muito de mulher “come” inclusive a dele.

A análise desse enunciado demonstra um sujeito que gosta de sexo e por isso, se relaciona com muitas mulheres. O que não fica claro nas margens desse discurso é como ele faz para atrair e conquistar as tantas mulheres que deseja tomar para si. Assim, nessa incompletude, abertura para o simbólico, nas entrelinhas e nos escondidos desse enunciado há um sujeito que discursiviza sobre seus desejos sexuais.

Diante disso, retomo as palavras de Orlandi (2001, p. 69):

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível.

Assim, a violência sexual, muitas vezes velada e disfarçada acontece nos diferentes espaços sociais, inclusive na esfera doméstica, conforme o que mostra a lei Maria da Penha sobre a violência sexual: presenciar, manter ou obrigar a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força que induza a mulher a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade.

3.9.2 “Mulher pra mim não precisa ser tão esperta, basta saber contar até 28 para espalhar para as outras o tamanho do bichão”.

O enunciado “*Mulher pra mim não precisa ser tão esperta, basta saber contar até 28 para espalhar para as outras o tamanho do bichão*”, apresenta o sentido de que a mulher não precisa ser inteligente, basta saber reconhecer e divulgar para as outras (mulheres) o tamanho do órgão sexual deste sujeito que deseja se exhibir e quer que outras (mulheres) saibam sobre o tamanho do seu pênis, 28 centímetros, considerado grande, segundo este enunciador.

Considerando-se a anatomia do órgão sexual masculino, o tamanho normal de um pênis em ereção, segundo os médicos pesquisadores sobre sexualidade, Masters e Johnson (1966), é 12,5 cm a 17,5 cm, considera-se que este sujeito tenha um pênis, por isso, faz questão de que sua parceira conte para outras mulheres sobre este fato, que para ele tem muita importância.

Assim, este sujeito que enuncia, divulga sua *desempenho* masculino, sinal de virilidade, vigor e força física, o que é corroborado nos registros históricos sobre a exposição e motivo de orgulho nas diferentes sociedades. No Brasil, GAIARSA (1989, p. 47), psiquiatra que estudou, também, sobre questões sexuais masculinas, explica parte desse tema sobre a necessidade do homem em reafirmar sua potência masculina, diz ele que, devido à superexposição da mulher, mostrando o corpo belo e propício ao desejo, o sujeito homem, também, sente-se persuadido a se manifestar como gênero e, como será tolhido pela sociedade, que não lhe permitirá a exposição física, opta por manifestar-se por meio da *palavra verbal*, e em algumas situações, utilizar-se-á de gestos e atitudes.

Concordando com Gaiarsa (1989), relembremos que a história registra o interesse pelo pênis desde a Idade Antiga e Antiguidade, pois o membro é representado em diferentes obras de arte, como pinturas e estátuas, como símbolos de autoestima, masculinidade forte e virilidade.

De acordo com o que já foi dito, pode-se dizer que o *enunciado* é atravessado por um discurso ideológico, que pressupõe uma mulher que não precisa ter conhecimentos, basta saber *falar*, que é uma das primeiras atividades do ser humano, e que ocorre, ainda, na mais tenra infância, quando o sujeito não tem, ainda, todas as suas habilidades desenvolvidas. Assim, a mulher não precisa saber muito, basta que consiga verbalizar para as outras mulheres sobre o desempenho sexual do parceiro com quem ela se relaciona.

3.10 DISCURSO QUE (RE) FORÇA O CÁRCERE PRIVADO

3.10.1 “A mulher e a ovelha, com o sol à cortelha”.

3.10.2 “O homem na praça e a mulher em casa”.

3.10.1 “A mulher e a ovelha, com o sol à cortelha”.

A ovelha é considerada um animal dócil, manso, submisso e que se deixa levar com tranquilidade. Diz-se, também, da ovelha, que é tímida, anda com a cabeça baixa, não encara outros bichos, é medrosa, não gosta de andar sozinha, prefere estar em bando e que, por isso, precisa, sempre, de um pastor para guiá-la.

Nas histórias para crianças, as ovelhas se apresentam como carneirinhos mansos e ternos, há a presença de um pastor com um cajado na mão, que cuida das ovelhas, pastoreando-as, este as acompanha durante os momentos em que saem para os campos para pastar, beber água ou tomar sol. Ainda, nas histórias infantis, a ovelha, comumente é ultrajada pela onça ou pelo macaco, que a engana e ludibria. No final, ela vence, mas na maioria das vezes passa por dificuldades nas garras desses outros bichos e é desafiada a lutar para vencê-los.

O pastor que cuida e protege as ovelhas é sempre acompanhado de um cajado, objeto este, que serve para afugentar os animais selvagens e que representam perigo para as ovelhas. O cajado tem uma voltinha em uma de suas extremidades e serve para enganchar na lã da ovelha e ajudá-la a levantar-se quando esta vier a cair em algum lugar de difícil acesso, como um buraco ou precipício.

As histórias sobre ovelhas dizem do período da tosa, também, quando a lã é aparada e a ovelha é tosquiada. Os estudiosos do comportamento das ovelhas dizem que algumas delas sentem-se ressentidas quando a lã é cortada de seus lombos, outras se sentem envergonhadas e tímidas e escondem-se pelos cantos do curral. A ovelha, também, é alvo do lobo, o seu predador, que a busca para alimentar-se, por isso, o pastor zela pela vida das ovelhas para que não sejam comidas pelos lobos ou outros animais selvagens.

Segundo o sujeito enunciativo, mulher e ovelha, uma como a outra, dessa forma, se voltarmos na história das mulheres, como na menção que já fizemos neste trabalho, desde a Antiguidade até a Era Cristã, perceberemos que à mulher, também, foram e continuam sendo atribuídos comportamentos e atitudes semelhantes ao comportamento da ovelha.

Segundo o que já mencionamos neste trabalho, em páginas anteriores, vimos que desde a Antiguidade a mulher vem recebendo sugestões de comportamento atitudinais muito

semelhantes ao comportamento da ovelha: que seja dócil, mansa, submissa, que ande, sempre, acompanhada de alguém para protegê-la.

Esse enunciado, também, me relembra outro que circula nas redes sociais, um *Contrato de Professoras, de 1923*, não há fonte sobre a origem do documento, que pode ser fidedigno ou não, o que se torna irrelevante, já que a própria história sobre a vida das mulheres atesta sobre o que se diz no referido contrato, de acordo com o que estudamos até aqui sobre o comportamento que era esperado das mulheres. Dentre uma lista de itens proibidos às professoras, selecionei alguns: “Não andar em companhia de homens”. “Ficar em sua casa, entre às 8 da noite e 6 da manhã, a não ser que esteja em atividade escolar”. “Não passear por sorveterias no centro da cidade”. “Não abandonar a cidade sob nenhum pretexto, a não ser com permissão do Conselho de Delegados”. Mulher e ovelha não podem andar por si próprias, sempre acompanhadas e vigiadas.

Assim, como ambas, mulher e ovelha, têm comportamentos iguais, segundo o sujeito enunciativo, devem ficar à cortelha. A expressão, “à cortelha”, diz de um lugar cerrado, onde se recolhem as crias das cabras ou ovelhas, para que estas deem também leite para queijos e outros usos. Mulher e ovelha não podem sair para passear, se divertir, fazer compras, mesmo que tenha sol, ainda que o tempo esteja favorável, pois podem ser presas para “animais selvagens, seus predadores”.

Ainda que haja um sol convidativo, e o tempo seja propício para um passeio, a mulher e a ovelha devem ficar reclusas, trancafiadas em seus aposentos, pois, podem ser atacadas por lobos, *comidas* por algum animal selvagem, já que não sabem se defender, se estiverem sozinhas ou livremente nos campos.

3.10.2 “O homem na praça e a mulher em casa”.

A história, por meio dos poetas, romancistas, historiadores e outros, de um modo geral, citaram os *homens nas praças*, fosse para tratar de negócios, selar um acordo de compra ou venda de bens móveis ou imóveis, encontrar-se com os amigos para uma prosa descontraída, bisbilhotar a vida dos outros, ou, encontrar-se com uma dama.

No Brasil, há referências a importantes *praças*, como a Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, contada pelo historiador COLCHETE FILHO (2008, p. 102), que menciona sobre o local público, no final do século XIX, e diz ser a praça o território mais simbólico do Rio de Janeiro, lugar de exibição, de expressão artística e lugar da história da cidade.

Voltando um pouco ao passado, no Século VIII a.C, aproximadamente 780 a.C, há a menção das *praças*, como lugares públicos, que se caracterizavam como espaços

permanentes e fixos, onde se debatiam e discutiam temas importantes para a vida dos cidadãos e da sociedade, em geral.

O termo *praça* nos remete à palavra grega *ágora* e originou-se do verbo *agorien*, que significa: assembleia e lugar de reunião, de trocas, deliberações e debates. (JULIEN, 2008, p. 14). Durante os encontros no espaço *ágora*, haviam as trocas comerciais e as transferências de bens, que envolviam dinheiro, entre outros eventos.

O termo foi utilizado por Homero, no Século VIII a.C, para referir-se a uma reunião geral de pessoas. Era, também, o espaço cívico para o exercício da palavra, dos questionamentos políticos e filosóficos, tendo muitos destes, influenciado, significamente, a civilização ocidental. (JULIEN, 2008, p. 14)

Outra referência à *praça*, da Antiguidade, está na narrativa que conta sobre a vida de Jó, que vivem entre 2000 e 1000 anos antes de Jesus Cristo, quando este diz “Quando eu ia à porta da cidade e tomava assento na *praça pública*” (Jó, capítulo 29, verso 8). Diz a narrativa que Jó era uma autoridade na sociedade onde vivia e, por isso, sentava-se na *praça* para deliberar sobre as questões sociais e econômicas, que permeavam o seu espaço geográfico.

Nos relatos bíblicos da Era Cristã, século VI, São Mateus, um dos discípulos de Jesus Cristo, menciona homens sentados *ociosos na praça*: “E, saindo perto da hora terceira, viu outros que estavam *ociosos (grifo nosso)* na praça”. São Mateus 20. 3. Assim, em uma sociedade patriarcal como a desse período na história, os homens iam para praça e lá ficavam *ociosos*, vendo a *banda passar*, não fazendo nada. As mulheres, muito provavelmente, ficavam em casa.

Outro que mencionou sobre a praça foi Machado de Assis, em Crônica no dia 16 de abril de 1893 e, retratou, igualmente, sobre a Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, como lugar dos muitos encontros e diversidades de assuntos. Certa feita foi sugerido pelas autoridades locais, que se mudassem os quiosques (da praça) de lugar, que fossem retirados (da praça), por conseguinte. O escritor machadiano se manifesta:

Não obstante, lá vão os quiosques embora. Assim foram as quitadeiras crioulas, as turcas e árabes, os engraxadores de botas, uma porção de negócios da rua, que nos davam certa feição de grande cidade levantina. [...] há nelas muita tagarelice, todos se conhecem, todos falam um dos outros, mobilidade, avidez de notícias, facilidade em obedecer à moda, sem jamais inventá-la. Não; vão-se os quiosques,

e valha-nos o conselho municipal. Os defeitos ir-se-ão perdendo com o tempo. Ganhemos desde logo ir mudando de aspecto. (MACHADO DE ASSIS, 1893).

Assim, diante do que consideramos por ora, observamos a presença marcante dos homens nas praças, ao que nada é referido sobre a mulher, deduzindo dessa forma, que estas ficavam em seus lares em companhias dos filhos, envolvidas com os afazeres domésticos, enquanto que, os homens iam para as praças para resolverem as situações comuns da sociedade daquele tempo. As mulheres não iam às *praças*, porque lá era o lugar do debate, das discussões, das deliberações e decisões importantes.

Já vimos, anteriormente, na história da vida das mulheres, que a grande maioria era analfabeta, mulheres que não sabiam ler, nem escrever, não votavam e há registros de que, em muitas situações, as mulheres não eram contadas nos censos. As donas de casa, as esposas, consideradas “mulher direita”, dedicavam-se apenas às atividades de cuidar dos filhos e da organização da casa, tendo como uma de suas principais funções, a procriação, que era gerar filhos fortes e saudáveis para seu marido. Relembramos, igualmente, que já mencionamos, em páginas anteriores, que as mulheres não tinham nomes próprios, já que tal pressuposto era irrelevante, não tinha função social ter um nome próprio, já que a personagem não participava da vida em sociedade, bem como, também, das decisões como exercícios de cidadania.

Assim, homem na praça, no lugar dos debates, das discussões, das deliberações e a mulher em casa, cuidando dos afazeres domésticos. O que nos remete, mais uma vez, à questão da liberdade, do ir e vir, tanto da vida dos homens, como da vida das mulheres.

O enunciado, “*O homem na praça e a mulher em casa*”, atravessado pelo discurso ideológico que atesta sobre a supremacia masculina e a incapacidade da mulher, não ficou apenas como registro histórico do passado. Ainda, na atualidade, percebemos a dificuldade da mulher na entrada para o mundo do trabalho e o acesso para certas profissões, *estereotipadamente*, marcadas como funções masculinas, lugar apenas para os homens, a *praça masculina*.

Assim, paro por aqui nestas análises, após ter convivido com um *corpus* constituído por aproximadamente quatrocentos e quinze enunciados sobre a mulher, *ditos* do senso

comum na boca do povo, “reforçadas pela sociedade que é ainda machista e patriarcal. Então, parece que faz parte da vida da mulher passar por tudo isso e aguentar firme!”⁵

Que o lugar da mulher seja onde ela quiser estar, na praça ou em casa. Tomo, portanto, partido nesta reflexão a respeito dos *ditos* sobre a mulher, apoiando-me na palavra Pechetiana: “Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido pelo fogo de um trabalho crítico [...]”. (PÊCHEUX, 1975, p. 294), que atenda às necessidades de segurança e proteção às mulheres, já que na análise deste(s) *dito(s)*, a sugestão de que ele carregue uma sugestão de *cárcere privado* para as mulheres, o que é considerado crime, segundo o Código Penal Comentado:

Art. 148 – Sequestro e Cárcere Privado - Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado. Pena – reclusão, de um a três anos. § 1º – A pena é de reclusão, de dois a cinco anos: I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos; (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005). Há outros parágrafos e incisos na referida, mas ficaremos com apenas o primeiro.

Diante do exposto, e em meio à história da vida das mulheres, marcada por preconceitos e diferentes formas de violência, há órgãos competentes responsáveis que estão trabalhando para a segurança da vida das mulheres, tais como a Delegacia (da Mulher), do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Juizado Especializado ou Vara da Violência Doméstica. *Reconhecer o desrespeito e o abuso é o primeiro passo para perceber que o culpado pela violência é o agressor, nunca a vítima*, segundo o livreto Mulher Viver sem violência é o direito de toda mulher.

⁵ Palavras de o livreto Mulher Viver sem violência é direito de toda mulher, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, Abril/2015.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Quanto ao discurso, falta muito eu saber o que realmente é.

(ORLANDI, 2003, p. 17)

Ressalto, por ora, que os *ditos populares* analisados nesta pesquisa se constituem em discurso de violência contra a mulher, tais como as citadas na Lei Maria da Penha, violência física, sexual, moral, psicológica e patrimonial. E como procurei agrupar os *ditos* nestas formas de violências, concluí, ao final de minha reflexão que a violência sexual permeia e atravessa todos os discursos enunciados envolvendo a figura feminina, ou seja, o que se diz sobre a mulher envolve, na maioria das vezes, a sexualidade desta, ou seja, a mulher objeto, coisificada, como diz também, “Mulher é aquela coisa que fica em volta da vagina”.

Tal resultado da pesquisa obtido por esta pesquisadora, aponta para outra questão ainda mais importante, que é o crime de estupro, que apresenta, ainda, altos índices na história dos acontecimentos na vida das mulheres, ou seja, em tom de brincadeira se diz diferentes violências contra a mulher – primeiro se fala em forma de humor, depois se bate, estupra e mata.

Fica-nos a indagação, não seria o estupro uma consequência desse processo histórico que mostra uma sociedade machista que diz o que quer sobre a mulher e depois a estupra?

Esta é a ultima etapa deste trabalho de pesquisa que se comprometeu a analisar ditos populares, enunciados a respeito da mulher, entendendo que um dos fundamentos da linguagem é a incompletude e que não se diz tudo o que se deseja dizer, já que os sentidos das palavras se estabelecem nas várias formas de produção, sejam verbais, sejam não-verbais. (Rodrigues, 2012, p. 45). Dessa forma, o sentido do discurso não é fixo, por vários motivos, sejam eles pelo contexto, pela estética, pela ordem do discurso ou pela sua forma de construção.

O efeito do discurso é, claramente, transmitir uma mensagem e alcançar um objetivo premeditado por meio da interpretação e interpelação do sujeito alvo, entretanto, o sentido (do discurso) encontra-se, sempre, em aberto para a possibilidade de interpretação do sujeito interlocutor, já que, é compreendido como ser assujeitado, como efeito de linguagem, constituído pela língua e atravessado pelo inconsciente, incompletude e descontinuidade. (ORLANDI, 2005, PÊCHEUX, 1997). “[...] é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas [...]”; é prática política, lugar de debate, conflito e confronto de sentido;

surge de outros discursos, ao mesmo tempo em que aponta para outros, não origina-se de uma fonte única, mas provém de várias (PÊCHEUX , 1997, p. 77).

Diante do exposto, o que já posso considerar é que após a análise dos vinte e dois enunciados, é possível afirmar que a história de vida da mulher vem se repetindo ao longo dos anos já que se compreende que as palavras não têm sentido próprio e dependem do contexto em que são historicamente constituídas, de acordo com um princípio da AD que afirma que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”, evidenciando, dessa forma que a relação do sujeito com a linguagem não é inocente, e que falar é tomar partido, é identificar-se com e trata do assujeitamento, ou seja, do fato de que o sujeito está sujeito à (língua) para ser sujeito da (língua), o que Orlandi (2001) chama de *ambiguidade constitutiva*.

Dessa forma, Orlandi nos confirma tais afirmações quando diz que o sujeito dos discursos dos *ditos* analisados vem sendo interpelado pela ideologia presente nas sociedades desde a Antiguidade até os dias atuais, apoiando-se em uma formação discursiva que “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito” (p. 43). O que implica dizer que os sentidos sempre são definidos ideologicamente, pois pode ser afirmado que a ideologia recorta o interdiscurso, definindo regiões de memória -, e que os sentidos não estão predeterminados na língua, mas se encontram constituídos nas e pelas formações discursivas (já estabelecidas).

Assim, consideramos que a linguagem não é transparente e os sentidos não são conteúdos, pois é no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz já que a natureza do sujeito é a incompletude, sendo simbólicos sentidos e linguagem – lugar este onde também ocorre o deslocamento. Porém, Orlandi (1996), também nos fala sobre as injunções que bloqueiam o movimento significante, o que impede o sujeito de se deslocar e conseqüentemente de o sentido fluir. Dessa forma, o sujeito é pego pelos dizeres já prontos no imaginário em que sua memória não se manifesta, fazendo com que este sujeito apenas repita por meio de processos de identificação do imaginário vazio de historicidade em suas manifestações ideológicas, considerando ainda que a AD não procura o sentido verdadeiro, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica, como também a ideologia não se aprende e o inconsciente não se controla com o saber (Orlandi, 2001).

Nessa abordagem e já finalizando este estudo, é relevante que consideremos sobre a incompletude do simbólico, ao que Orlandi (1996), reverbera afirmando que a ideia de que a falta é também o lugar do possível, momento esse em que se observa a articulação entre a

estrutura e o acontecimento, nada fixado e nem livre. Assim, a incompletude do simbólico está sujeito à língua e à história em que sujeitos e sentidos fazem seus percursos, caminho entre o estabilizado e o irrealizado.

Nesse percurso, homens e sentidos caminham seus percursos, esbarram nas margens, prosseguem, transbordam, refluem e ultrapassam os limites. Assim, no movimento do simbólico (no discurso) língua e história tem sua materialidade representada na forma linguístico-histórica.

Por ora, as considerações sobre este trabalho de pesquisa deverão redundar em estudos e criação de políticas públicas em favor de garantias que considerem os direitos das mulheres a fim de que haja diminuição de todas as formas de violência contra a mulher, especificamente a violência sexual, incluindo a promoção de uma educação voltada para a justiça social em defesa da saúde e vida da mulher sob todas as formas. Para corroborar com essa afirmação tomamos as palavras de ALEMANY (UNESP, 2009, p. 271):

As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade.

Dessa forma, não temos ainda um final feliz para estas discussões, por isso esperamos, eu e meu orientador Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, que as análises propostas nesta pesquisa e estudo se componham com as de outros trabalhos que apontam na mesma direção, de modo a sensibilizar instituições, órgãos públicos e demais segmentos da sociedade a incluírem em sua pauta de lutas, mais este objeto de reivindicação – políticas públicas de apoio aos direitos e garantias para a segurança das mulheres, para que estas não temam a morte – a morte dos sonhos e do corpo físico. Igualmente, dizemos sobre o *corpus* analisado nesta pesquisa, este permanece aberto e disponível para novas e diferentes abordagens, não se esgota nesta reflexão.

Por ora, já que a algumas formas de violência contra a mulher foram observadas nestas análises, espera-se que políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher sejam desenvolvidas pelo Estado e que, de fato se efetivem as já existentes, tais como, a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Presidência da República.

No Brasil, tivemos alguns avanços nos últimos anos, um deles foi a recente aprovação da lei do feminicídio que é o homicídio que resulta de violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição feminina. A Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Outro avanço foi a 5ª Marcha das Margaridas, em Brasília, quando trabalhadoras rurais, indígenas, extrativistas e quilombolas se manifestaram marcando suas posições como cidadãs que também têm seus direitos garantidos pelas leis.

Avanço, também, aconteceu quando pela primeira vez, o Brasil é governado por uma mulher, entretanto, a misoginia já se fez presente em muitos momentos do governo da Presidente Dilma.

Fica, portanto, o entendimento de que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as mulheres consigam viver suas vidas com liberdade e segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMBERT, Z. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. Nobel: São Paulo, 1986.
- ALEMANY, C. **Violências**. In: HIRATA, H. et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 271-273.
- ALLEN, Clifton J. **Comentário Bíblico Broadman. Velho Testamento**. Editor geral: Clifton J. Allen. Tradução de Adiel Almeida de Oliveira. Rio de Janeiro, Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1987.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do estado**. Trad. W. J. Evangelista. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AMOSSY, R.; HERSCHBERG P. **Stéréotypes et clichés: langue, discours, société**. Paris: Nathan, 1997.
- ARISTÓTELES. **Politics**. Trad. de H. Rackham. Londres: Loeb Classical Library, 2005.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 11ed. São Paulo, Hucitec, 2004.
- _____. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BARKER. Kenneth. **Bíblia de estudo NVI/Organizador geral: BARKER. Kenneth**. Co-organizadores Donald Burdick [et al.]. São Paulo: Vida, 2003.
- BLACKLEDGE, C. **A história da V – Abrindo a caixa de pandora**. São Paulo: Degustar, 2004.
- BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Unicamp, 1996, p. 14.
- Brandão, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 5ª edição, Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1996.
- BENVENISTE, E. **Da subjetividade da linguagem**. In **Problemas da linguística geral I**, 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp; Pontes, 1988, p. 284-293.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.
- COLCHETE F. A. **Praça XV: projetos do espaço público**. Rio de Janeiro: 7LETRAS/FAPERJ, 2008, p. 102.
- DAVIS, JOHNN D. **O dicionário da Bíblia**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira-JUERP, 1986.
- DEL PRIORE, M. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- _____. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia**. 2. Ed. São Paulo: UNESP, 2009.
- _____. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.
- _____. **Entrelinhas, TV Cultura**. São Paulo, 30 maio 2011.
- DRUMONT, M. P. **Elementos para uma análise do machismo**. *Perspectiva*, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

- FINLEY, M. I. **Economia e sociedade da Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **Os gregos antigos**. Lisboa: Edições 70, 1984.
- FREIRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro/Brasília: INL/MEC, 1980, p. 10.
- FREUD, S. **A interpretação dos sonhos (II) e sobre os sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. V. 777p.
- HALLEY, HENRY HAMPTON. **Manual Bíblico de Halley: Nova Versão Internacional (NVI)**; tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida, 2001.
- IGNÁCIO, R. **A mulher na sociedade: entre sempre e jamais**. *Jornal Mundo Jovem*, edição nº 384, março de 2008, página 11.
- JONES, P. V. (org.) **O mundo de Atenas: uma introdução à clássica ateniense**. São Paulo, Martins Fontes, 1997, p. 168.
- JULIEN, A. **Ágora, dêmos e laós: os modos de figuração do povo na assembleia homérica – contradições, ambiguidades e indefinições**/Alfredo Julien. São Paulo, 2008. Tese de doutorado. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072007-102301/.php>. Acesso em 10/08/2015.
- JUSSARA, R. e NEGRÃO T. **Mulheres, direitos humanos e políticas públicas de Gênero**. In: **Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos**. Edição comemorativa. Porto Alegre: CORAG, 2004.
- KAUFMAN, A.M. & RODRIGUEZ, M. H. **Escola, Leitura e Produção de Textos**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1995.
- LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero**. Cia das Letras, São Paulo, 2006.
- LYSARDO-DIAS, D. **O discurso do estereótipo na mídia**. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L.; MENEZES, W. (Org.). **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: NAD/UFMG, 2006, p. 25-36.
- MASTERS WH, J. VE. **Human Sexual Response**. Boston: Lippincott Williams & Wilkins; 1966.
- NOBLECOURT, C. D. **A mulher no tempo dos Faraós**. Campinas, Papirus, 1994, p. 336.
- MARCUSCHI, L. A. **Gêneros Textuais & Ensino**. 5º ed. São Paulo: Lucerna, 2002, p. 58.
- _____. In DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Orgs. **Gêneros textuais e ensino**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005
- _____. **Produção textual, análise e gêneros de compreensão**. São Paulo: Parábola. 2008, p. 63.
- OBELKEVICH, J. **Provérbios e História Social**. In: **História Social da Linguagem**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.
- OLIVEIRA. Adiel Almeida de. **Comentário Bíblico Broadman** – Tradução de Adiel Almeida de Oliveira. Volume 1. Rio de Janeiro, JUERP, 1987, p. 279.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, pp.145-147.
- _____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Ler Michel Pêcheux hoje.** In: *Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por: Eni Puccinelli Orlandi.* Campinas-SP: Pontes Editores, 2011. p. 11-20.

_____. **Análise de Discurso-Princípios e Procedimentos.** 3ª edição, Pontes, Campinas, 2001, 2010.

_____. **Discurso e leitura.** 6ª edição – São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001 e 2005.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** Campinas, São Paulo: Pontes, 2ª edição 2005.

_____. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**

<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>

Anais I SEAD, 2003, P. 17. Acesso em 14/08/214.

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento:** tradução Eni Pulcinelli Orlandi, 2 ed. Campinas: Pontes, 1997, p. 53. (Orig. inglês 1988)

_____. **A análise de discurso: três épocas.** In: GADET, F. e HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux, M. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-105.

_____. **Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística.** Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Análise automática do discurso (AAD-69).** In: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997. p. 61-105.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso.** São Paulo: Hacker, 1999

POSSENTI, S. **Os humores da língua: análises linguísticas de piadas.** Campinas, SP Mercado de Letras, 1998.

_____. **Humor, Língua e Discurso.** Editora Contexto. 2013.

PROPP, V. I. **Comicidade e Riso.** São Paulo: Ática, 1992.

ROCHA, R. **A enunciação dos provérbios: descrições em francês e português/Regina Rocha.** – São Paulo: 1995.

RODRIGUES, M. L. **Complexo de Objetos e de Temas: condições de produção do discurso,** in: *Linguagem, Identidade, Gênero, História.* (Org.) RODRIGUES, M. L. Rio de Janeiro: Ed. Quártica Premium, 2011. p. 49-63.

_____. **MST - discurso de reforma agrária pela ocupação: acontecimento discursivo.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2007 a.

_____. **Discurso sobre a representação identitária do negro cotista da UEMS. Tese Pós-Doutorado** – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de estudos da Linguagem. Campinas-SP, 2011.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, J. P. da. **Ensaio de fraseologia**. 2ª ed./José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: 2005.

SILVA, L. M. da. **Publicidade do poder, poder da publicidade**. In: Jorge Duarte. (Org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 1a. ed. São Paulo: Atlas, 2007, v. 1, p. 1-200.

SEITO, A. I. **Reação ao fogo dos materiais de construção**. In: Seminário “Segurança contra incêndio nos projetos de Engenharia Civil e Arquitetura”, São Paulo: UNINOVE, 2009.

TENNEY, C. MERRIL. PACKER J. I. WHITE, WILLIAM JR. **Vida cotidiana nos tempos bíblicos**. Venda Nova: Vida, 1982.

TOGNOLLI, C. **A sociedade dos chavões: presença e função do lugar-comum na comunicação**/Claudio Julio Tognolli. – São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

Livreto Viver sem violência é direito de toda mulher. Entenda a Lei Maria da Penha. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República, Abril/2015.

http://www.ufrgs.br/nucleomulher/atos_internacionais. Php, acessado em 11/03/2015.

<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pa-informativo-no38-fevereiro-2013>. Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMA - <http://www.cfemea.org.br>, acessado em 15/03/2015.

Convention of the Elimination of All Forms of Discrimination against Women - <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm>, acessado em 26/08/15 às 15h30.

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, acessado em 20/09/2015. <http://www.observatoriodegenero.gov.br/>

ANEXOS

3.1 Discurso sobre violência física

3.1.1 “Mulher é igual a pênalti mal batido; um chuta, outro pega”.

3.1.2 “A mula e a mulher: o pau as cura”.

3.1.3 “À mulher brava, corda larga”.

3.1.4 “Nem todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais”.

3.1.5 “Mulher que assobia e galinha que canta, faça na garganta”.

3.2 Discurso sobre a mulher ser malvada, perversa e incapaz

3.2.1 “Mulher, fogo e mares, são três males”.

3.2.2 “Mulher é coisa medonha, faz rico ficar pobre e pobre sem vergonha”.

3.2.3 “A mulher e a sardinha, quer-se pequenina”.

3.3 Discurso sobre os estereótipos femininos e a supervalorização do corpo da mulher

3.3.1 “Mulher é como CD, por causa de uma parte boa a gente tem que ficar com o resto”.

3.3.2 “Estrada reta e mulher sem curvas, só dão sono”.

3.3.3 “Mulher é como música: só faz sucesso quando é nova”.

3.4 Discurso sobre a incapacidade intelectual da mulher

3.4.1 “Passar uma mulher para trás é fácil, difícil é passar pra frente”.

3.4.2 “Por que os homens têm 4 milhões de neurônios a mais que as mulheres? Para conseguir dirigir”.

3.5 Discurso sobre a responsabilidade de manter o casamento ser atribuída apenas à mulher

3.5.1 “A mulher faz sexo pra manter o casamento, o homem mantém o relacionamento pra fazer sexo”.

3.6 Discurso sobre o mito da beleza eterna e juventude

3.6.1 “Mulher é como carro, troca-se sempre por uma mais nova”.

3.7 Discurso que reforça o assédio sexual e o atentado violento ao pudor

3.7.1 “A mulher e a cereja: para seu mal se enfeita”.

3.7.2 “Mulher bonita e melancia grande, ninguém consegue comer sozinho”.

3.8 Discurso sobre a mulher não ter liberdade para se relacionar como desejar

3.8.1 “Cozinha de restaurante e passado de mulher, quem conhece não come”.

3.9 Discurso síndrome de bom “pegador”.

3.9.1 “Gosto tanto de mulher que como até a minha”.

3.9.2 “Mulher pra mim não precisa ser tão esperta, basta saber contar até 28 para espalhar para as outras o tamanho do bichão”.

3.10 Discurso que (re) força o cárcere privado

3.10.1 “A mulher e a ovelha, com o sol à cortelha”.

3.10.2 “O homem na praça e a mulher em casa”.